

# Primeiro Relatório Sobre as Paternidades Negras e Brasil





# EXPEDIENTE

## **Instituto Promundo**

SCN Quadra 01 Bloco E, Sala202  
– Edifício Central Park  
CEP: 70711-903 Brasília, DF – Brasil

## **Diretor Executivo**

Miguel Fontes, PhD

## **Consultora Internacional**

Luiza Tanuri

## **Consultor Sênior de Programas**

Luciano Ramos

## **Consultor Sênior de Pesquisa e Monitoramento**

Rodrigo Laro

## **Comunicação**

Bruna Martins

## **Produção de conteúdo**

Daniel Costa Lima  
Elvia Cristina Silva Santos  
Humberto Baltar  
Ismael dos Anjos  
Luciano Ramos  
Tamis Porfírio  
Viviana Santiago

## **Auxiliares de pesquisa**

Alan Felipe Alves dos Santos  
Ana Carolina Gonçalves Ferreira  
Bruna de Oliveira Martins  
Elvia Cristina Silva Santos  
Hellen Rodrigues  
Mauro França

## **Elaboração de matriz de conteúdo:**

Daniel Costa Lima e Luciano Ramos

## **Coordenação de conteúdo**

Luciano Ramos

## **Organização da publicação**

Luciano Ramos e Priscila Pereira

## **Revisão de conteúdo**

Daniel Costa Lima  
Elvia Cristina Silva Santos  
Luciano Ramos  
Priscila Pereira  
Tássia Áquila

## **Revisão de texto e copy desk**

Sabrina Tavares

## **Projeto gráfico**

Manuela Fernandes

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Instituto Promundo

Primeiro relatório sobre as paternidades negras no Brasil [livro eletrônico] / Instituto Promundo. – Brasília, DF : Instituto Promundo, 2021 .

PDF

ISBN 978-65-84523-28-9

Exibir detalhes

1. Paternidade- Negros- Brasil 2. Pais e filhos- Negros-Brasil 3. Parentalidade I. Título 21-5411

CDD 346.017

Índices para catálogo sistemático: 1. Paternidade- Negros- Brasil

# Sobre este relatório

**Daniel Costa Lima e Luciano Ramos**

Como escreve a colombiana Mara Viveros Vigoya, é preciso “minar a ideia de uma masculinidade abstrata, universal e desencarnada” (2018, p. 24), e uma das formas de fazer isso é chamando atenção para o fato de que “os homens colonizados nunca foram os que definiram a masculinidade ideal” (Vincent Joly, 2011. In: Vigoya, 2018).<sup>1</sup> Henrique Restier segue caminho similar ao afirmar que a “pretensão de universalidade e neutralidade produzida pela branquitude masculina empresta-lhe um poder normativo sem igual, fazendo com que seja tomada como medida de (quase) todas as coisas”.<sup>2</sup>

Dentre essas coisas, está seguramente a paternidade, já que é preciso reconhecer que não foram os homens colonizados, e muito menos os homens não brancos de países colonizados, como o Brasil, que definiram e que continuam a definir o que é a “paternidade ideal”.

Este relatório representa um esforço inédito de trazer os pais negros e as paternidades negras para o primeiro plano de discussão. Este relatório existe porque pais negros existem e resistem.

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2015), 55,8% da população brasileira se autodeclara como “negra” (46,5% como parda e 9,3% como preta) e 43,1% como “branca”, no entanto, quando olhamos para indicadores como renda e emprego, educação, saúde, violência e representação política, rapidamente se vê o desequilíbrio e a desigualdade entre brancos e negros em nosso país.

---

1 VIGOYA, Mara Viveros (2018). As cores da masculinidade: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Papeis Selvagens.

2 RESTIER, Henrique (2018) Por que tenho orgulho de ser um homem negro? Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/01/19/por-que-tenho-orgulho-de-ser-um-homem-negro/>





Em resumo, o que esses indicadores mostram é que ser negro(a) impacta, basicamente, em todos os aspectos da vida das pessoas pardas e pretas do Brasil. Então, por que não haveria de impactar também a experiência da paternidade (e da maternidade) da população negra brasileira? Essa pergunta, aparentemente óbvia, precisa ser feita para que possamos melhor compreender esse cenário e traçar estratégias que garantam à maior parcela da população do Brasil, os direitos descritos em nossa Constituição Federal e em outros dispositivos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O diálogo entre o professor Henrique e seu filho Pedro, no livro “O avesso da pele”, de Jeferson Tenório, nos dá a magnitude do alcance da cor da pele em um mundo branco:

Você sempre dizia que os negros tinham de lutar, pois o mundo branco havia nos tirado quase tudo e que pensar era o que nos restava. É necessário preservar o avesso, você me disse. Preservar aquilo que ninguém vê. Porque não demora muito e a cor da pele atravessa nosso corpo e determina nosso modo de estar no mundo. E por mais que sua vida seja medida pela cor, por mais que suas atitudes e modos de viver estejam sob esse domínio, você, de alguma forma, tem que preservar algo que não se encaixa nisso, entende? Pois entre músculos, órgãos e veias existe um lugar só seu, isolado e único. E é nesse lugar que estão os afetos. E são esses afetos que nos mantêm vivos. (p. 55)<sup>3</sup>

Como afirma Silvio Almeida (2019) *“Em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo”* (2019, p. 57).<sup>4</sup>

---

3 TENÓRIO, Jeferson (2020). O avesso a pele. Companhia das Letras.

4 ALMEIDA, Silvio Luiz de (2020). Racismo Institucional. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra.

## MenCare, Promundo e a série de relatórios sobre a situação da paternidade

O primeiro relatório sobre a situação da paternidade no Brasil, lançado em 2016, pelo Instituto Promundo, tem início com uma frase retirada do pioneiro relatório global da Rede MenCare, lançado no ano anterior: “A paternidade e o cuidado importam. É o que revela o crescente conjunto de estudos produzidos no mundo sobre o tema ao longo das últimas duas décadas” (Promundo-Brasil, 2016, p. 16).<sup>5</sup>

No decorrer das suas 140 páginas, o relatório brasileiro busca responder porque tal empreendimento investigativo, a respeito da paternidade e do cuidado, é importante para o contexto de nosso país. Seguindo o formato já delineado pelo relatório global e a perspectiva da Rede MenCare, parte significativa dessas páginas é direcionada à discussão em torno de como a paternidade está diretamente relacionada com a luta pela superação das desigualdades entre homens e mulheres.

O investimento em políticas de valorização da paternidade e do papel do homem como cuidador tem o potencial de desconstruir um modelo dominante de masculinidade — patriarcal e machista —, que reforça a desigualdade de gênero, abrindo caminho para a construção de outros modelos que não sejam violentos, mas baseados no afeto e no cuidado.” (Promundo-Brasil, 2016, p. 16)

Os(as) autores(as) do presente relatório estão de acordo com tal visão e acreditam no potencial da temática das paternidades como uma potente ferramenta de equidade de gênero. No entanto, a impressão é que tanto o primeiro relatório sobre as paternidades no mundo, como a sua contraparte brasileira, incorreram num erro dos mais frequentes — tomar, em grande medida, os homens como iguais, não se levando em conta, ou dando pouca atenção a questões cruciais, como a raça.

---

5 Promundo-Brasil (2016). A Situação da Paternidade no Brasil. Disponível em: [https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2016/10/relatorio\\_paternidade\\_03b\\_baixa-1.pdf](https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2016/10/relatorio_paternidade_03b_baixa-1.pdf)



Voltando aos relatórios da Situação da Paternidade no Brasil, o primeiro, de 2016, listou possíveis temas para pesquisas no campo da paternidade: O impacto do racismo e do racismo institucional para a experiência da paternidade entre homens negros; e As contribuições e novos olhares que podem ser trazidos para o debate sobre paternidade e cuidado, a partir da experiência de homens de religiões de matriz africana.

Ao falar sobre os pais encarcerados, desproporcionalmente homens negros e latinos, o relatório dos EUA (Promundo-US e MenCare, 2016)<sup>6</sup> afirma que as vulnerabilidades das comunidades racialmente e economicamente marginalizadas desse país são exacerbadas pelo sistema de justiça.

No segundo relatório global “State of the world’s fathers: time for action” (Promundo-US et al, 2017)<sup>7</sup> não há sequer uma menção à questão de raça. O relatório é muito focado no debate econômico, nos impactos econômicos negativos da desigualdade de gênero, em especial, por conta de como as tarefas de cuidado da casa e das crianças se dão em todo o mundo. No entanto, ele aborda o assunto como se a questão racial não impactasse no assunto.

O relatório “A situação da paternidade no Brasil 2019 — Tempo de Agir” afirma que é fundamental que o crescente debate sobre as “novas masculinidades” e sobre as paternidades possa ser atrelado a uma leitura crítica sobre a desigualdade de gênero e pautado nos avanços de alguns movimentos chave para o campo, em especial, os de mulheres, LGBTI e negro; assim contribuindo para um cenário de mudança com mais justiça social e bem-estar para todos e todas. (p. 16)<sup>8</sup>

---

6 Promundo-US e MenCare (2016). State of America’s Fathers. Disponível em: <https://men-care.org/resources/state-americas-fathers/>



7 Promundo-US, Sonke Gender Justice, Save the Children and MenEngage (2017). Disponível em: [https://men-care.org/wp-content/uploads/2017/06/PRO17004\\_REPORT-Post-print-June9-WEB-2.pdf](https://men-care.org/wp-content/uploads/2017/06/PRO17004_REPORT-Post-print-June9-WEB-2.pdf)



8 Promundo-Brasil (2019). Disponível em: [https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio\\_paternidade\\_promundo\\_06-3-1.pdf](https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_paternidade_promundo_06-3-1.pdf)



Também salienta que o fato de algumas populações específicas com frequência não serem foco de pesquisas e iniciativas aponta para uma falha do campo — muitas vezes reflexo de fenômenos como o racismo institucional, o classismo, o machismo, a heteronormatividade, a LGBTIfobia, a discriminação contra pessoas com deficiência (PcD) e o fundamentalismo religioso — e não por falta de necessidade ou relevância. Apenas tomando três exemplos, a população negra, as PcD e a população LGBTI, estamos falando, respectivamente, de 54,9% (pretos e pardos), 23,4% e 10% (estimado) da população total brasileira. Mesmo assim, pouco se fala sobre pais negros, sobre pais de filhos(as) com deficiência e sobre pais gays, bissexuais e trans.

O relatório foi finalizado com artigos de diversos pais, dentre eles, dois pais negros. No texto de Diego Francisco:

Durante muito tempo foi comum dizer que “se não tem dinheiro, que não faça filhos!” Mas será que o ciclo de injustiças nos privará até da beleza da hereditariedade? Faço a marcação desses pontos para que a gente seja capaz de produzir mudanças na sociedade. Paternar é revolucionário e faz parte do direito à vida.

Falar de paternidade negra é um desafio na bolha da paternidade ativa — paternagem — criação com apego. Não é que pais negros não se importem ou que não busquem ser os mais amorosos possíveis com as crias, é que tem “muito caroço nesse angu, como já dizia minha avó.

Qual é a rotina dos pais negros brasileiros? O que está em jogo no cotidiano desses homens? Como funciona para o assalariado, que faz a jornada de 44h semanais por um salário mínimo, na hora de decidir entre trabalhar mais ou cuidar das crianças? Vai para a creche ou fica em casa?



A fala de Diego nos aponta para a questão: a paternidade envolvida, tão alardeada nos últimos anos, é para quem quer, ou para quem pode? Obviamente, o mesmo pode ser dito em relação à maternidade. É urgente olharmos para os obstáculos adicionais vivenciados por mães e pais negros nesse país em decorrência do racismo estrutural.



*“(...) O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.”*

*Silvio Almeida em “O que é racismo estrutural?”*



“A situação da Paternidade na África do Sul” (Sonke Gender Justice e Human Sciences Research Council, 2018)<sup>9</sup>, que trouxe um ponto de vista interessante ao afirmar que a ênfase costumeira na presença ou na ausência de pais biológicos corresidentes pode representar a perpetuação de uma “(...) tradição colonial de estruturas de referência da classe média branca sedo imposta às famílias negras de baixa renda”.

9 Sonke Gender Justice e Human Sciences Research Council (2018). State of South Africa’s Fathers Report. Disponível em: <https://genderjustice.org.za/publication/state-of-south-africas-fathers-2018/>





# Paternidades Negras – Desafios e Panoramas



*“O meu maior medo é não ver o meu filho crescer, pois sou um homem preto e moro na Favela.”*

*(relato de um pai jovem participante de uma oficina sobre Paternidades e Cuidado em 2019)*



O Mapa da Violência no Brasil, em 2017, nos aponta que a cada 23 minutos um jovem preto é morto neste país. Assim, a cada instante um jovem preto não terá a possibilidade de paternar nesta nossa sociedade, ou uma criança preta terá o pai assassinado.

Ser um homem preto e paternar no cenário brasileiro é um desafio. Esta afirmação encontra respaldo no fato da sociedade brasileira ser racista e de que este racismo se manifesta em diferentes aspectos e âmbitos desta mesma sociedade. O filósofo Silvio de Almeida nos apresenta em seu livro “Racismo Estrutural” que esta forma racista da sociedade brasileira se relacionar não é uma “*anomalia*” e sim o “*normal*” desta sociedade que descaracteriza tudo o que se diferencia de uma supremacia branca. Esse fenômeno não seria diferente para o pai preto.

Olhar as paternidades negras sem análise histórica e antropológica nos permite uma visão rasa e distinta da realidade. Um ponto central é a compreensão de que não podemos analisar as paternidades negras da mesma forma que fazemos com as paternidades brancas. Há uma luta racial desigual que não está camuflada e não é desconhecida. Como a afirmação do parágrafo anterior, o racismo é o “*normal*” social.

O homem preto brasileiro, com todas as precariedades que lhes foram impostas, só teve a possibilidade de começar a paternar após a abolição da escravidão, em 1888. Logo, ele está há menos de dois séculos exercendo paternidades nestas terras. Um século e meio, quando se trata de desenvolvimento humano, é quase nada. Toda memória de paternidade do homem preto anterior ao século XIX é memória afetiva da África.

Neste contexto precisamos discutir masculinidades como ponto fundamental de construção das paternidades. Há uma luta, aqui posta, que se refere às masculinidades hegemônicas x masculinidades subalternas. É importante entender que há uma interdependência destes modelos apresentados que é construída no interior destas masculinidades. O lugar da hegemonia cabe ao homem branco, hétero e cis, e o lugar das subalternidades cabem aos homens pretos e tudo que não está inserido no padrão branco e heteronormativo. A teoria da “virilidade”, enquanto um conjunto de práticas inalcançáveis e, por isso, impeditivas para o homem preto exercer masculinidade, segundo o sociólogo e historiador Georges Vigarello, oferece abrigo à hegemonia do homem branco. Nossa sociedade não percebe as diferenças como elemento importante e de riqueza fundamental para a convivência social, ao contrário, ela cria desigualdades. Neste sentido o homem preto é visto como inferior ao homem branco. Logo, a este não cabe o exercício da paternidade, a responsabilidade da paternidade e, menos ainda, o cuidado da paternidade. O machismo retira do homem o lugar do cuidado, submetendo-o, erroneamente, como condição natural da mulher. Do homem preto ele retira duplamente, uma vez que o racismo atribui ao homem preto a característica de “naturalmente violento”. Romper com o machismo para cuidar e com o racismo para ser pai é uma luta constante do homem preto que deseja paternar por aqui. Parece que o racismo unido ao machismo é uma fórmula quase indestrutível de impedimento para o homem preto exercer paternidade.

## Que horizonte se apresenta às paternidades negras?

Em uma aula que eu ministrei, em 2019, sobre *“Masculinidades e Paternidades negras”*, uma jovem me fez essa pergunta e a minha resposta segue a mesma: o Aquilombamento. Essa é a resposta que não podemos perder de vista. Há um provérbio africano que diz que “é preciso uma aldeia para se educar uma criança”. O povo negro possuiu, ao longo da história, a cultura do afeto e do cuidado coletivo. Esse movimento comunitário pode apoiar o homem preto no exercício da paternidade. Faz-se importante dizer que o movimento coletivo não retira a responsabilidade individual.

Outro elemento importante a considerar é o fato de que as paternidades negras têm as suas peculiaridades. E estas precisam ser respeitadas pela comunidade de não pretos. Os medos e desafios dos pais pretos, no exercício da paternagem, se distinguem dos pais não pretos, por exemplo, o medo constante da morte pela violência do Estado, a instabilidade financeira que afeta diretamente a população preta, etc.

Logo, é urgente uma abordagem interseccional quando tratamos o tema de “paternidades”. Sem esta abordagem não conseguiremos considerar as distinções e pensar em Políticas Públicas que deem conta das precariedades a que estes homens pretos foram e são submetidos socialmente e assim vulnerabilizados no exercício de suas paternidades.

# Índice

<b>Primeira parte: resultados dos formulários de pesquisa .....</b>	<b>15</b>
<b>Segunda parte: reflexões sobre a coleta de dados .....</b>	<b>35</b>
Masculinidades e paternidades negras: os desafios de ser homem negro no Brasil .....	36
Paternidades negras em pauta – Desafios e perspectivas .....	47
Maternidades negras – O exercício de ser mulher negra e mãe no Brasil ....	55
Paternidades negras e saúde .....	69
Paternidades negras e primeira Infância .....	97
Paternidades negras e educação .....	123
Colocar comida na mesa: a subalternidade material do homem/pai negro ...	145
Paternidades negras diversas: a interseccionalidade como premissa ....	159
O trabalho doméstico e a pandemia: tensões familiares em uma sociedade de desigualdades .....	175
Paternidades negras e quilombos virtuais .....	195
<b>Conclusão .....</b>	<b>204</b>
<b>Glossário .....</b>	<b>205</b>



# PRIMEIRA PARTE:

RESULTADOS DOS  
FORMULÁRIOS DE PESQUISA



# O formulário do 1º relatório sobre paternidades negras brasileiras

**Alan Felipe Alves dos Santos, Ana Carolina Gonçalves Ferreira  
Bruna de Oliveira Martins e Elvia Cristina Silva Santos**

A masculinidade negra enrijecida sob os pilares hegemônicos da modernidade ocidental e que com o colonialismo se expande tornando-se um modelo arriscado e traumatizante pela qual os homens negros estão circunscritos é um território carregado de conflitos, mas como um ato de resistência e reexistência alguns homens negros estão se reinventando com a conscientização de suas paternidades.<sup>10</sup>

A discussão sobre raça, interseccionada com paternidade, se mostra parca em contexto brasileiro, de maneira que a tarefa de encontrar dados que faça o recorte racial no exercício da paternidade se mostra complexa e desafiadora. O ano de 2021 marcará o momento em que daremos a primeira partida no estudo das paternidades negras dentro do território brasileiro, juntamente com uma equipe primorosa de estudiosos do tema. E uma das dificuldades que observamos traçando esse estudo e essa compilação foi, justamente, a dificuldade em se encontrar dados substanciais que pudessem embasar estatisticamente nossa pesquisa. Qualquer movimento inicial dentro das ciências sociais apresenta, em certa medida, essa fraqueza ou inconsistência de dados. Contudo, quando se trata da população negra, a lacuna é maior, levando em consideração toda a história colonial brasileira, a disparidade racial existente desde os tempos mais remotos e, sobretudo, o racismo presente em nossas relações cotidianas.

---

10 PEREIRA, Artur Oriel; DOS SANTOS, Hasani Elioterio; DA SILVA, Alexandre. Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas: exercícios de autorreflexão emancipatórios. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 5, n. 2, p. 79-102, 2019.



Em uma tentativa de suprir ou amenizar essa falta de dados, nossa equipe procurou fazer uma sondagem breve, de pequeno alcance, no formato de um formulário em uma plataforma digital. Este documento apresenta a metodologia, os resultados prévios e, sobretudo, as fragilidades que encontramos ao trabalhar com essa modalidade. Ao longo dos textos contidos no relatório, entenderemos melhor os porquês dessas dificuldades. É inegável, contudo, que a noção da paternidade é enrijecida sob uma ótica colonial, que tem como imaginário o pai branco presente e o pai negro ausente ou, quando presente, austero, rígido, violento e de pouca abertura emocional.

Nosso intuito, portanto, é o de repensar e ressignificar este lugar da paternidade negra, estendendo a discussão para a sociedade, eliminando-a de uma prisão acadêmica ou apenas conceitual. É preciso ouvir e dedicar tempo aos pais negros para se compreender a(s) paternidade(s) exercida(s) por eles. Vale ressaltar que a paternidade negra perpassa muitos lugares de vulnerabilidade, sobretudo porque a taxa de mortalidade por homicídio de pretos e pardos no Brasil é três vezes maior do que a de brancos:

As taxas de homicídio no país não se reduziram no período de 2012 a 2017. Pelo contrário, entre pessoas pretas ou pardas, essa taxa aumentou de 37,2 para 43,4 mortes para cada 100 mil habitantes, enquanto, para a população branca, o índice ficou estável entre 15,3 e 16. Essa diferença significa que pretos ou pardos tinham 2,7 vezes mais chances de serem vítimas de homicídio em 2017.

Os dados, divulgados hoje pelo IBGE, são do estudo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, e ajudam o país a acompanhar a meta de reduzir taxas de mortalidade relacionadas à violência, parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As diferenças são ainda mais acentuadas na população jovem. A taxa de homicídios chega a 98,5 entre pessoas pretas ou pardas de 15 a 29 anos. Entre jovens brancos na mesma faixa etária, a taxa de homicídios é de 34 por 100 mil habitantes.<sup>11</sup>

---

11 MARILIA LOSCHI (Brasil). Editoria: Estatísticas Sociais. Taxa de homicídio de pretos ou pardos é quase três vezes maior que a de brancos. Agência IBGE Notícias. Brasil, 13 nov. 2019. Desigualdade Por Cor Ou Raça.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25999-taxa-de-homicidio-de-pretos-ou-pardos-e-quase-tres-vezes-maior-que-a-de-brancos>. Acesso em: 18 fev. 2021.



Portanto, ao homem negro é negada a vivência da juventude, interferindo na experiência de exercício da paternidade. São várias as vulnerabilidades presentes no exercício dessa paternidade, passando pelos resquícios do colonialismo, do racismo, da divisão sexual de trabalho marcada fortemente pelo machismo, além das desigualdades sociais, que se manifestam, simbólica e materialmente, no cotidiano das pessoas negras e pardas. Voltando aos dados, a inexistência destes reflete o entrecruzamento de tais vulnerabilidades. A academia e a produção científica referente ao tema são incipientes e vêm sendo postas em pauta ao longo dos últimos anos, principalmente puxadas pelos debates internos de movimentos negros racializados e politizados.<sup>12</sup>

Os teóricos e teóricas presentes neste relatório e que nos ajudaram a fundamentar todas as discussões aqui abordadas, nos explicitam sobre como o racismo é o elemento fundante para que negros e negras não sejam vistos para além da subalternidade que o próprio racismo os submete. Assim, a paternidade cuidadosa torna-se um lugar da branquitude e de exercício de poder desta mesma branquitude, através da cobrança sobre o homem negro, que dificilmente vai alcançar os indicadores impostos a partir da paternidade branca e hegemônica.

Vale salientar que a maioria dos homens negros respondentes possuem o ensino superior completo e boa parte têm remuneração acima de 04 salários mínimos. No capítulo sobre “Paternidades negras e Primeira Infância” há uma análise que nos explicita que quando este homem negro usufrui de possibilidades, através da política pública, e ascende socialmente, ele exerce com mais possibilidades a paternidade.

Trazemos essas breves reflexões buscando situar o leitor no entendimento das particularidades agregadas ao tema. Nosso formulário utilizou-se de métodos quali e quantitativos, resumidas em um questionário autoaplicável (ou seja, respondido pelo próprio participante) contendo nove sessões, sendo sete delas compostas por questões de múltipla escolha, uma de “boas-vindas” contendo explicações sobre o formulário e uma última destinada a comentários finais.

---

12 Chamamos a atenção para o Coletivo Pais Pretos Presentes, organização que se propõe a pensar o exercício da paternidade negra, coletivamente. Em nosso relatório, o tema de coletivos de pais é pensado e aprofundado.

O link para acesso ao formulário foi amplamente divulgado através de mídias sociais, tais como *WhatsApp*, *Instagram* e *Facebook*. Permaneceu aberto por nove dias consecutivos (dia 28/01/2021 a 05/02/2021), angariando o total de 270 respostas. Consideramos que a quantidade de respostas permaneceu dentro do esperado, inicialmente pensado entre 250 e 300 respostas, principalmente se levarmos em conta os poucos dias disponíveis online, além do fato de se tratar de um formulário voluntário e anônimo, cujo participante não recebia nenhum tipo de retribuição.

A formulação das perguntas e a distribuição delas no formulário foram pensadas para contemplar os temas trazidos nos capítulos pelos autores do relatório. Nem todos os 270 respondentes da pesquisa fizeram o mesmo trajeto dentro do formulário, já que alguns participantes eram levados para sessões específicas, que abordavam a paternidade negra na primeira infância, por exemplo. Assim, neste caso, os pais que não possuíam filhos na faixa etária entre 0 e 5 anos e 11 meses não respondiam à sessão, pulando-a e passando à sessão seguinte.

A primeira sessão era destinada a todos os participantes, focando em obter os dados gerais para traçar o perfil socioeconômico do entrevistado. Chamamos a atenção para o perfil dos entrevistados, principalmente no que diz respeito à escolaridade e à renda familiar, que se mostraram muito mais altas do que a média da população negra do Brasil<sup>13</sup>, mostrando que nossa amostragem, apesar de quantitativamente significativa, possui certa fragilidade para representar a realidade brasileira em sua maioria.

---

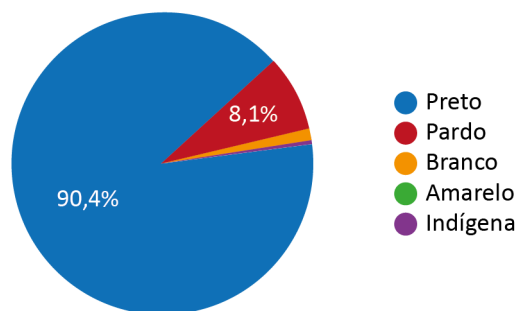
13 Para saber mais: Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdade em relação aos brancos permanece | Agência de Notícias | IBGE



# 1. Perguntas sobre você - Dados Gerais

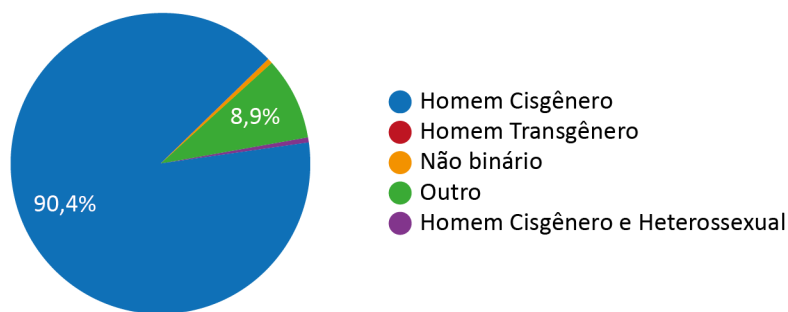
No que diz respeito à identificação étnico-racial, como você se identifica?

270 respostas



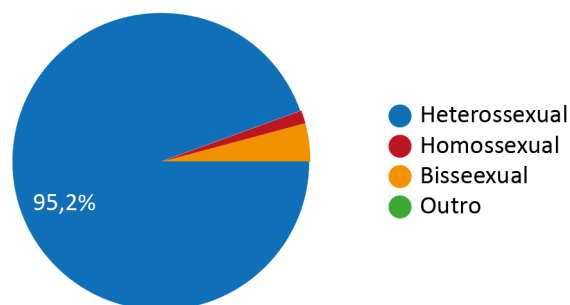
No que diz respeito à identidade de gênero e orientação sexual, como você se identifica?

270 respostas



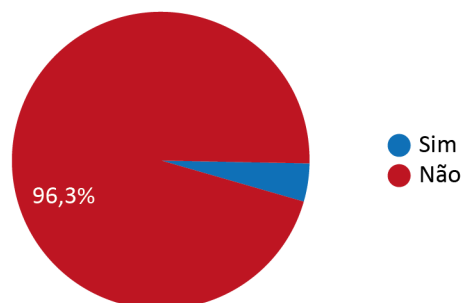
No que diz respeito à orientação sexual, como você se identifica?

269 respostas



## Você possui alguma deficiência?

269 respostas

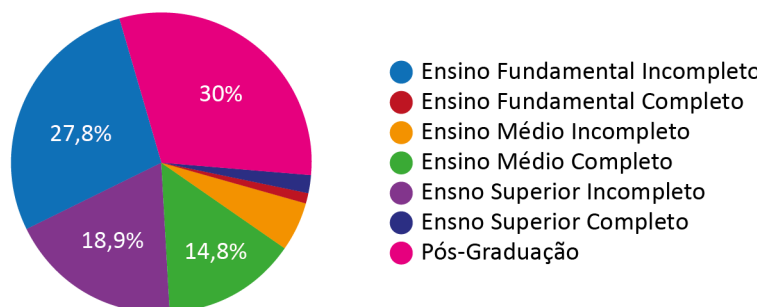


## Caso a pergunta anterior seja afirmativa, qual deficiência você possui?

Deficiência	Respondentes
Deficiência Auditiva	1
Deficiência Física	4
Deficiência Visual	2
Não possui deficiência	2
Questões subjetivas/Não se aplica	3
<b>Total</b>	<b>12</b>

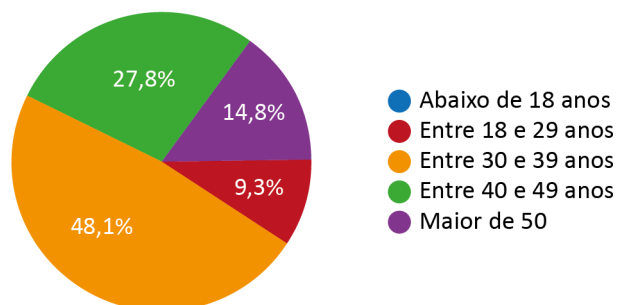
## Sobre sua escolaridade, você possui:

270 respostas



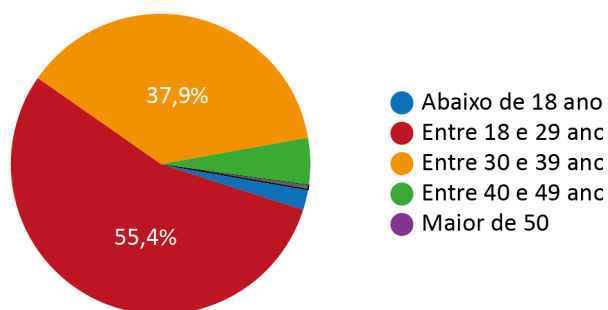
### Sua faixa etária atual (idade) se insere:

270 respostas



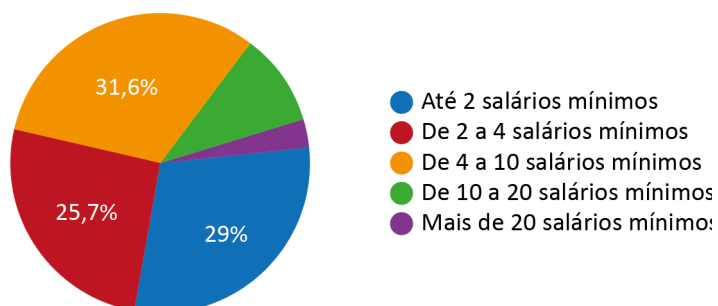
### Sua primeira paternidade aconteceu em qual faixa etária:

269 respostas



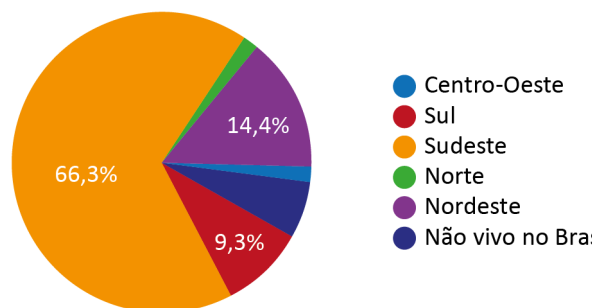
### Com relação a sua renda financeira, você recebe:

269 respostas



## Em qual região do país você vive?

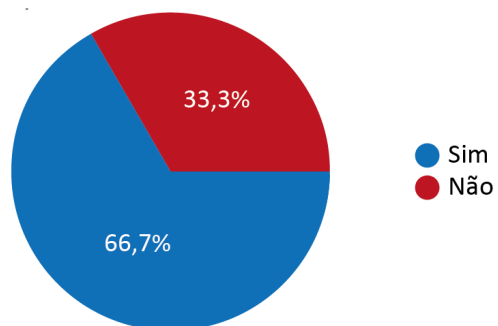
270 respostas



## 2. Paternidade na Primeira Infância

### Seu filho ou filha integra a primeira infância? (de 0 a 7 anos de idade)

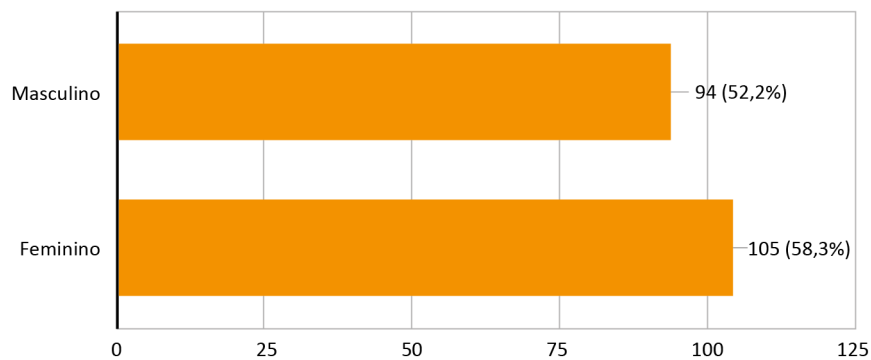
270 respostas



**Caso a resposta aqui fosse afirmativa, o participante era levado a responder as seguintes perguntas:**

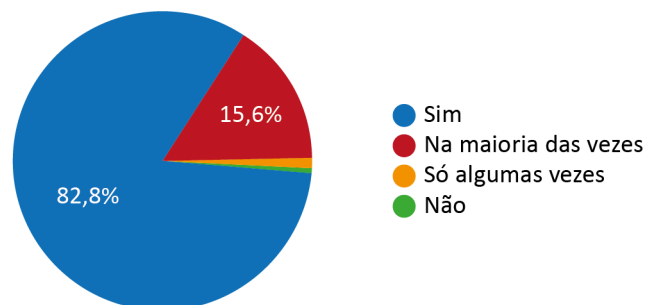
Qual o gênero da sua criança?

180 respostas



**Você se sente capaz de cuidar da sua criança pequena?**

180 respostas



**Você troca fraldas da sua criança?**

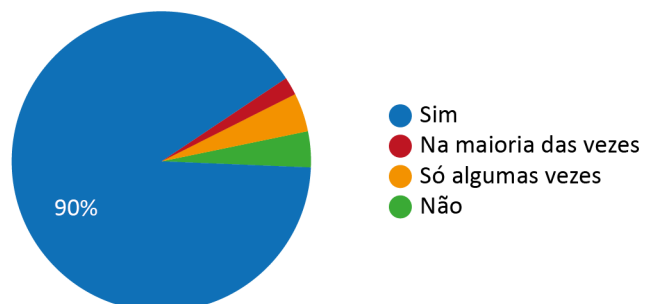
179 respostas





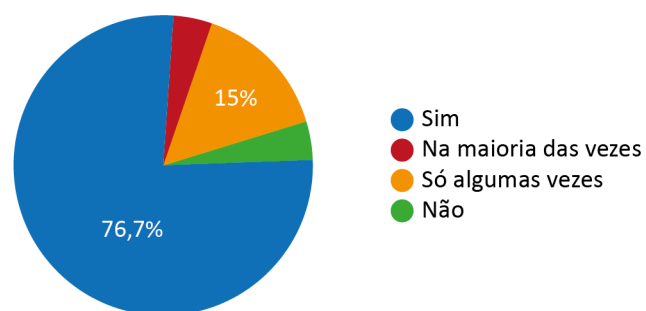
### Você dá banho na sua criança pequena?

180 respostas



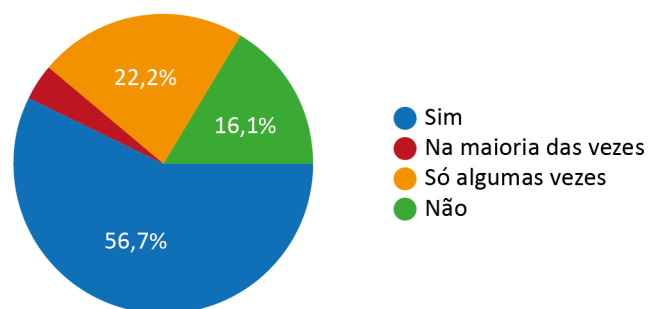
### Você prepara a alimentação da criança?

180 respostas



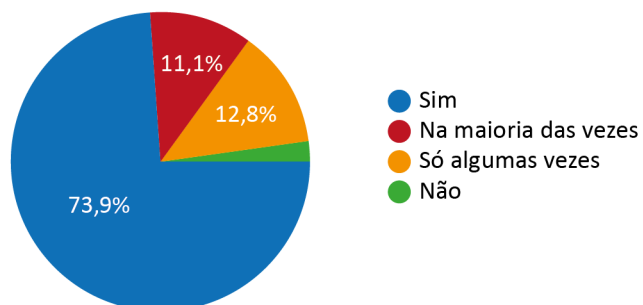
### Você lava ou passa a roupa da criança?

180 respostas



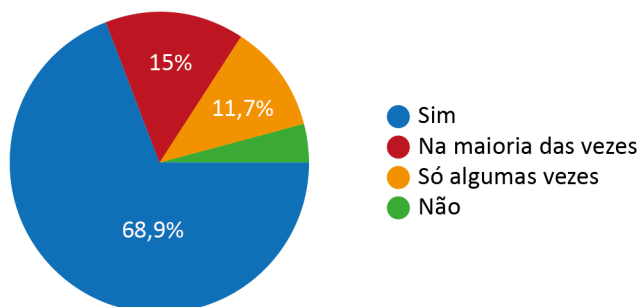
### Você leva sua criança ao pediatra?

180 respostas



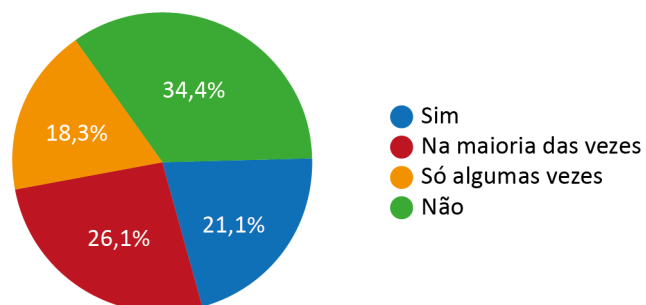
### Você se sente capaz de cuidar do cabelo da sua criança pequena?

180 respostas



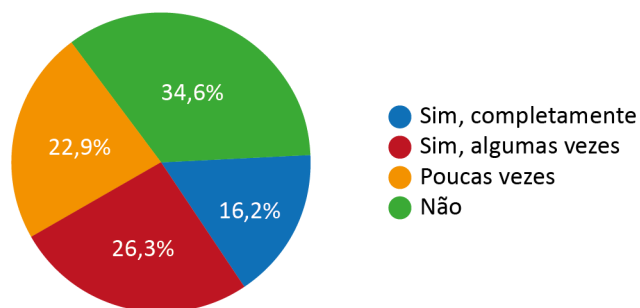
### Você, enquanto pai negro, já se sentiu discriminado por outras pessoas no que se refere ao cuidado em relação à criança pequena?

180 respostas



**Você respondeu sua experiência como pai, E enquanto filho: você considera que seu pai era presente e atuante em relação ao cuidado com você?**

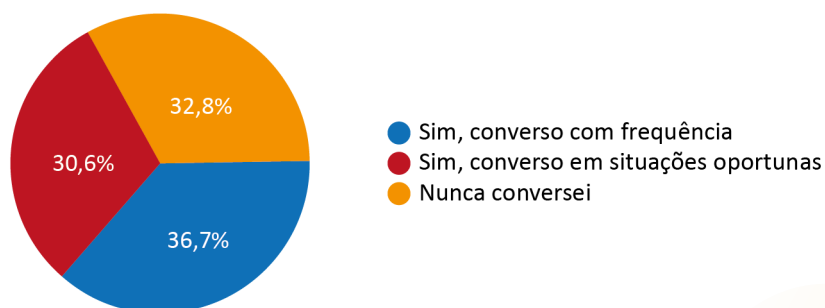
179 respostas



**E logo em seguida, era conduzido pela sessão de “Educação na Primeira Infância”:**

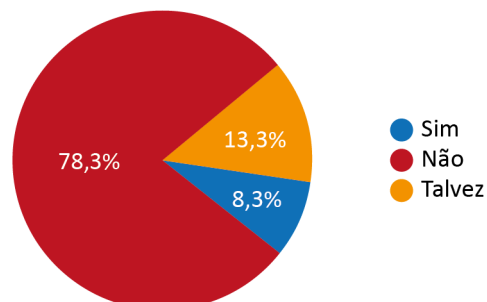
**As características físicas (cabelo, cor de pele) da sua criança já te fizeram conversar com ela sobre a diferença racial que existe na sociedade (de acordo com o nível de compreensão dela)??**

180 respostas



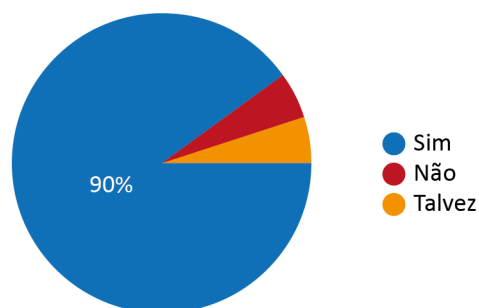
## Você entende que pais pretos e brancos educam da mesma forma?

180 respostas



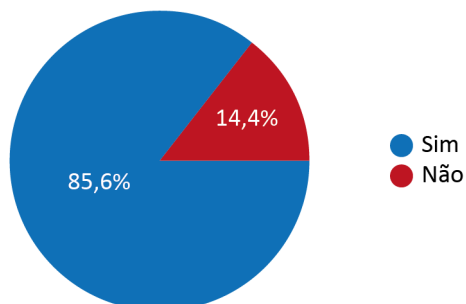
## Ser pai de uma criança negra te obriga ter mais repertório no processo de educação?

180 respostas



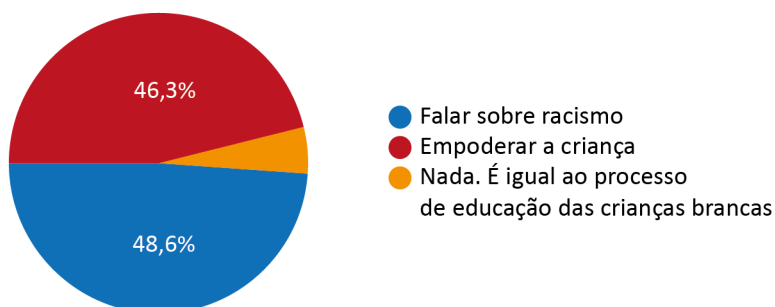
## Você apresenta literatura e desenhos com referências negras para sua filha ou seu filho?

180 respostas



## O que é mais difícil para você no processo de educação de uma criança preta pequena?

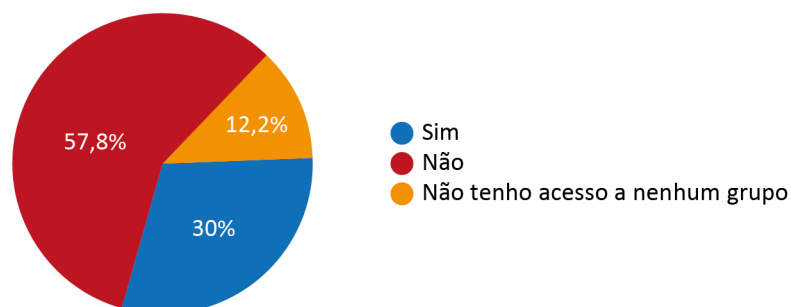
177 respostas



## 3. Sobre Grupos de Pais Negros

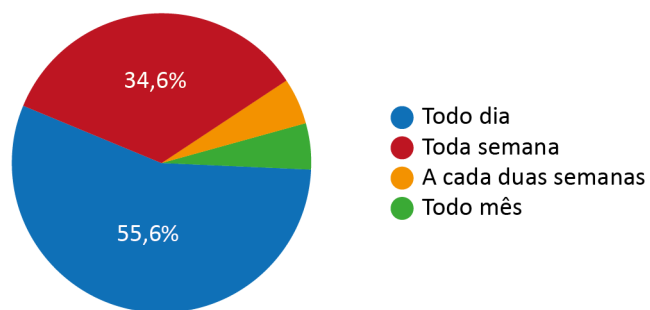
### Você faz parte de algum grupo exclusivo para pais negros de algum tipo (virtual ou presencial)?

270 respostas



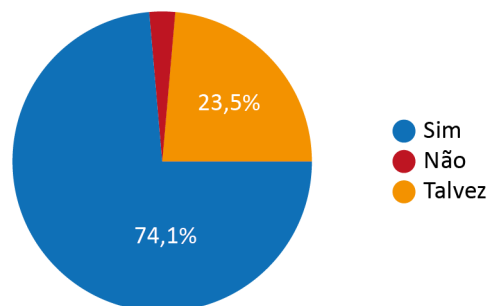
**Novamente, caso a resposta fosse afirmativa, o participante era conduzido a responder o seguinte grupo de perguntas:**

**Com que frequência você acessa o grupo?**



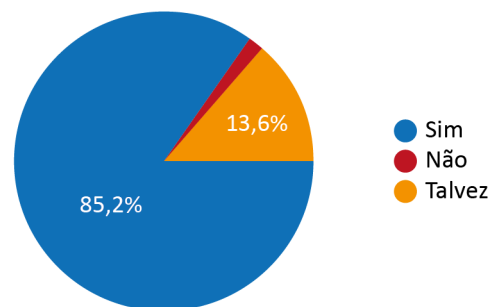
**O grupo te ajuda a ter saúde mental?**

81 respostas



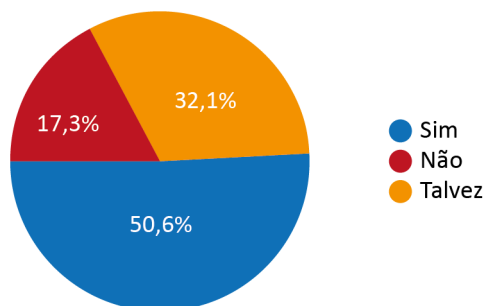
**O grupo te ajuda a ser um pai melhor?**

81 respostas



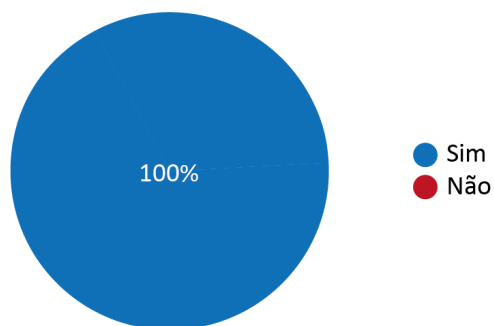
### O grupo ajuda no relacionamento conjugal?

81 respostas



### Você indicaria o grupo a outros pais pretos?

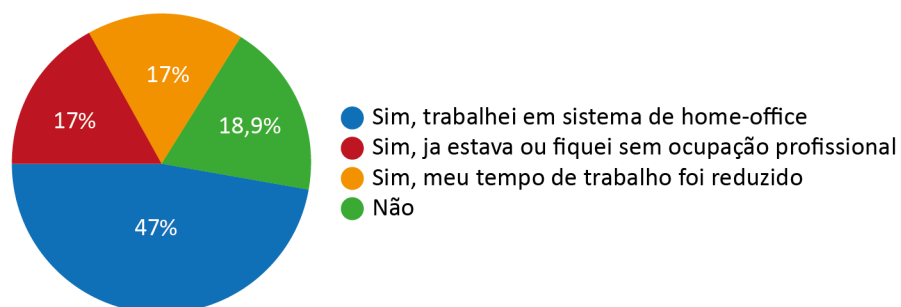
81 respostas



## 4. Paternidade Preta e Covid-19

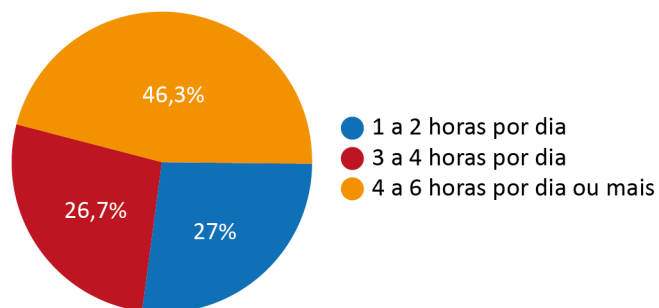
### Durante a pandemia você teve ou tem mais tempo em casa?

270 respostas



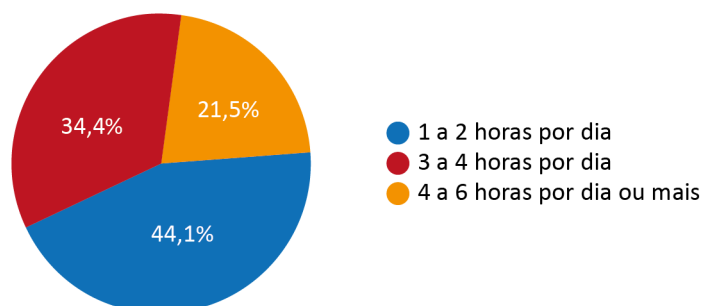
## Durante a pandemia, em média, quantas horas por dia de cuidado com seu(s) sua(s) filho(s) filha(s) você considera ter dedicado ou ainda dedica?

270 respostas



## Durante a pandemia quanto tempo você dedicou/dedica ao trabalho doméstico diariamente?

270 respostas



## Algumas conclusões

Por fim, chamamos a atenção para alguns comentários feitos pelos participantes em campo para preenchimento opcional. Todos eles foram inseridos aqui sem alteração na forma como foram escritos pelos próprios participantes.





*“Primeiramente, entendo que estamos falando de etnia. E por ser classificado como etnidade, temos o conceito de etnias: branca, indígena, negra, etc. Não concordo com o termo Preto. Quando li que era o I Relatório das Paternidades \*Pretas Brasileiras\* me senti imensamente ofendido, pois sou NEGRO. O IBGE classifica as pessoas como se fossem cores. Exemplo: Preto, Pardo. Acredito que devemos rever nossa forma de pensar e atitudes, e evitar proferir, de certa forma, conceitos e/ou preconceitos antigos. Torço e acredito que talvez, caso exista o próximo Relatório das Paternidades Brasileiras, esteja o termo certo, ou seja: II Relatório das Paternidades \*Negras\* Brasileiras.”*




*“Foi por causa da pandemia que pude estar mais próximo da minha filha. Antes disso, praticamente só trabalhava, chegando em casa tarde e cansado. A pandemia me proporcionou um tempo de qualidade com minha filha e família.”*





*“Desejo que, com esse estudo, possamos ter um raio-x sobre a paternidade negra em nosso país e como ela se desenrola nas diferentes regiões.”*






*“Achei interessante esse questionário. Confesso que não respondi com segurança a questão Cis... até porque nunca tinha escutado... Fiz uma pesquisa rápida na internet pra responder, aí fiquei pensando se muitos pais tiveram a mesma dificuldade, fora isso foi tranquilo!!”*



*“Gostei de receber este questionário. Vivo em movimentos sociais desde jovem, porém nenhum exclusivo de pretos. Quero, sim, receber o documento elaborado pós este contato e pós-pesquisa toda. Tenho interesse pelo que diz respeito aos pretos no Brasil. Desejo conhecer grupos de pretos em Fortaleza, Ceará, se vocês puderem indicar.”*



Foram 31 os comentários finais dessa sessão, entre elogios, críticas e sugestões. Podemos perceber que urge a necessidade de se trabalhar com a diversidade contida no exercício da paternidade negra e que este relatório será o pontapé inicial de uma longa caminhada. A despeito das fraquezas aqui brevemente apresentadas, acreditamos que esse formulário possui potencial para se transformar em um grande banco de dados nacional sobre a paternidade negra/preta brasileira.



# SEGUNDA PARTE:

REFLEXÕES SOBRE A  
COLETA DE DADOS



# Masculinidades e paternidades negras: os desafios de ser homem negro no Brasil

Tamis Porfírio

## 1.1. Masculinidades: a hegemonia e o resto

Para falarmos de paternidades negras no Brasil é essencial voltarmos nossas atenções para os atores desse papel parental. Quem são os homens que exercem ou que irão exercer tais paternidades? No Brasil, no ano de 2012, 54,3% dos homens se autodeclaravam negros (IBGE/PNAD, 2012). Dentre os homens, considerando negros e não negros, 63,64% são pais e 80% pretendem ser<sup>14</sup>. Podemos concluir que há uma parcela importante da população de homens cisgênero negros que são ou que podem vir a ser pais. A questão da raça associada às paternidades não deve ser tratada apenas como um acessório, mas, pelo contrário, como fator expressivamente relevante para a compreensão de como se dá o exercício dessas paternidades no Brasil.

Sendo assim, entendermos as diferentes masculinidades que esses homens negros manifestam é essencial à compreensão de como irão afetar o exercício desse papel parental, uma vez que, de diferentes modos<sup>15</sup>, o exercício das paternidades é parte constituinte da construção de uma masculinidade adulta (e isso não tem, necessariamente, a ver com a idade).

---

14 Segundo o relatório produzido pelo Instituto Promundo, em 2019, intitulado por “A situação da paternidade no Brasil. Tempo de agir”.

15 A depender do tipo de masculinidade exercida, da região geográfica, do contexto histórico, da classe social, geração, dentre outras variáveis.

Porém, quando pensamos em um homem ideal e em um homem tido como socialmente apto a ser um pai, de modo geral, não nos vem à mente um homem negro. O ideal mítico de masculinidade não inclui um homem negro, mas sim, um homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão e de classe média/alta.

Tal padrão de masculinidade está muito baseado no que ficou amplamente conhecido academicamente como masculinidade hegemônica a partir da construção conceitual de Raewyn Connell (1983). Esse conceito representa, acima de tudo, um ideal. Um conjunto de práticas que formam um padrão desejável do que é ser um “homem de verdade” e coloca todos os homens em relação a elas. Tais padrões estão imbuídos de um grande potencial de instituírem relações de poder que subjagam, principalmente, mulheres em geral e homens homossexuais, além de afetarem de forma opressiva a produção de masculinidades alternativas, que passam a ser entendidas como subordinadas.

Segundo Connell e Messerschmidt (2013), os padrões de hegemonia com relação às masculinidades se dão de forma normativa e não porque uma maioria numérica de homens os adotou, muito pelo contrário, segundo os autores, uma minoria irrisória dos homens conseguem se adequar a esses padrões hegemônicos. Tais padrões não têm a ver apenas com características de sexo/gênero, fenotípicas e materiais, mas também com características individuais e sociais que incorporem o que há de mais honrado, viril e valorizado socialmente. Dessa forma, seria muito difícil um homem se encaixar perfeitamente nos modelos dominantes de masculinidade, até mesmo aqueles que são considerados “verdadeiros homens” possuem suas contradições. Além do mais, a masculinidade hegemônica não se refere a um indivíduo ou a um conjunto deles, no final das contas, mas às configurações de práticas que fazem parte da constituição de um mito que diz o que é ser um indivíduo em seu sentido pleno. Mito construído e reafirmado ideologicamente, culturalmente e institucionalmente.




A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p.250).

Para que seja hegemônico o modelo de masculinidade precisa se distinguir. No processo de alteridade ela é o “um”, e as demais masculinidades são as “outras”. Todos os homens estão em relação a ela, como um espelho, e os que não se moldam estão no campo da subordinação. Tal subordinação tem muito a ver com as marcas visíveis e estigmatizadas de gênero, raça e classe, mas também está relacionada com os estereótipos produzidos a partir da imbricação desses marcadores de diferença. Sendo, na nossa sociedade, o homem heterossexual, cis, viril, brancos, de classe média e honrado, um modelo das características de masculinidade valorizadas socialmente, os homens que não se aproximam desse padrão acabam por ser estigmatizados e estereotipados.

Apesar de dominador e normativo, o padrão de masculinidade não é rígido e imutável. O que representa a hegemonia muda ao longo da história e também do contexto social. Ou seja, o que é hegemônico e o que é subordinado não é fixo e nem essencializado, mas relativo, contextual e circunstancial na estrutura de poder, além de estarem em constante disputa, sendo passíveis de reconfiguração e até mesmo de desmantelamento de tais padrões (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013; KIMMEL, 1998; VALE DE ALMEIDA, 1996; PINHO, 2004).

De acordo com Kimmel (1998), tal masculinidade hegemônica só é tão relevante e visível aos “outros”, pois aos homens brancos ideais, esses são apenas homens, estão dentro de um padrão genericamente humano. É privilégio desses homens não se pensarem enquanto detentores de um gênero e de uma raça. Não se pensam, apenas existem enquanto indivíduos, o mais genuíno tipo deles. Privilégio que uma mulher negra, por exemplo, não desfruta, raramente essa mulher se esquecerá de que é uma mulher, e ainda, negra. Privilégio que, no Brasil, um homem negro também não desfruta, pois apesar das suas vantagens em relação ao gênero, sua cor o condena.



Nesse sentido, a perspectiva interseccional é de grande valia para a compreensão dessas realidades. Uma vez que devemos considerar os aspectos relacionais, contextuais e circunstanciais das diversas masculinidades, pois a depender de quais eixos de desigualdade (gênero, raça, classe, orientação sexual, geração, deficiência física e etc.) que se imbricam em determinado indivíduo podem produzir novas e diferentes formas de desigualdade, vulnerabilidade e marginalização — entendendo-se que nenhum eixo se sobrepõe ao outro, mas se relacionam no processo de produção de diferenças e desigualdades (CRENSHAW, 1991). Além do fato de que um mesmo indivíduo masculino pode apresentar posição hegemônica em determinada situação ou contexto, e subordinada em outro, e isso pode ser resultado também das marcas de desigualdade que carrega e até mesmo da ausência delas (VALE DE ALMEIDA, 1996).

## **1.2. Será o homem negro um Homem? Uma masculinidade racializada e subalterna**

Segundo Kimmel (1998), “O hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua, mas desigual em uma ordem social e econômica dividida em gêneros.” (p. 105). O autor considera que as masculinidades são constituídas em dois campos inter-relacionados de relações de poder: 1) nas relações de homens com mulheres que constituem desigualdades de gênero; 2) nas relações de desigualdade de homens com outros homens, geradas por diferenças de raça, sexualidade, geração, etc. Sendo assim, o autor afirma que dois dos elementos constitutivos na construção social das masculinidades são o sexismo e a homofobia. Com isso, é importante se atentar para o fato de que as masculinidades não produzem apenas relações de violência e opressão na interação com mulheres e homossexuais. Tais masculinidades são moldadas em uma relação de oposição e antagonismo com mulheres e homens que estão fora dos padrões hegemônicos, portanto, se formam e afirmam seu valor a partir dessas desigualdades.

Em uma ordem hierárquica de gênero, o masculino não se encontra homogeneamente no topo, mas subdividido entre diversas masculinidades marginalizadas. Se o modelo de masculinidade hegemônica que atualmente contempla o homem branco padrão representa não apenas um ideal, mas acima de tudo um padrão genérico de humanidade, o homem negro, que no Brasil representa a sua antítese masculina, corresponde aquele que está afastado do que é humano, e mais próximo da natureza. Fanon (2008 [1952]) é categórico ao afirmar que o homem negro não é um homem. Este se localiza em uma “(...) zona de não-ser, uma região extraordinariamente estéril e árida.” (p.26).

O homem negro está em constante relação de inferioridade — inclusive ontológica — com o homem branco. Fanon (2008 [1952]), apesar de muitas vezes usar o gênero masculino como genérico para se referir ao indivíduo negro, faz uma afirmação muito pertinente e que cabe muito bem aos contrastes de poder referentes às masculinidades negras e brancas: “Pois, o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco” (p.104). Segundo o pensamento ocidental, os homens negros não são homens, nem no sexo e nem no gênero, pois não romperam com a natureza, permanecem selvagens, sem a capacidade racional necessária para domar seus instintos. Tal capacidade os colocaria em estado de liberdade, porém, incapazes, não são donos de si (FAUSTINO, 2019).

Para Custódio (2019), a questão ontológica do ser negro está intrínseca ao debate das masculinidades negras. Tal condição de não humanidade é inerente à raça, é o ser negro que solapa as possibilidades de humanidade, mas para o autor há uma diferença crucial relacionada a gênero nesse aspecto. Às mulheres está reservado o que o autor chama de “vulnerabilidade Zero”, uma subalternidade quase que inescapável por conta de seus marcadores sociais de gênero e raça, a princípio. A mulher negra está na base da pirâmide social, representa o “outro do outro”, como se refere Grada Kilomba (2008).

Agora, ao homem negro está reservada a promessa ou a crença no poder, por conta de seu gênero, promessa essa que não se realiza. Se espelha em um ideal de *status* de masculinidade no qual não será permitido que alcance. Tal expectativa por poder, segundo o autor, pode causar consequências reais, tais como a violência contra outros homens e contra crianças e mulheres negras. Tal masculinidade exercida pelo homem negro, o autor denomina como “uma masculinidade exercida fora do lugar” (CUSTÓDIO, 2019, p. 132).




Os homens não brancos (pretos, pardos e indígenas) são a parcela da população brasileira que mais consome bebidas alcoólicas de forma excessiva, 61,6%, contra 48,6% dos homens brancos (PNS/2013). Os padrões de masculinidade associados ao racismo estrutural podem comprometer de formas muito cruéis a saúde psicológica e a socialização dos homens negros, além de colocá-los em posição de subordinação social, o que os deixa suscetíveis ao consumo exagerado de substâncias químicas. Independentemente da raça, há uma relação direta entre o consumo excessivo de álcool entre os homens e a violência doméstica exercida por eles, dentre outros episódios de violência, inclusive a sexual, além de acidentes de trânsito e acidentes de trabalho.

São os homens negros o grupo social que mais morre no Brasil, seja de morte social ou física. Esses homens são os principais alvos do encarceramento em massa, segundo o Anuário brasileiro de segurança pública (2020), no ano de 2019, os indivíduos negros representavam 66,7% da população carcerária, enquanto que 33,3% dessa população estavam representadas pelos não negros. Das vítimas de homicídio no Brasil, 74,4% correspondiam a pessoas negras e 91,2% desses eram homens.

Quando voltamos para a problemática da violência policial, em 2019 a comparação da taxa de 100 mil habitantes aponta que a mortalidade entre pessoas negras causadas pelas intervenções policiais é 183,2% superior a taxa verificada entre brancos. A taxa de mortalidade entre brancos causada por intervenção policial fica em 1,5 por 100 mil habitantes brancos, já entre negros, 4,2 por 100 mil habitantes negros. Pode-se observar que 79,1% dos alvos de intervenção policial no Brasil são negros(as), 99,2% são homens e 74,3% são jovens de até 29 anos. Os corpos negros são cotidianamente vítimas da necropolítica<sup>16</sup> (MBEMBE, 2016) e o movimento negro há muito vem apontando tal problemática como um genocídio da população e juventude negra.

---

16 São “as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2016). Segundo Mbembe (2016), o racismo é um aspecto central na definição dos inimigos do Estado quando se trata da necropolítica, que tem por uma das principais características o estado de exceção e o estado de sítio como uma constante.



Segundo a “Política Nacional de Saúde Integral da População Negra” (2017), os homens apresentam maiores taxas de mortalidade para os três grandes grupos de causas de doenças da Organização Mundial da Saúde (OMS) (doenças infecciosas e parasitárias, doenças não transmissíveis e causas externas) do que as mulheres. As causas externas são os maiores motivos de morte dos homens negros no Brasil, que têm chances, 6,3 vezes maiores, de morrer dessa forma do que as mulheres. Segundo dados do Ministério da Saúde, jovens homens negros de até 29 anos de idade têm até 50% a mais de chance de cometer suicídio. O desamparo público com relação à saúde mental e física desses homens é alarmante. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, a população negra correspondia a 67% do público total atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>17</sup>, uma saúde pública sucateada que não dá conta de atendê-los. E como fator agravante, há a presença de uma cultura masculina, que institui padrões extremamente negativos e prejudiciais, que concebe que o autocuidado não é uma prioridade para “homens de verdade”.

A vida do homem negro no Brasil é indesejada, constantemente hostilizada. O Estado e as instituições sociais compactuam com a morte desses homens e até mesmo as produzem, seja via políticas de morte, seja via indiferença institucional, os dois fazem parte de um projeto de poder em que a branquitude é o centro.

Fanon (2008 [1952]) faz uma discussão muito significativa ao se comparar, enquanto homem negro, a um homem judeu. Segundo o autor, apesar de toda a história de escravidão, privação, perseguição, extermínio e discriminação sofrida pelos judeus, ainda assim, esse pode ser ignorado em sua judeidade, pois muitas vezes podem passar despercebidos como apenas um homem branco. Apesar de alguns traços discutíveis que olhares menos atentos podem deixar passar ou fazer duvidar, apenas o comportamento, os atos ou algo que possa detectá-lo como judeu poderia denunciá-lo.


---

17 Cf. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p.

Mas ao homem negro não há essa chance, sua pele o entrega ao racismo. Segundo o autor, o negro se torna um escravo de sua aparência. Sua cor chega primeiro, antes de sua individualidade, suas características pessoais, seu caráter, sua personalidade, sua complexidade enquanto ser humano. Tal discussão nos abre as portas para vermos o quanto o homem negro está sob a influência de estereótipos que o precedem e o coisificam.

Souza (2009) discute algumas representações do homem negro construídas de forma racista pelo imaginário social nacional, presentes na literatura e nas novelas brasileiras. Os estereótipos de “neguinho” e o de “negão” são os mais representativos nesse meio e os que mais definem de forma racista os negros. Segundo o autor, o primeiro representaria o homem negro submisso, servil, infantilizado, moleque de recados, aquele sem vontade própria e dependente mental e psicologicamente das decisões dos brancos. Apesar de entregue ao alcoolismo e às perdições sexuais, mantém uma relação totalmente assexuada com as mulheres brancas. Já o negão é o oposto do primeiro, viril, de desempenho sexual excepcional e pênis de tamanho avantajado. É uma ameaça ao homem branco por sua sensualidade supostamente irresistível às mulheres brancas.

Sobre as nuances que estão entre tais estereótipos, o autor fala também do estereótipo que representa o “fiel escudeiro”. Esse tem todos os atributos físicos do negão, mas é assexuado, assim como o neguinho. Fiel e devotado, entregaria sua vida pelos seus superiores protegidos e os defenderia até mesmo de outros negros, sempre disponível para realizar o trabalho sujo. Um “tipo” muito útil à masculinidade branca, servil e submisso, mas desprovido da ameaça sexual que o homem negro representa no imaginário do branco. Porém, é preciso manter tal força e habilidades corporais sob as rédeas da branquitude, pois “quando um homem negro não está submisso, colocando sua força a serviço do *status quo*, está fora de controle, tornando-se uma ameaça. Nesse caso ele é satanizado e provavelmente será exterminado fisicamente.” (SOUZA, 2009, p. 16).



Tais estereótipos apenas confirmam a negação da humanidade desses homens, além da representação de uma masculinidade distorcida e estigmatizada aos olhos da branquitude. Uma das formas dos grupos masculinos hegemônicos de se afirmarem é desqualificando as demais masculinidades, criando e reproduzindo estereótipos que os caracterizam como referências negativas, é essencial que os grupos masculinos minoritários se tornem contraponto para que o padrão hegemônico seja tido como referencial positivo nas sociedades ocidentais (CONNELL, 1995, Apud, SOUZA, 2013). “Nesse sentido, a força do estereótipo está exatamente no fato de se legitimar, pela maior capacidade de persuasão do grupo hegemônico que se impõe, transformando sua ideologia em verdade universal.” (SOUZA, 2013, p. 42).

É comum a internalização de tais estereótipos pelos próprios homens negros, não como uma escolha estritamente racional, mas como uma forma de alcançar algum valor social a partir da tentativa de ressignificação positiva do estigma. Souza (2013) se refere a esse processo como talvez um dos únicos meios de garantir *status* a esses homens perante as mulheres e, principalmente perante outros homens. Muitos dos homens negros acreditam ser, de fato, a hipersexualização, a força incomum e a extrema virilidade, características atribuídas ao “negão”, as suas características mais valorosas socialmente e que devem ser buscadas, a esses parece o melhor jeito de ser apreciado enquanto homem negro. Se enjaulam em uma “gaiola dourada” (idem, p. 105), um lugar estereotipado e objetificado, mas que lhes garante algum valor, algum respeito e reconhecimento.

A partir do que foi discutido começamos, então, a compreender os desafios que um homem negro enfrenta para construir-se enquanto homem em uma sociedade patriarcal e brancocêntrica. Nascer do sexo masculino não basta para que se possa desfrutar de forma absoluta dos poderes de um homem, mas só a brancura pode lhes garantir o valor e a plenitude de uma masculinidade “correta”, “honrada” e “capacitada” para exercer os papéis sociais de um homem de verdade, inclusive, a paternidade.

## Referências bibliográficas:


- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. p. 44.
- CONNELL, [Raewyn] Robert. **Which Way is up?** Essays on Sex, Class and Culture. Sydney, Australia: Allen and Unwin, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Masculinities**. Berkeley, CA: University of California Press. 1995.
- CONNELL, [Raewyn] Robert; MESSERSCHMIDT, James. **Masculinidades hegemônicas: repensando o conceito. Estudos Feministas**, Florianópolis: v. 21, n. 1, p. 241-274, jan. 2013.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. Stanford Law Review. v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- CUSTÓDIO, Túlio. **Per-vertido homem negro: reflexões sobre masculinidades negras a partir de categorias de sujeição**. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rouf Malungo (orgs.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 232.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.
- FAUSTINO, Deivison. **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. Prefácio. In: RESTIER, Henrique; SOUZA, Rouf Malungo (orgs.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p. 232.
- FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2020. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>>. Acesso em: jan. 2021.
- INSTITUTO PROMUNDO. **A Situação da Paternidade no Brasil 2019: Tempo de Agir**. Rio de Janeiro, Brasil: Promundo, 2019.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios. Rio de Janeiro: n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

- KILOMBA, Grada. **Plantations Memories**. Episodes of Everyday Racism. Munster: Unrast Verlag, 2008.
- KIMMEL, Michael. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre: ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde 2013: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. p. 181. Disponível em:< [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa\\_nacional\\_saude\\_2013\\_estado\\_saude\\_vida\\_doencas\\_cronicas.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pesquisa_nacional_saude_2013_estado_saude_vida_doencas_cronicas.pdf)>. Acesso em: jan. 2021.
- PINHO, Osmundo. **Qual é a identidade do homem negro?** Democracia Viva, n. 22, p. 64-69, junho/julho 2004.
- SOUZA, Rolf. **As representações do homem negro e suas consequências**. Revista Fórum identidades, ano 3, v. 6, p. 98-115, jul-dez de 2009.
- \_\_\_\_\_. **Falomaquia: homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente**. Antropolítica, Niterói (RJ): n. 34, p. 35-52, 1. sem. 2013.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul de Portugal**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: p.161-189, 1996.




# Paternidades negras em pauta – desafios e perspectivas

Luciano Ramos



“É muito difícil ser pai preto, pois além de todos os desafios que um pai encontra normalmente, eu ainda preciso educar meus filhos para conviverem com o racismo.”

(relato de um pai participante de uma oficina sobre Paternidades e Cuidado em 2019)



O exercício da paternidade negra no Brasil é um lugar quase inalcançável ou utópico para o homem de cor. Esse homem tem a vida ameaçada a cada instante pela necropolítica. E a cada 23 minutos uma criança negra fica sem pai ou a cada 23 minutos um homem jovem negro não se tornará pai, de acordo com o Mapa da Violência de 2017.

De acordo com os fatos que serão apresentados abaixo este texto explicita a quase impossibilidade do homem negro de paternar no Brasil, devido os contextos sociais e históricos.

O racismo estrutural não permite ao homem negro exercer a paternidade, pelo fato dele ter sido sequestrado para o ocidente com o intuito de ser somente uma força de trabalho escravizada e não para paternar.

Assim, faz-se importante conceituar o Racismo Estrutural, que segundo Carl E. James (1996) é, portanto, a formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que, frequentemente, coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor para ter sucesso e, ao mesmo tempo, prejudica outros grupos de forma consistente e constante, causando disparidades que se desenvolvem entre os grupos ao longo de um período de tempo.

O filósofo Silvio de Almeida explicita no seu livro “Racismo Estrutural” que o racismo está longe de ser uma anomalia. O racismo é o “normal”: *“Independente de aceitarmos o racismo ou não, ele constitui as relações no seu padrão de normalidade”*. Tenho dito há algum tempo que se o homem preto sobrevive para paternar, ele tem outros desafios para vivenciar essa paternidade como, por exemplo, ser obrigado a criar um repertório maior, comparado aos pais brancos, para empoderar seus filhos e suas filhas para se desenvolverem numa sociedade que se relaciona pautada no racismo.

Quando falamos em paternidade, de que paternidade estamos falando? Onde as paternidades negras se conectam com o modelo de paternidade abordada socialmente? Que elementos das paternidades negras se encontram nas paternidades estudadas e abordadas socialmente?

Eu não tenho a pretensão de responder a estas perguntas nestas linhas seguintes, mas de questionar ainda mais sobre isso.

## Sobre parte da história da escravização dos homens negros no Brasil

Faz-se importante pensar numa linha do tempo que nos ajude a entender a organização do racismo no Brasil, a partir da escravização dos homens e mulheres advindos e advindas de diferentes territórios do Continente Africano. Incontáveis vezes a filósofa Marilena Chauí aponta, em suas falas, que a sociedade brasileira, equivocadamente, transforma as diferenças em desigualdades. Este é um ponto fundamental neste texto para a compreensão do racismo num cenário tão plural, tal qual a realidade brasileira.

- **1500** – os portugueses chegaram ao Brasil. Não há um processo de descoberta para algo que já havia sido descoberto pelos que nestas terras habitavam. Há uma chegada invasora.
- **1550** – tráfico dos navios negreiros. Laurentino Gomes (2019), no livro *Escravidão*, relata que *“Os navios negreiros fizeram com que os tubarões peixes mudassem suas rotas migratórias, passando a acompanhar as embarcações na travessia do oceano, à espera dos corpos que seriam lançados sobre as ondas”*.

O que justifica este tráfico de corpos negros e a escravização de corpos da mesma cor?



Cientificamente, acreditava-se que os negros eram serem inferiores, por serem pretos. Retiram dos negros toda e qualquer capacidade de pensamento, de reflexão e até mesmo de sentimentos.


Frantz Fanon, no livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), aborda esse sequestro branco da capacidade de reflexão e inteligência do homem preto. Assim, poderíamos fazer uma segunda afirmação neste texto de que a masculinidade branca desumaniza o homem preto. Podemos retratar isso falando de Hegemonia x Subalternidade. Mais a frente o nosso texto abordará este elemento.

*Sobre o arcabouço legal, de acordo com a linha do tempo:*

- **1824** – Lei que proíbe os negros de estudarem: fortalece, socialmente, o fato de que negros são inferiores intelectualmente, desprovidos de inteligência e são objetificados.
- **1850** – Lei de Terras: proíbe que negros e indígenas adquiram terras no país — cria, legalmente, a impossibilidade dos negros de adquirirem bens.

Aqui eu abro um parêntese para falar que um dos elementos fundantes da paternidade, branca e hegemônica, está em prover. Não prover no âmbito da *virilidade, que é virtude essencial da organização da masculinidade rígida, chamada vulgarmente de tóxica e que descaracteriza a masculinidade do homem preto*. Logo, percebe-se que o homem branco cria uma série de normas para deslegitimar a masculinidade do homem negro. O sociólogo e historiador Georges Vigarello (2013) aborda a virilidade da seguinte forma:

...a virilidade é marcada por uma tradição imemorável: não simplesmente o masculino, mas na sua natureza mesma, e sua parte mais nobre, senão a mais perfeita. A virilidade seria uma virtude, cumprimento. A virilitas romana, da qual o termo é oriundo, permanece um modelo, com suas qualidades, claramente enunciadas: sexuais, aquelas do marido ativo, poderosamente constituído, procriador, mas também ponderado, vigoroso e contido, corajoso e comedido. O vir não é simplesmente homo; viril não simplesmente o homem: ele é um ideal de força de virtude, segurança e maturidade, certeza e dominação. Daí esta situação tradicional de desafio: buscar o perfeito, a excelência, bem como o autocontrole. Qualidades numerosas, enfim, entrecruzadas: ascendência sexual misturada à ascendência psicológica, força física à força moral, coragem e grandeza acompanhando força e vigor. (Vigarello 2013, p.7)



Precisamos pensar aqui na virilidade como uma série de exigências, compreendidas como virtudes, que devem ser constantemente praticadas para o exercício da masculinidade, como está posta socialmente. Uma vez que este homem preto não alcança este lugar de poder de compra, sua masculinidade inexistente.

*Seguindo a linha do tempo*


- **1871** – Lei do Ventre Livre: os filhos das mulheres escravas no Brasil a partir da data de aprovação da lei eram livres.
- **1885** – Lei do sexagenário: determinou que a partir da sua aprovação todos os escravos com mais de 60 anos eram livres.
- **1888** – Assinatura da Lei Áurea – Abolição da Escravatura: o Brasil é o último país americano a abolir a escravatura.

Todas estas leis se organizam para ratificar o racismo que, ao longo do tempo, foi se estruturando na sociedade brasileira. De todas as formas, em diferentes aspectos da organização brasileira (leis, signos, estética e ética brasileira), a sociedade se organizou com base no racismo, tornando-o como prática natural e ensinada transgeracionalmente.

## **Que lugar as masculinidades negras ocupam no Brasil?**

Este texto não tem como função falar sobre masculinidades, mas questionar as estruturas que impedem o homem preto de paternar. Todavia, é bem difícil falar sobre paternidades negras sem falar de masculinidades, uma vez em que elas se relacionam.

Aqui, nesta parte do texto, podemos retomar o enfrentamento entre Hegemonia x Subalternidade. Raewyn Connel (1983) retrata o termo da Masculinidade Hegemônica considerando que, antes de tudo, trata-se de um ideal, como um conjunto de ações que definiriam um homem de verdade. O que se alia às virtudes, antes trazida neste texto. Estes, na verdade, são um grupo pequeno de homens, que organizam a forma como os homens, em geral, precisam ser categorizados. Estes determinam os subalternos como todos que não fazem parte deste seletivo grupo.



Os homens negros, por sua vez, ocupam os espaços das masculinidades subalternas. É importante entender que essas masculinidades hegemônicas e subalternas se relacionam diretamente, e que uma somente existe pela existência da outra. Segundo Kimmel (1998), o hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua, mas desigual em uma ordem social e econômica, dividida em gêneros. Ele também afirma que as desigualdades são construídas no interior das masculinidades. O que afirma que os homens brancos desumanizam as masculinidades dos homens pretos. Fanon (1952) aborda constantemente a relação de inferioridade do homem preto frente ao homem branco.

Dentro deste cenário, o corpo preto não é visto como um corpo valorizado, mas antes é visto como um objeto (na perspectiva de objetificação) sem reconhecimento histórico e social. Assim, o racismo histórico antes citado aqui, ganha um lugar de legitimidade do Estado. O homem preto é visto como suspeito, como o potencial criminoso pelo poder armado do Estado. Nesta luta constante entre hegemonia e subalternidade, onde este homem preto é intimado, diariamente, a lutar por um lugar nessa cadeira que para ele é inexistente, dá-se a ele a falsa esperança para chegar à hegemonia, através da possibilidade de matar seus irmãos de cor. Neste cenário, apresenta-se o “*fiel escudeiro*” (um homem viril, forte, pênis de tamanho avantajado. Uma ameaça ao homem branco por sua sensualidade irresistível às mulheres brancas, mas assexuado) que é uma das representações do negro, segundo Souza (2009) ou a figura do *capitão do mato*.

Neste duelo, não há espaço para o homem negro ser homem. Ele não consegue ocupar este lugar neste modelo vigente de masculinidade e de sociedade.

## Qual o lugar do pai negro?

A paternagem negra não pode ser analisada do mesmo lugar que as paternidades brancas. Se você chegou até aqui neste texto, há vários elementos que te mostraram isso. O primeiro passo é desconstruir a paternidade como um movimento singular. As paternidades ocupam lugares distintos nesta arena. Analisar as paternidades sem recortes de raça, classe e gênero é um movimento vazio e desnecessário. A interseccionalidade é um conceito importante como ponto de partida para a compreensão dos distintos exercícios das paternidades.

Quem é este pai? Que compreensão ele tem da paternagem? O que é ser pai para este homem? Que experiência de ser filho ele teve? Que rede este homem tem para o exercício da paternidade?

Todas essas são questões fundamentais para compreender as masculinidades negras e apoiá-las neste movimento importante de construção do homem preto.

No livro *“Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades”* o organizador Henrique Restier nos relembra que a memória de paternagem do homem preto é muito recente. Se retornarmos à linha do tempo deste texto, vamos perceber que o homem preto só conseguiu “exercer” paternidade, com todas as dificuldades sociais para isso, após a Abolição da Escravatura. Logo, esta memória tem menos de 150 anos na história do homem preto brasileiro, o que na organização de uma sociedade é pouco. Cobra-se deste homem, socialmente, de forma ainda mais dura, o exercício da paternidade do que é cobrado do homem branco. Isso se dá pela organização hegemônica branca e heteronormativa e cis da sociedade brasileira. Deste homem são exigidas algumas atitudes sem considerar o básico: que é o seu medo de morrer ou de que os filhos pretos morram ou que as filhas, por serem pretas, tenham seus corpos violados, uma vez que o corpo da mulher preta não é respeitado dentro deste modelo de sociedade. O direito à vida é o direito fundamental e básico para a convivência social, mas estes homens ainda estão lutando por isso. Estes pais ainda estão tentando sobreviver. Este movimento de cuidado da paternidade preta precisa existir, de forma coletiva, mas com base numa condição de vida promovida pelo Estado e pela sociedade.

*“É preciso uma aldeia para se educar uma criança.”* Este provérbio africano nos remete ao fato de que os quilombos têm movimentos coletivos. As aldeias têm movimentos coletivos. A sociedade branca tem movimentos individualistas e cobra de homens e mulheres que, tradicionalmente, vêm de movimentos comunitários atitudes individuais de cuidados e proteção. Neste aspecto, faz-se importante respeitar o aquilombamento como experiência do cuidado. Pensar num movimento onde a responsabilidade do cuidado é de todos, sem retirar o que é próprio de cada um. E a paternidade encontra seu lugar de cuidado nesta coletividade, que tem como ponto de partida cuidar da vida. O homem preto, na busca ilusória de alcançar a masculinidade hegemônica, que também se alia à sua sobrevivência física e social, se afastou deste movimento coletivo de cuidado. Faz-se necessário convocar este homem para este aquilombamento do cuidado ao mesmo passo que é necessário que a comunidade não negra respeite e entenda este processo, além de disseminar essa prática entre os seus. Isso seria uma importante atitude antirracista. Pensar em políticas públicas que pense na comunidade como importante espaço de cuidado do pai preto, sem retirar sua responsabilidade individual é algo urgente.

Por fim, não dá para pensar paternidades negras distante das características que organizam este homem preto num mundo racista e sem fazer uma leitura interseccional (gênero, classe, raça).

Nesta comunidade de paternidades negras, eu só começarei a sonhar quando meus irmãos também puderem sonhar.

## Referências:

- JAMES, Carl E. – **Perspectives on racism and the human services sector: A case for change** 2nd revised – University Of Toronto Press p.27
- Silvio de Almeida é um advogado, filósofo e professor universitário.
- Marilena Chauí é escritora e filósofa brasileira, especialista na obra de Baruch Espinoza.
- Laurentino Gomes é um jornalista e escritor brasileiro.
- <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/254945905/racismo-cientifico-origens-das-teses-racistas-na-modernidade>
- Frantz Fanon foi um psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês da Martinica, de ascendência francesa e africana.
- Bell Hooks – autora, professora, teórica feminista, artista e ativista social estadunidense.

# Maternidades negras – O exercício de ser mulher negra e mãe no Brasil

Viviana Santiago

## Introdução

Abrir o diálogo acerca da maternidade no Brasil significa a evocação de uma maternidade branca. Por mais que insistamos em acreditar que “somos um país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza” e que “está na hora dessa gente bronzeada mostrar seu valor”, não é em toda a população brasileira que pensamos quando, comumente, nos debruçamos acerca da maternidade. As imagens não nos deixam mentir, basta digitar as palavras “mãe” e “maternidade” em mecanismos de pesquisa online, que vamos receber uma enxurrada de imagens nos conectando com mulheres brancas, desde jovens abraçadas as suas filhas diante de computadores, à senhoras idosas que aqui recebem atenção de seus filhos adultos, passamos também pelas brancas Pietàs com seus filhos no colo, até uma branca (e inconcebível) Yemanjá que, vestida de azul e de dentro do mar, simbolizaria a grande mãe que protege a todas e todos e apoia as mulheres em sua maternidade.

Branças, mulheres brancas e, dessa forma, várias imagens vão se formando na mente de quem lê. A imagem de uma maternidade branca, de um cuidado branco, com especial destaque para as imagens de maternidade associadas aos complexos hospitalares obstétricos que, sob raríssimas exceções, representam mulheres negras, a invisibilidade negra é um fato nessa construção social.

Ser mulher no Brasil é algo ainda muito desafiante, mas ser mulher negra e trazer consigo os marcadores, gênero e raça, que estão na parte de menor valor da sociedade, adicionam à experiência de vida das mulheres negras o constante convívio com o risco, com a violência e com a morte. De acordo com a Plataforma EVA – Evidências sobre Violências e Alternativas para mulheres e meninas<sup>18</sup>, lançada pelo Instituto Igarapé, entre 2010 e 2018 mais de 214 mil mulheres e meninas foram vítimas de violência sexual, 243,6 a cada 100 mil mulheres já sofreram agressão, 42 mil mulheres foram assassinadas e 68% das mulheres vítimas de homicídio eram pardas e negras. Não é fácil ser mulher no Brasil e, nesse mesmo país, a gravidez, embora aparentemente celebrada, precisa ser entendida como ela realmente é, a partir de duas variáveis: imposição e culpabilização. Os relatos de mulheres, desde a violência obstétrica e a perda de rendimentos, expressam que precisamos nos desafiar a perceber a complexidade inerente ao fenômeno de fazer-se mãe no Brasil e é esse o debate que nós propomos aqui, privilegiando a experiência das mulheres negras e fazendo uma análise interseccional que privilegie, sobretudo, as dimensões de gênero, raça, classe e geração.

Interseccionalidade é uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, em particular, articulando raça, gênero e classe. O termo, nas palavras de Carla Akotirene:

“Demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras.”<sup>19</sup>

Nesse caso, pretendendo lançar luzes sobre a experiência da maternidade negra e, dessa forma, a *“interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis a colisão das estruturas e fluxos modernos”*.<sup>20</sup>

---

18 [https://eva.igarape.org.br/health\\_system/br](https://eva.igarape.org.br/health_system/br). Acesso em: 13/02/2021.

19 AKOTIRENE, Carla. O Que é Interseccionalidade? Editora Letramento, 2018, p.54.

20 [5] – idem – (2018, p. 58)





## 1. Quem não conhece a raiz não chega até o topo

A partir de uma cosmovisão afrocentrada e se baseando nos saberes afrodiaspóricos, pede-se aqui licença as mais velhas e aos mais velhos, para apresentar um antigo provérbio africano, que chega ao nosso conhecimento através das sobrevivências e reinvenções do povo raptado pelo tráfico no Atlântico negro. Um provérbio que sinaliza que a não ser que se vá a profundidade é impossível compreender o que está em um nível mais acima. Entender a maternidade negra e, aqui, principalmente, a sua invisibilização requer uma análise profunda da construção do sentido dessa maternidade, a partir da experiência ancestral das mulheres negras escravizadas, raptadas da África e posteriormente nascidas no Brasil, mas igualmente escravizadas.

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, estima-se que durante os mais de três séculos de duração da escravidão no Brasil, cerca de milhões de africanos foram traficados para o Brasil. Nesse contexto, as mulheres negras cumpriam funções que estavam para além do trabalho exaustivo a que eram submetidas, elas também eram em si mesmas, em seus corpos, uma parte da estrutura reprodutora da escravidão, essas mulheres tinham a função de gerar mais escravizados, de alimentar com seu próprio corpo os filhos e filhas daqueles que lhes escravizavam, crianças que um dia teriam o direito de posse sobre elas mesmas e, nesse contexto, essas mulheres eram afastadas de suas filhas e filhos, tão logo essas crianças se mostrassem aptas para o trabalho e tivessem valor comercial garantido. As mulheres negras pariam, mas não tinham a oportunidade de serem mães.

*“Ao contrário da descendência das relações entre homens negros e mulheres brancas, a descendência de qualquer mulher negra escrava, sem levar em conta a raça do seu companheiro, seria legalmente escrava e assim propriedade do dono a quem a escrava pertencia. Como o valor de mercado das mulheres negras escravas aumentou, um largo número foi roubado ou comprado por negociantes de escravos brancos”. (HOOKS, 1981, p.14)<sup>21</sup>*

---

21 HOOKS, bell. E não sou eu uma mulher? Ano 1981, p.14.

As mulheres negras frequentemente eram estupradas e pariam essas crianças desses estupros que sofriam, sem contar com o acolhimento de quem quer que fosse, pois havia, sobretudo por parte de muitas mulheres brancas, a suspeita de que essas mulheres negras eram a encarnação do mal, eram lascivas que adentravam a sua casa com o objetivo de enlouquecer e seduzir a seus homens, maridos e filhos, e concretamente essas mulheres se esqueciam, de que essas mulheres negras, eram as vítimas de um perverso pacto social que as construía como objetos sexuais e depois as puniam por serem vítimas desses crimes sexuais, punições que passavam, muitas vezes, pela mutilação de seus rostos e corpos por parte de senhores e senhoras de escravizados, que descontavam ali a sua ira por seus desejos não cumpridos por aquela mulher.

Essas mulheres eram impossibilitadas de maternar suas filhas e filhos, seja porque os tiveram quase imediatamente arrancados de si, seja porque os viram crescer como bicho da casa grande, que se alimenta das migalhas da mesa como eternizado por Debret, na pintura *Um jantar brasileiro*, ou seja os vendo transformar-se em objeto e brinquedo do senhorzinho branco, como explicitado por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala*:

“Logo que a criança brasileira começava a andar, os pais davam-lhe por companheiro um molequinho. O molequinho era o camarada de brinquedos, mas também um leva pancadas do ioiô”.<sup>22</sup> (Freyre, 1933, p.46)

O fato é que essas mulheres não eram percebidas como mães, eram percebidas como responsáveis pelo cuidado das crianças, como bem explicitado no texto de Freyre, as negras eram o bichinho debaixo da mesa, o objeto de pancadas e, frequentemente, antes dos 7 anos de idade eram a trabalhadora.

---

22 FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Ano 1933, p. 46.

O processo de abolição da escravatura no Brasil, perversamente construído sem a intencionalidade de concretamente inserir o povo negro recém-liberto no projeto de Nação, vai demarcar de maneira profunda no imaginário dos seguintes séculos o que significa a maternidade das mulheres negras. A partir da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) na qual estabelece, antes de tudo, a condição de objeto inerente a essas mulheres, que desumanizadas são assim fatiadas, tendo parte do seu corpo emancipada, seu ventre, seu útero e reiterando seu lugar de estrutura reprodutiva, ainda assim, tem-se a reiterada compreensão de que a maternidade não é o caminho, ao se libertar as filhas e filhos e não a mãe tem-se a construção eficaz de uma ideia de que entre uma mulher negra e suas filhas e filhos não há relação, não há amor, porém mais do que isso, vai estabelecer que o projeto de Nação determina que o lugar das crianças negras é a institucionalização e a exploração de seu trabalho:

*“Mesmo que a abolição da escravatura tenha sido assim, longamente trabalhada, realizada, como foi, por estágios ou partes, não se cuidou, como já foi assinalado, aliás, da integração social do negro, não se fez o transabolicionismo de que fala Gilberto Freyre. As crianças alforriadas antes da Lei do Ventre Livre ou mesmo aquelas libertadas depois, (...) terminaram sob a tutela de instituições filantrópicas, as quais representam no contexto social o poço no qual desaguam as questões assemelhadas ainda hoje. Poucos desses meninos, na atualidade, inclusive, integram segmentos mais diferenciados, antes continuam, em maioria, no degrau inicial da sociedade, senão nos patamares da miséria”. (Brandão, 1996, p.15)<sup>23</sup>*

---

23 BRANDÃO, Sylvana. Ventre Livre Mãe Escrava. Recife, 1996.

## 2. Mulheres negras trabalhadoras domésticas e trabalhadoras informais – a reiteração do cuidado para o outro


Após a abolição, dá-se então a integração da mão de obra escravizada à sociedade, agora na condição de trabalhadoras livres. As mulheres negras que já habitavam as casas na condição de escravizadas, incorporam-se à nova dinâmica na condição de “empregadas domésticas”, mas especialmente nesse caso, sem que haja qualquer equiparação da condição de direitos de trabalhadoras, permanecem nas casas e são passadas para membros da família “como se fossem da família”, e ali seguem trabalhando 14 ou mais horas por dia. De acordo com estudo da Organização Internacional do Trabalho, o Brasil é o país com a maior população de trabalhadores domésticos do mundo em números absolutos, segundo estudo feito em 117 países, em 2017 calculava-se cerca de 7 milhões de mulheres, ou seja, o perfil do trabalho doméstico é feminino, afrodescendente e de baixa escolaridade, numa relação de extrema proximidade e dependência do empregador, num contexto de isolamento e desproteção em que trabalho, são elas frequentemente vítimas de abusos, assim como foram as mulheres negras antes delas e que trabalhavam na condição de escravizadas.

A aprovação da PEC das Domésticas, em 2013, resultou na edição Emenda Constitucional nº 72<sup>24</sup> que corrige algumas injustiças na equiparação do trabalho doméstico às demais categorias de trabalho protegidos constitucionalmente, no entanto, a realidade concreta ainda permanece desafiante, a começar pelo enorme contingente de trabalhadoras, em sua maioria negras, que permanecem alijadas de seus direitos trabalhistas, situação que foi aprofundada em 2020 em um contexto de pandemia com essas mulheres sendo sumariamente dispensadas do trabalho sem qualquer apoio financeiro por parte de empregadores, ou sendo expostas ao contágio com o coronavírus quando mantiveram suas jornadas de trabalho sem nenhuma proteção.

---


24 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm)





As mães negras, trabalhadoras domésticas, são as mulheres que continuam exercendo o cuidado do filho da outra, sem concretas condições econômicas e sociais de cuidarem de suas próprias filhas e filhos que, no máximo, permanecem na condição de brinquedos de crianças brancas, onde são convidadas(os) a comparecer às casas das patroas, com o único intuito de divertir as crianças do lugar, já que essas são filhas únicas e vivem sozinhas. Mas à medida que vão crescendo, deixam de ser o saco de pancadas e de companhia e iniciam na tarefa de “ajudar” as suas mães, fazendo os pequenos serviços da casa, até que com o passar do tempo o corpo negro crescido de meninos, seja visto como intimidador para os moradores da casa e ele seja sutilmente — nem sempre — convidado a não mais frequentar o local. Quanto as meninas restam os olhares lascivos de muitos homens e seus filhos, que numa repetição do estupro colonial tentam — e muitas vezes conseguem — se apropriar de seus corpos. As mães negras, nesse contexto de dependência econômica, tentam proteger suas crias e as deixam em casa, muitas vezes sozinhas, expostas a forças da disputa por subjetividades periféricas: trabalho infantil doméstico, trabalho infantil no tráfico, exploração sexual, dentre outras questões.

As mulheres negras também são a maioria das trabalhadoras informais, como mostra a pesquisa, hoje no Brasil, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas e apenas 23% delas têm Carteira de Trabalho assinada, contra 12,5% das mulheres brancas que são empregadas domésticas, sendo que 30% delas têm registro em Carteira de Trabalho. Outro dado alarmante é que 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama, contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. Tanto mulheres negras quanto brancas, que estão no mercado de trabalho, têm escolaridade maior que a dos homens.



Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2019, de forma geral, há uma diferença salarial de 45% entre trabalhadores brancos e negros, e para mulheres negras essa diferença é maior ainda, chegando a 70% no mesmo cargo e na mesma função, essas mulheres são a maioria das pessoas em condição de trabalho informal no Brasil, estima-se uma dedicação superior às 12 horas de trabalho diárias, não incluindo o horário de deslocamento, muitas delas trabalhadoras de grandes centros urbanos, gastam entre três e quatro horas diárias nesse deslocamento entre casa e trabalho, e justamente nesse contexto que questionamos a possibilidade do exercício dessa maternidade. Como maternar e cuidar de filhas e filhos se em seu cotidiano de trabalho existe uma reiteração desses lugares perversos e a naturalização de um não maternar? Mesmo aquelas mulheres negras que não estão nos subempregos e trabalhos informais, lidam com a desvalorização de sua força de trabalho e a invisibilização de sua maternidade, pois são essas mulheres e mães negras que sofrem com o fenômeno da dupla discriminação e estão sujeitas a “múltiplas formas de discriminação social (...), em consequência da conjugação perversa do racismo e do sexismo, as quais resultam em uma espécie de asfixia social, com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”.<sup>25</sup>

Cumprindo ainda dizer que a fragilidade das políticas públicas e a inexistência de um recorte de raça para a efetivação das mesmas, fragiliza ainda mais o exercício dessa maternidade negra, seja pela ausência de emprego e renda, seja de políticas públicas de educação e cuidado que garantam creche para as crianças, o que aprisiona muitas dessas mães no trabalho precário ou na completa dependência de programas socioassistenciais, uma vez que, não há com quem deixar as crianças. De acordo com o relatório Luz, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil, para Monitoramento da Agenda 2030 no Brasil, 72,7% das pessoas pobres no Brasil (38 milhões) são pretas ou pardas — a maioria, mulheres (27 milhões). A cobertura de creches no Brasil é insuficiente, muito menos da metade das crianças estão inseridas. Mas o relatório aponta mais uma vez, que a população tem 54% das matrículas em creches, ocupadas por crianças brancas, enquanto mais de 88% das pessoas matriculadas em EJA são negras.

---

25 CARNEIRO, Sueli. A batalha de Durban. In: Revista Estudos Feministas, ano 10, 1º semestre 2002, p.210.

### 3. Gravidez na adolescência e casamento infantil – a maternidade da menina negra

Dentre as mais perversas formas de violência praticada contra meninas, no contexto brasileiro, está o casamento infantil. Casamento infantil é toda união formal ou informal na qual pelo menos uma pessoa tem menos de 18 anos de idade. Utiliza-se a nomenclatura “infantil” porque a definição do fenômeno acompanha as normativas internacionais, que define a partir da *Convenção sobre os direitos de crianças e adolescentes*, que criança é todo ser humano abaixo de 18 anos de idade.<sup>26</sup>

O casamento infantil é um fenômeno global, de acordo com *Girls Not Brides*,<sup>27</sup> estima-se que todos os anos, 12 milhões de meninas se casam antes dos 18 anos, isso significa dizer que 1 em cada 5 meninas se casa antes dos 18 anos.

O estudo da *Plan International Brasil: “Tirando o Véu – Casamento Infantil no Brasil”* (2019)<sup>28</sup> chama atenção para esse fato. Entrevistas realizadas nos âmbitos legislativo, executivo, judiciário e das organizações da sociedade civil, sempre são marcadas pela inicial surpresa completa diante do tema. O Brasil é o quarto país do mundo, em número absoluto de casamentos infantis, está entre os 5 países com número mais alto de casamentos infantis na América Latina. O IV Relatório Luz da Agenda 2030,<sup>29</sup> de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GTSC2030) sobre a Agenda 2030, aponta em 2019 que 36% da população feminina do país se casou antes dos 18 anos de idade e, ainda assim, ninguém sabia disso, mas a violação sistemática de direitos de meninas aconteceu e precisamos estabelecer a correlação entre gravidez, casamento e maternidade de meninas, especialmente, de meninas negras, maioria impactada por essa violência.

---

26 SANTIAGO, Viviana. Casamento infantil: as meninas não podem ser deixadas para trás. *Feminismos Transnacionais*. LeMonde Brasil.

27 <https://www.girlsnotbrides.org/>

28 Tirando o Véu. Casamento Infantil no Brasil. Plan International Brasil, 2019.

29 Relatório Luz do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para monitoramento da Agenda 2030.



Verifica-se que no grupo de 10 a 14 anos, no ano 2000, foram registrados 28.973 nascimentos de bebês de mães nessa faixa etária, representando 1% em relação ao grupo de 10 a 19 anos, enquanto que em 2014 esse número foi de 28.244, representando 0,9% do total de mães adolescentes, na faixa etária de 10 a 17 anos, sendo que 2,9% das meninas já tinham tido pelo menos um filho e que grande parte dessas mães era ou já tinha sido casada ou vivido em união consensual. Embora esses percentuais, se comparados com as meninas mais velhas, possam ser lidos como baixos, em termos absolutos ainda são altos, e mais grave seria a situação se compreendêssemos o impacto de uma gravidez nessa faixa etária, a começar pela leitura: Meninas menores de 13 anos grávidas de homens adultos. Essas gravidezes seguem seu curso, na maioria das vezes, sem que se questione a violência sexual e todos os riscos inerentes a uma gravidez nessa faixa etária, pois os riscos à saúde da criança/adolescente e do feto são altíssimos. Das adolescentes nessa mesma faixa que nunca viveram com cônjuge ou companheiro, cerca de 1,3% tinha tido filho, enquanto que 40,4% das que tinham vivido com o marido tinham tido ao menos um filho.

Quem são as meninas esposas e mães no Brasil? Fazendo a correlação entre escolaridade, renda e raça sabemos que essas meninas tem baixos índices de escolaridade e renda,<sup>30</sup> com maior prevalência entre meninas pobres, negras e/ou indígenas e com menor escolaridade. Além disso, vemos também que existe uma maior concentração de adolescentes grávidas no final da adolescência e início da juventude, com 65,9% de meninas entre 18 e 19 anos de idade, 69% das meninas eram negras (pretas ou pardas), 59,7% das meninas não trabalhavam nem estudavam e 92,5% cuidavam dos afazeres domésticos.

---

30 SANTOS, Benedito Rodrigues dos; MAGALHÃES, Daniella Rocha; MORA, Gabriela Goulart; CUNHA, Anna. Gravidez na Adolescência no Brasil – Vozes de Meninas e de Especialistas. Brasília: INDICA, 2017.



Essas meninas, frequentemente, hostilizadas pelo conjunto da sociedade, muitas vezes têm invisibilizadas sua condição de crianças e adolescentes negras, passando a ser vistas como adultas, em uma continuidade da leitura colonial, onde lhes é negada a possibilidade de serem percebidas em suas etapas de desenvolvimento e, assim, após uma hipersexualização de seus corpos, também lhes são negadas o acesso à educação sexual, que vai lhes permitir conhecer seus corpos e reconhecer a violência, e à política pública que vai lhes permitir desejar outros repertórios em suas vidas, já que no cenário em que vivem, as meninas negras viram mães, iniciam uma vida pobre e empobrecem mais a cada filho. Não são “nem-nem”, elas são “sem-sem”, ou seja, sem estudo por força de um casamento que lhes violenta, sem assistência de políticas integradas que lhes ofereçam apoio no cuidado de suas filhas e filhos. As meninas negras também são sem trabalho e, assim, em uma existência precarizada são as mães que conseguem ser, pois, muitas vezes, nem sequer foram maternadas.


#### **4. Ainda mães, a maternidade negra e o cumprimento de medidas socioeducativas**

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2013)<sup>31</sup>, dos adolescentes em conflito com a lei que cumpriam medida socioeducativa de privação de liberdade, 95% eram do sexo masculino e cerca de 60% tinham idade entre 16 e 18 anos, mais de 60% dos adolescentes privados de liberdade eram negros, 66% viviam em famílias consideradas extremamente pobres. Estudos recentes sobre a família brasileira, em especial as famílias advindas dos grupos populares, indicam que a mãe acaba ficando sobrecarregada<sup>32</sup>, uma vez que ela é a principal responsável por suprir as necessidades econômicas, sociais e afetivas dos filhos. O estudo desenvolvido por Dias, Arpini e Simon, aponta que as mães se sentem esgotadas.

---

31 O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários. Nota Técnica. IPEA, 2015.

32 DIAS, A. C. G., ARPINI, D. M. & SIMON, B. R. Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas.



No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras, com filhos de até 14 anos, estão abaixo da linha da pobreza, com renda per capita de aproximadamente R\$ 420,00. A porcentagem é mais que o dobro de toda a média nacional de pessoas nesta condição, que somam 25% do total. A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE mostrou que o grau de insegurança alimentar que vinha caindo nos últimos anos, nos lares brasileiros, teve um aumento de 37% e atinge mais lares chefiados por mulheres e negros. Mais do que isso, ainda sentem-se julgadas pela sociedade que, na figura, inclusive, de pessoas mais próximas, as julgam e responsabilizam pelo ato infracional cometido pelo filho e pelo cumprimento da medida socioeducativa. As mães, segundo as autoras, percebem que vivenciar a situação de internação de seus filhos e o julgamento da sociedade é “uma sentença de condenação definitiva do fracasso de ambos (mãe e filho). As mães indicam que tanto o jovem como elas são responsabilizados por esta situação, como se isso fosse decorrente de um ato de vontade, (...) frente às humilhações sofridas, as mães reconhecem que devem buscar forças, mas sentem-se esgotadas e sozinhas”.

Mulheres negras, em sua maioria, que na continuidade do projeto político traçado pela Lei do Ventre Livre, observam seus filhos sendo institucionalizados, apartados delas, diante de um estado que lhes nega a possibilidade de vivência de direitos e exercício de cidadania, muitos meninos cooptados por redes de exploração e do tráfico, vivenciam uma punição eterna, assim como suas mães, sobrecarregadas e punidas por uma maternidade que, além de negada, agora é imposta pela condenação.

## 5. Maternidades negras, pelo positivo, pela cidadania

Sem a devida revisita do impacto do racismo na sociedade brasileira e na constituição das maternidades negras, será impossível construir um relato acerca de mães negras que, principalmente, não se constitua num documento de denúncia. Na década de 1970, a elaboração de novos estudos no Brasil permitem compreender que o atraso social é fruto da escravidão e do modo como os negros foram inseridos no projeto de nação; somente na década de 1990, o governo brasileiro assumiu que o país é racista e que se faz necessário medidas de todas as ordens para o enfrentamento das desigualdades raciais. Em 1999, com a revisão das deliberações das Nações Unidas contra o racismo no Brasil, surgiram as primeiras iniciativas governamentais contra o racismo, mas somente após a III Conferência contra o Racismo, a Discriminação racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (Durban, 2001), o debate em torno das relações raciais e do enfrentamento do racismo toma novos rumos. Nesse mês de fevereiro de 2021, o Brasil aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 5 de junho de 2013. Em um primeiro momento da sessão, o texto foi aprovado em primeiro turno, depois, em segundo turno, e agora será enviado ao Senado e, se aprovado, a redação passará a compor a Constituição, na forma de emenda.

Porém ainda precisa ser feito muito mais.

Pensar na maternidade negra é urgente por serem as mulheres negras aquelas que expressam todo o impacto da violência racista, sexista e misógina, que lhes negam o direito de maternar suas filhas e filhos, pois seus corpos continuam sendo utilizados, por um Estado racista, como estruturas reprodutoras da desigualdade. É preciso que as demandas das mães e mulheres negras sejam contempladas, porque elas estão sujeitas a uma história que as tenta eliminar, mesmo assim, elas resistem e por dois momentos, mais do que avassaladores, disseram ao estado brasileiro aquilo que esperam. Faço aqui minhas as suas palavras, transcrevendo abaixo parte de suas demandas na Carta das Mulheres Negras, escrita por ocasião da Marcha das Mulheres Negras contra o racismo e pelo bem viver em 2015, e o Manifesto escrito em 2020, 5 anos após a marcha.

- Promover a valorização do trabalho das mulheres negras, coibindo práticas discriminatórias no mercado de trabalho, tais como salários desiguais para funções e cargos iguais, entre outras;
- Assegurar as mulheres negras o acesso à serviços sociais básicos, referentes à mobilidade, ao esporte e lazer, ao patrimônio natural e cultural;
- Assegurar moradia digna para todas(os), priorizando a segurança da posse e impedindo os despejos forçados, remoções e o monopólio sobre a terra;
- Implantar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Sistema Único de Saúde;
- Implantar políticas de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos nas áreas da educação, da saúde e da segurança, garantindo o respeito à livre orientação sexual, as identidades de gênero, a autonomia do corpo da mulher, o direito ao aborto, bem como promover ações voltadas para a saúde sexual e saúde reprodutiva.



*“Marchamos pela defesa de nossas vidas e contra o genocídio negro implementado pelo Estado brasileiro que nos mata cotidianamente, não apenas quando a polícia aperta o gatilho, mas também quando nos nega o direito à educação, saúde, moradia, terra, alimentação e trabalho. Exigimos reparação, exigimos que políticas públicas voltadas para a população negra sejam implementadas e executadas com eficiência, exigimos estratégias de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbitransfobia. Exigimos que a população negra participe dos espaços decisórios por meio de cargos eletivos, mas também através da participação das representações de movimentos sociais e de entidades que têm, ao longo de anos, ocupado as frentes de batalha, através de pessoas que sacrificam suas próprias realizações em nome do bem comum, em nome do bem viver de seu povo.”*

*Carta das mulheres negras*



# Paternidades negras e saúde

Daniel Costa Lima

Um homem que desenvolve tuberculose porque mora em uma construção de favela sem incidência de luz e com altas chances de proliferação de bactérias; uma mulher gestante que não consegue realizar todas as consultas necessárias do pré-natal; uma criança de três anos acometida por cefaleia, ou dor de cabeça, porque o pai foi preso; uma mulher que não consegue dormir e precisa parar de trabalhar por causa de estresse pós-traumático causado por tiroteios em seu bairro. Todos estes são exemplos dos efeitos do racismo estrutural na saúde da população negra do Brasil. (Lola Ferreira e Flávia Martins, 2019)<sup>33</sup>

Infelizmente, esses exemplos representam apenas uma diminuta parcela do impacto do racismo estrutural para a saúde mental e física de meninos, meninas, mulheres e homens negros(as) brasileiros(as) e de como eles e elas adoecem e morrem.

Esta seção buscará demonstrar, dentre outras coisas, que no que tange à população negra, o Brasil está longe de respeitar o Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que todos(as) têm direito a um “...padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família, saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos”.<sup>34</sup>

---

33 Cf. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS. 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p.

34 UNICEF ( ). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>



Não é a nossa intenção tentar simplificar um tema de grande complexidade, porém, acreditamos que essa realidade permanecerá inalterada enquanto o Artigo 5º da Constituição brasileira, “*Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza(...)*”<sup>35</sup>, for apenas uma utopia. Ou seja, enquanto a igualdade de fato entre todos, de um modo geral, não for algo palpável, o processo de promoção da saúde precisará ser tratado como um ato de resistência política, voltado não apenas para a saúde e o bem-estar da população negra, como também para a sua existência.

Também não é a nossa intenção menosprezar a importância das escolhas individuais e de como, para o bem ou para o mal, elas deixam uma marca em nossa saúde, no entanto, se reconhecemos o racismo estrutural como a raiz e principal obstáculo à saúde dessa população, então o campo das políticas públicas se torna, necessariamente, o de mais urgente atenção e atuação.

---

35 Brasil (1988). Constituição Federativa de 1988. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)



Os dados abaixo nos ajudam a compreender parte do abismo das desigualdades sociais por raça ou cor no Brasil e como esse cenário é diretamente responsável pelos maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social, observados entre a população negra, e acarreta profundos impactos para a sua saúde (IBGE, 2019).<sup>36</sup>

Situação domiciliar vivenciada por brasileiros(as)	Branco(as)	Negro(as)
Sem coleta direta ou indireta de lixo;	6,0%	12,5%
Sem abastecimento de água por rede geral;	11,5%	17,9%
Sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial;	26,5%	42,8%
Sem ao menos um serviço de saneamento;	27,9%	44,5%
Vivendo em adensamento domiciliar excessivo; <sup>37</sup>	3,6%	7,0%
Mais expostos a viver em um domicílio com condições precárias. <sup>38</sup>	22,3%	38,7%

36 IBGE (2019). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)



37 De acordo com o IBGE, condição caracterizada pela habitação onde mais de três (03) pessoas moram no mesmo cômodo.

38 BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. Indicadores de Vigilância em Saúde, analisados segundo a variável raça/cor. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 46, n. 10, 2015.

A inclusão da **Equidade** entre os cinco (05) princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde (SUS)<sup>39</sup> é um dos principais indicativos de uma mirada mais abrangente e complexa para a saúde. Ao postular que grupos específicos possuem necessidades específicas, que precisam ser atendidas pelo SUS, esse princípio inspirou a elaboração de diferentes políticas de atenção à saúde, como a direcionada às mulheres, em 1984 (reformulada em 2004), às crianças, em 1988, aos adolescentes, em 1989, e aos idosos e às pessoas com deficiência, ambas em 1999.

Foi assim que, tardiamente, duas políticas imprescindíveis para o Brasil e, obviamente, para o presente relatório, foram criadas em 2009: a *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra* (PNSIPN)<sup>40</sup> e a *Política Nacional de Atenção Integral da Saúde do Homem* (PNAISH).<sup>41</sup>

## PNSIPN e PNAISH: conquistas marcadas pelo descaso

O advento da PNSIPN representou um compromisso de combate às desigualdades no SUS ao considerar as iniquidades em saúde e, conseqüentemente, os maiores índices de morbimortalidade observados entre a população negra, como resultantes de “*injustos processos socioeconômicos e culturais*”, dando destaque para o racismo.<sup>42</sup>

---

39 Os outros são: Universalidade, Integralidade, Descentralização e Participação Social.

40 Brasil. Ministério da Saúde (2017). Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf)



41 Portaria no 1.944, de 27 de agosto de 2009. PNAISH. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944\\_27\\_08\\_2009.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html)



42 Brasil. Ministério da Saúde (2018). Glossário Temático da Saúde do Homem Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario\\_tematico\\_saude\\_homem.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_saude_homem.pdf)





Apesar de ambas terem sido elaboradas a partir de um amplo processo colaborativo, a PNSIPN contou, inequivocamente, com uma participação mais marcante da sociedade civil, sendo a sua implementação reconhecida como uma conquista do Movimento Negro, em especial, das mulheres desse movimento.<sup>43</sup>

Para o Dr. Marcos Vinicius Ribeiro, quando uma pessoa é “atravessada” pelo racismo, o acesso à saúde vai muito além de chegar e adentrar as portas de uma unidade, já que isso (racismo) será determinante para ela “...se abrir ou para ela se fechar diante de um profissional; para ela retornar ou nunca mais querer passar na porta. Então uma Política como essa, bem aplicada, modificaria completamente nossa relação com todos os setores da vida.” (FERREIRA & MARTINS, 2019)

No entanto, a maioria dos(as) Deputados(as) Federais que aprovou o *Estatuto da Igualdade Racial* (Lei nº. 12.288) em 2010, não enxergou a questão da mesma forma, já que o trecho que definia o racismo como um determinante social da saúde foi excluído do texto original. Infelizmente, essa resistência não se resume ao Congresso Federal e, assim, uma década após a sua criação, apenas 28% dos municípios brasileiros haviam implantado a PNSIPN, e desses, pouquíssimos colocaram em prática alguma instância de monitoramento. (FERREIRA & MARTINS, 2019)

Mesmo representando um evidente avanço para o SUS, chama atenção a demora e o pequeno número de iniciativas concretas elaboradas e postas em prática após o dia 13 de maio de 2009, data da Portaria nº 992, que instituiu a PNSIPN. Por exemplo, apenas em 2014, o Ministério da Saúde (MS) lançou a primeira campanha publicitária dessa Política voltada aos profissionais de saúde e usuários(as) do SUS, intitulada “*Não fique em silêncio – Racismo faz mal à saúde, denuncie!*”.

---

43 Sobre isso, sugerimos a leitura da valiosa Tese de Doutorado de Marcos Vinicius Ribeiro (2015). *Movimento Negro e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: heterogeneidade e convergências*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18258/1/TESE.%20Marcos%20Vinicius%20R.%20Ara%C3%BAjo.%202015.pdf>



Por sinal, é possível afirmar que esse foi o ano mais profícuo da PNSIPN, já que concomitantemente a essa campanha, as equipes do Disque Saúde (Disque 136) foram treinadas para identificar denúncias caracterizadas como racismo e profissionais de saúde de todo o país participaram da primeira rodada do curso de Educação à Distância (EaD), do UNA-SUS “Saúde da População Negra”.<sup>44</sup> Com conteúdo voltado à promoção e ao debate sobre o racismo institucional, o curso de 45 horas, que está na sua sétima turma, traz informações gerais sobre a população negra, sua cultura e práticas tradicionais de saúde.

Infelizmente, mas não surpreendentemente, dada a absurda postura do atual Governo Federal frente à pauta racial, os últimos anos têm sido de mais silêncio do que ação para a PNSIPN.

Se a PNSIPN tem como cerne o reconhecimento do racismo estrutural como um determinante de saúde para a população negra, a PNAISH traz como marca a perspectiva relacional de gênero, como determinante de saúde central para a compreensão e para a promoção de ações que levem à melhoria das condições de saúde dos homens adultos (20-59 anos), assim contribuindo para a redução da morbimortalidade dessa população.

Apesar de serem políticas contemporâneas e de suas portarias destacarem a importância da transversalidade, ou seja, a integração de sua execução às das demais políticas, programas, estratégias e ações do Ministério da Saúde, uma rápida análise de seus documentos basilares é suficiente para nos mostrar que, se tal diálogo existiu, ele foi apenas superficial.

No decorrer da implementação da PNAISH, é possível enxergar que certa atenção tem sido dada à questão racial, no entanto, ainda muito aquém do necessário, já que apesar de representarem pouco mais de 50% da população total do país, as pessoas pardas e pretas superam 70% dos(as) usuários(as) dos serviços de saúde do SUS.

---

44 Brasil. Ministério da Saúde. Curso EaD – Saúde da População Negra. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/cursos/oferta/417112>



Essa abordagem insuficiente e ineficiente pode ser vista no “Glossário Temático Saúde do Homem”, ao afirmar que a PNAISH “*não pactua com forma alguma de racismo, atuando para que a atenção à saúde do homem ocorra independentemente de gênero, raça/cor, etnia, idade, classe social e cultural.*” (MS, 2018, p. 87).<sup>8</sup> A nosso ver, essa definição não traz impacto algum, dada a sua obviedade e total ausência de propostas concretas de enfrentamento ao racismo.



Para Silvio Luiz de Almeida “*Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade.*” (2019, p. 48).<sup>45</sup>



De forma bem distinta, uma publicação lançada pela sociedade civil pouco após a PNAISH afirmou, categoricamente, que homens jovens, negros, pobres e periféricos deveriam ter *atenção prioritária* no âmbito dessa política, já que representam a população mais atingida pela violência e enfrentam uma série de outros obstáculos a sua saúde.<sup>46</sup> É esse senso de urgência que falta à PNAISH e as suas iniciativas.

---

45 ALMEIDA, Silvio Luiz de (2020). Racismo Institucional. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra.

46 Instituto Papai, RHEG e Gema/UFPE (2009). Princípios, diretrizes e recomendações para uma *atenção* integral aos homens na saúde. <http://www.eme.cl/wp-content/uploads/Princ%C3%ADpios-diretrizes-e-recomendações-para-uma-atenção-integral-aos-homens-na-saúde.pdf>



Acreditamos que, enquanto a questão racial não for trazida para o primeiro plano da política, as suas iniciativas continuarão seguindo a lógica do que a antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya<sup>47</sup> chama de uma masculinidade “*abstrata, universal e desencarnada*”, o que, em uma sociedade “*pigmentocrática*” como a nossa, se configura num caminho estratégico para a invisibilização da população negra. Sintomaticamente, o primeiro pôster lançado pela PNAISH é a perfeita ilustração disso.



Se referindo à sociedade colombiana e fazendo uma comparação com os EEUU, Vigoya diz que a “*racialização se manifesta mais através de um jogo “pigmentocrático” que atravessa as fronteiras de classe, incorporando as diferenças socioeconômicas. As classes têm assim cores de pele, no sentido de que, geralmente, as pessoas e famílias mais dotadas de capitais (social, cultural, escolar, econômico, simbólico, etc.) são mais “claras” e, inversamente, as menos dotadas destes capitais são mais “escuras.”* (Urrea; Viáfara & Viveros, 2014. In Viveros, 2018, p. 24). Acreditamos que o mesmo pode ser aplicado à sociedade brasileira.



47 VIGOYA, Mara Viveros. As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

Se já não fosse suficientemente problemático utilizar a imagem de um homem e de um menino brancos com roupas mais associadas a pessoas de uma classe social que, geralmente, não utiliza os serviços de saúde do SUS, a mensagem “*homem que se cuida*” também erra ao remeter, toda a responsabilidade pela saúde, para a esfera individual.

## A branquitude na formação e entre profissionais da saúde

Aqui, como em muitas outras coisas compartilhadas nesta seção e neste relatório, somos novamente confrontados com a invisibilização. A verdade é que não sabemos o percentual de negros(as) entre médicos(as), psicólogos(as), dentistas, enfermeiros(as) e outras profissões da saúde no Brasil, pois até hoje os conselhos federais dessas categorias não se deram ao trabalho de perguntar qual a raça/cor de seus integrantes. O que sabemos é que com exceção da enfermagem, não por acaso, a menos “elitizada”, menos valorizada socialmente, pior remunerada e a que conta com maior número de mulheres das quatro acima citadas, a presença de negros(as) é bastante pequena.

Tal cenário vem mudando com a política de cotas raciais, mas ainda a passos lentos, já que apesar dos(as) estudantes negros(as) serem maioria nas universidades públicas, o mesmo não é verdade nos cursos mais concorridos, como medicina, odontologia e psicologia.

O Coletivo NegreX, lançado em 2015, busca ampliar o debate sobre como a representatividade melhora a saúde, com enfoque para o fato da questão racial não ser discutida em cursos médicos. De acordo com Monique França, médica e cocriadora do Coletivo:

Nossa saúde é negligenciada há anos. Em um país em que mais de 50% da população é negra, o fato da questão racial não ser discutida em cursos acaba perpetuando condutas, processos, tratamentos, sem revisar se aquilo serve a um tipo específico da população.<sup>48</sup>

---

48 ECOA (2020). Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/05/06/coletivos-negros-na-medicina-lutam-por-mais-thelmas-e-saude-democratica.htm?cmpid=copiaecola>



No campo da Psicologia, Lucas Veiga nos mostra a importância de aliar uma leitura racial à prática do(a) profissional de saúde ao falar sobre a *Black Psychology* (Psicologia Preta), que surgiu na década de 1960, nos Estados Unidos. De acordo com Veiga:

A Psicologia Preta oferece uma série de ferramentas que, em meio às violências do racismo, ajuda a promover saúde mental para a população negra(...) Se o meu próprio corpo é lido como uma ameaça na sociedade, esse corpo se torna uma ameaça real a mim mesmo, que posso vir a ser assassinado a qualquer momento simplesmente por ser quem eu sou. Como se livrar de uma ameaça dessas? Para alguns jovens, tirando a própria vida.<sup>49</sup>

## Mas finalmente, e os pais negros? Qual a relação entre paternidades negras e saúde?

Como foi explicitado na introdução deste relatório, a quase total ausência de pesquisas que se debruçam sobre a vivência de pais negros brasileiros — os obstáculos por eles enfrentados por serem pais pardos ou pretos em um país racista —, impede que possamos compartilhar dados que ilustrem com fidedignidade esse cenário. Da mesma forma, tampouco temos iniciativas que foram implementadas e avaliadas como estratégias de sucesso para que esses homens consigam “transitar” e transpor tais obstáculos.

No entanto, temos “pistas” seguras para seguir e algumas delas vêm da realidade vivenciada por mulheres e mães negras.

---

49 A Psicologia Preta e a saúde mental dos negros no Brasil (matéria de 25 de novembro de 2019). Disponível em: <https://saude.abril.com.br/blog/saude-e-pop/a-psicologia-preta-e-a-saude-mental-dos-negros-no-brasil/>



Mesmo conduzido há quase uma década, o inquérito “Nascer no Brasil”, realizado com mais de 20 mil puérperas, continua sendo uma das principais fontes de informação sobre o tema. O estudo desvelou diferenças estatisticamente significativas desfavoráveis às mulheres negras, dentre elas: maior índice de síndrome hipertensiva na gestação; menor frequência da presença de acompanhante, seja no parto ou no pós-parto; maior risco de terem um pré-natal inadequado (início tardio e menos de seis consultas) e menor vinculação a uma maternidade.<sup>50 51</sup>

De acordo com o estudo, a raça/cor e classe social, tradicionalmente associadas à mortalidade neonatal (até o 28º dia de vida), não se mostraram fatores significativos.<sup>52</sup> Provavelmente, isso é fruto do crescente e correto investimento público na questão, que direcionou recursos e atenção para quem mais necessitava e levou o Brasil a reduzir a taxa de mortalidade infantil (menores de um ano) por mil nascidos vivos de 45,1 em 1991, para 29,7 em 2000 e 15,6 em 2010.<sup>53</sup>

No entanto, ao olharmos para a mortalidade materna o panorama muda drasticamente. Os dados fornecidos pelo DATASUS não apenas atestam a existência da correlação racial, como mostram que ela tem se agravado. Em 2009, 34,4% das mulheres que morreram em decorrência do parto eram brancas e 57,2% eram negras; em 2019, 30,2% eram brancas e 66,1%, negras.

---

50 DINIZ, Carmen Simone Grilo et al. (2016). Desigualdades sociodemográficas e na assistência à maternidade entre puérperas no Sudeste do Brasil segundo cor da pele: dados do inquérito nacional Nascer no Brasil. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902016000300561&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300561&lng=en&nrm=iso)



51 LEAL, Maria do Carma et al. (2017). A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/161/a-cor-da-dor-iniquidades-raciais-na-atencao-pre-natal-e-ao-parto-no-brasil>



52 De acordo com a pesquisa, essa correlação foi associada com a baixa escolaridade materna.

53 Portal Brasil. O Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Apesar de difícil mensuração devido ao alto percentual de registros sem informação, pesquisas indicam que mulheres negras e com baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes decorrentes de aborto, configurando uma grave situação de inequidade em saúde.<sup>54</sup>

*Qual o papel dos homens e pais negros nessas questões e como eles podem atenuar esses problemas? Qual o impacto dessas questões para as vidas dos pais negros? Como as políticas públicas podem atuar na promoção de um maior envolvimento dos pais e futuros pais negros, assim trazendo maior bem-estar para mulheres, crianças e também para esses homens?*

O primeiro relatório “A Situação da Paternidade no Brasil” (2016)<sup>55</sup> afirma que a pouca atenção dada à saúde sexual e reprodutiva dos homens representa não apenas a negação das necessidades e dos direitos da população masculina, como também um obstáculo para a conquista da igualdade de gênero, na medida em que mantém a grande e histórica sobrecarga de responsabilidade sobre questões relativas à saúde, sexualidade e reprodução sobre as mulheres.

Nesse ponto, a PNAISH tem chamado atenção e virado referência mundial, já que dentre os cinco (05) pilares de atuação da Coordenação Nacional de Saúde dos Homens (CNSH), um é voltado à Saúde Sexual e Reprodutiva e outro, especificamente, ao tema da Paternidade e Cuidado.

Para a CNSH, trazer essas questões para o primeiro plano de atenção busca estabelecer uma cultura de cuidado de mão dupla entre os homens, ou seja, na medida em que estimula um maior envolvimento com a questão do planejamento reprodutivo e com o processo da gestação, parto, pós-parto e cuidados infantis, se toma o momento como uma “porta de entrada positiva” para os homens em serviços de saúde, em especial na atenção básica.<sup>56</sup>

---

54 Informações de Saúde (TABNET) DATASUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>

55 CARDOSO, Bruno Baptista et al. (2020). Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais? Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020001305001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020001305001&lng=en&nrm=iso)

56 Promundo-Brasil (2016). A Situação da Paternidade no Brasil 2016. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/situacao-da-paternidade-no-brasil/>





A boa recepção dessa abordagem pelos serviços de saúde do SUS fez com que a questão das paternidades fosse alçada a uma posição de destaque frente aos outros temas propostos pela PNAISH. Ainda assim, como mostra a passagem abaixo, a conexão entre paternidades e cor/raça enfrentou (e continua enfrentando) alguns percalços.<sup>57</sup>



Em 2013, após um período de conversas voltado à concepção da campanha “Pai Presente: Cuidado e Compromisso”, o departamento de comunicação do MS apresentou à equipe da CNSH os primeiros materiais — pôsteres e panfletos — elaborados. Assim como o primeiro pôster da PNAISH, essas “peças” apenas retratavam homens brancos. Felizmente, nesse momento, o retorno dado pela CNSH foi que os pais ou futuros pais que são usuários do SUS precisavam “se ver” naquele material, o que provavelmente não aconteceria se apenas imagens de homens brancos fossem utilizadas, algo que foi rapidamente retrucado com um argumento baseado no senso comum (racista) de que não existe um “tipo” de brasileiro, já que somos um país “miscigenado” que “comporta todas as raças”. Diante dessa situação, os(as) técnicos(as) da CNSH se viram obrigados a explicar o óbvio, que mais de 50% da população brasileira é negra e que os(as) usuários(as) dos serviços de saúde do SUS, público final daquela campanha, são, no mínimo, 70% compostos por homens negros.

No fim, a equipe de comunicação acatou o pedido de mudança, mas pediu ajuda para encontrar novos personagens, já que o banco de imagens utilizado pelo MS não continha muitas opções de homens negros com filhos(as). Com o auxílio da ONG Instituto Promundo, o seguinte pôster foi lançado.



---

57 O autor desta seção integrou a equipe da CNSH entre 2013 e 2014

DISQUE SAÚDE  
**136**  
www.saude.gov.br

PAI PRESENTE  
CUIDADO E COMPROMISSO

**Pai**  
Uma nova vida  
precisa de você

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem apoia os vínculos dos homens com suas parceiras e seus filhos.

- Participe ativamente do pré-natal, parto e pós-parto.
- Conheça os benefícios do parto normal e estimule esta prática.
- Compartilhe as tarefas diárias de cuidado.
- Demonstre afeto, brinque com seu filho e participe de sua educação.

Melhorar sua vida, nosso compromisso.

unicef | Ministério da Saúde | SUS | GOVERNO FEDERAL | BRASIL | PAÍS RICO E PAÍS SEM FOMEÇA

Após essa campanha, é possível ver uma maior atenção para a questão racial nos materiais gráficos e nas publicações lançadas pela CNSH. Esse certamente é um passo na direção certa, no entanto, para que resultados concretos passem a emergir, é preciso colocar em prática o conceito de equidade em saúde, o que nesse caso, significa dar atenção *prioritária* para homens e pais negros.

Mas para que isso aconteça, antes de qualquer coisa é preciso conhecer a realidade da saúde desses homens e pais e, como falamos à pouco, nos faltam dados para tal. É aqui que a pesquisa “Saúde do Homem, Paternidade e Cuidado”, realizada anualmente pela CNSH e pela Ouvidoria do SUS, poderia fazer uma imensa diferença. A pesquisa busca obter dados sobre o acesso, acolhimento e cuidados com a saúde masculina nos serviços públicos de saúde e sobre o envolvimento do pai no pré-natal, nascimento e cuidados com as crianças.

Até o momento, foram lançados relatórios referentes às pesquisas de 2013, 2014 e 2015,<sup>58</sup> totalizando mais de 50 mil homens entrevistados, sendo 65,55% negros. Infelizmente, como as respostas dos sujeitos não foram desmembradas por raça/cor, deixamos de ter acesso ao que seria um raro olhar para importantes e necessárias questões envolvendo a saúde dos pais negros brasileiros.

A verdade é que desde muito tempo temos conhecimento sobre as principais doenças que acometem a população negra, como a anemia falciforme, a hipertensão arterial e o diabetes mellitus — para citar apenas três de base genéticas. Sabemos também que as duas últimas, junto às cardiopatias, ganham contornos ainda mais graves devido às condições socioeconômicas e ambientais enfrentadas por essa população.<sup>59</sup>

O problema é que apesar desse excelente conhecimento sobre as doenças que acometem os homens negros, continuamos tendo pouca informação sobre a sua SAÚDE, assim mesmo, em caixa alta, a saúde que Thébaud-Mony define como:

*(...) um processo que se inscreve no corpo, na pessoa, nas marcas do trabalho, nas condições de vida, nos acontecimentos, nas dores, no prazer, no sofrimento e em tudo o que constitui uma história individual na sua singularidade, mas também a história coletiva pela influência das diversas lógicas nas quais a saúde se insere (Thébaud-Mony, 2000).*

---

58 Os relatórios e outras produções valiosas da CNSH estão disponíveis em: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-do-homem>

59 Brasil. Fundação Nacional de Saúde (2005). Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Disponível em: [http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-aco-es-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/funasa\\_saude\\_da\\_populacao\\_negra\\_no\\_brasil.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-aco-es-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/funasa_saude_da_populacao_negra_no_brasil.pdf)



De acordo com a publicação “Saúde da população negra no Brasil: contribuição para a promoção da equidade” (2005),<sup>60</sup> as mulheres e os homens negros vivem em um permanente estado defensivo que as(os) leva à “...necessidade infundável de integrar-se e, ao mesmo tempo, proteger-se dos efeitos adversos da integração” (2005, p. 9), algo que seguramente está relacionado ao surgimento de transtornos mentais e à vulnerabilidade individual. Como traz o autor Jeferson Tenório, no livro “O avesso da pele”<sup>61</sup>:

Mas com o passar do tempo tinha a impressão de que as possibilidades de sentir dor iam se ampliando e limitando a sua liberdade. Viver passou a ser uma questão de evitar a dor a qualquer custo. Numa espécie de encarceramento voluntário, você vai sendo acossado dia após dia pelo medo do desconforto (2020, p. 64).

Quando essa condição é somada à seguinte reflexão de bell hooks,<sup>62</sup> está criada uma conjuntura profundamente adversa para a saúde mental dos homens e pais negros.

Quando as mulheres vivenciam uma dor emocional, o pensamento sexista que dita que as emoções devem e podem ser importantes para elas possibilita que a maioria de nós possa, pelo menos, expressar nosso coração(...) A cultura patriarcal ensina uma forma de estoicismo emocional aos homens que afirma que eles são mais viris quando não sentem, mas se por acaso eles sentirem algo e esse sentimento doer, a resposta correta para um homem é abafá-lo, esquecer-lo e torcer para que ele suma. (2004, p. 6 e 7. Tradução nossa).

---

60 Brasil. Fundação Nacional de Saúde (2005). Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Disponível em: [http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-aco-es-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/funasa\\_saude\\_da\\_populacao\\_negra\\_no\\_brasil.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-aco-es-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/funasa_saude_da_populacao_negra_no_brasil.pdf)



61 Jeferson Tenório. (2020). O avesso da pele. Companhia das Letras.

62 HOOKS, bell (2004). The Will to Change: Men, Masculinity, and Love.

Com isso, a autora nos fala sobre a “*profunda miséria interior dos homens*”, que advém do “*assombroso terror que corrói a alma quando não se pode amar*”. Para eles, a única emoção valorizada pelo patriarcado seria a raiva, não importa o quão violenta seja contra outras pessoas ou contra eles mesmos.

Entretanto, como assinala Michael Kimmell (1998)<sup>63</sup> e outros(as) *experts* no tema, o que a cultura patriarcal aponta como modelo ideal de masculinidade apenas existe em um contexto de oposição a masculinidades questionadas, desvalorizadas e subalternas. Kimmel afirma que a construção social das masculinidades se dá em dois campos inter-relacionados de relações de poder, “*(...)nas relações de homens com mulheres (desigualdade de gênero) e nas relações dos homens com outros homens (desigualdades baseadas em raça, etnicidade, sexualidade, idade, etc.)*”.

Ou seja, em uma sociedade racista como a brasileira, de partida, os homens negros, nunca representarão esse ideal. A depender da quantidade de dinheiro que possuam, do CEP de suas casas, do número de anos que estudaram e de sua orientação sexual e identidade de gênero, eles podem chegar um pouco mais próximos a esse ideal, ou podem se ver a anos luz do mesmo, tão distantes que sequer serão reconhecidos como homens. Sendo assim, destituídos do poder e de uma série de privilégios sociais conferidos aos homens brancos, os homens negros, e os pais negros são pressionados a “*performar*” com muito mais afincamento, o que seria a imagem de “homem de verdade”, rígido, agressivo, hipersexualizado e emocionalmente atrofiado.

---

63 KIMMEL, Michael (1998). A introdução simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>



Felizmente, como evidencia o dossiê “Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas: Exercícios de autorreflexão emancipatória” (2019),<sup>64</sup> sempre houve e cada vez mais há resistência a tal cenário:

A masculinidade negra enrijecida sob os pilares hegemônicos da modernidade ocidental e que com o colonialismo se expande tornando-se um modelo arriscado e traumatizante pela qual os homens negros estão circunscritos é um território carregado de conflitos, mas como um ato de resistência e reexistência alguns homens negros estão se reinventando com a conscientização de suas paternidades. (Artur Oriel Pereira, Hasani Elioterio dos Santos e Alexandre da Silva, 2019, p.79)

*O que essa incapacidade de se expressar emocionalmente acarreta para a saúde física e mental dos homens negros? Como ela impacta o relacionamento desses homens com as suas filhas e filhos e com suas parceiras ou parceiros? Será que homens e pais negros têm a mesma permissão social que os homens e pais brancos de se mostrar vulneráveis para suas famílias e para toda a sua rede de relação? Quais os impactos de viver usando uma máscara que, muitas vezes, mostra o oposto do que você realmente é?*

Como exposto por Barbara Deming, essa conjuntura mostra-se terra fértil para algo profundamente atrelado à masculinidade e que surge como a principal causa de morbimortalidade e, assim, como principal problema de saúde entre os homens adultos negros, a violência.

Acho que a razão pela qual os homens são tão violentos é que no fundo eles sabem que estão vivendo uma mentira, e estão furiosos por se verem presos nessa mentira. Mas eles não sabem como se desvencilhar disso... (citada em bell hooks, 2004, p. 4. Tradução nossa).

---

64 PEREIRA, A. O.; SANTOS, H. E. dos; & SILVA, A. da. (2019). Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas: exercícios de autorreflexão emancipatórios. Cadernos De Gênero E Diversidade. em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29545>



De acordo com publicação do IBGE, em 2019, um homem de 20 anos tinha 4,6 vezes mais chance de não completar os 25 anos do que uma mulher do mesmo grupo de idade. Este fenômeno pode ser explicado pela maior incidência dos óbitos por causas externas ou não naturais, que atingem com maior intensidade a população masculina. Sobre isso, Suely Deslandes nos traz que:

É assombroso pensar que os anos potenciais de vida ganhos pelos avanços biomédicos, com uma cobertura vacinal excelente, redução das taxas de mortalidade infantil, entre outras conquistas «sanitárias», possam ser furtados pelo fenômeno da violência. (DESLANDES, 2001, p. 18).<sup>65</sup>

No entanto, o que o IBGE e a pesquisadora falham grosseiramente em mostrar — e isso é algo extremamente comum, eu diria até que a “regra” —, é que esse homem jovem que tem 4,6 vezes mais chance de morrer por causas não naturais entre os 20 e 24 anos é, quase sempre, um homem jovem negro. Jeferson Tenório está mais do que correto quando afirma que as pessoas negras vivenciam “tentativas de fuzilamento” no decorrer de suas vidas, apenas erra ao destacar o sul do Brasil, já que tal risco existe em todas as cinco regiões.

Mas sei que durante a vida você passou por essas tentativas de fuzilamento. A sua grande obra foi continuar levantando, dia após dia. Apesar de tudo, você continuou desafiando a possibilidade de morrer. No sul do país, um corpo negro será sempre um corpo em risco (TENÓRIO, 2020).

---

65 DESLANDES, SF. (2001). A violência como realidade e desafio aos serviços de saúde. In: Frágeis deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida. Antropologia & Saúde collection. <http://books.scielo.org/id/r7pjf/pdf/deslandes-9788575415283-02.pdf>



Segundo o “Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2020”,<sup>66</sup> em 2020, a violência letal cresceu 7,1% no 1º semestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, sendo que 74,4% das mortes foram de negros e 25,3% de brancos, 51,6% de jovens até 29 anos e 91,2% de homens. Quando se observam apenas as mortes por “intervenções policiais”, o número é ainda mais gritante, são 79,1% negros, 74,3% jovens até 29 anos e 99,2% homens.

Apesar da flagrante vulnerabilidade dos homens jovens (até 35 anos) negros à violência, essa situação, e apenas essa, não é incluída no rol de violências comunitárias ou extrafamiliares (suspeitas ou confirmadas) passíveis de notificação compulsória por profissionais de saúde através do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde.<sup>67</sup> Se esses homens jovens e negros compõem a esmagadora maioria das vítimas letais dessa violência e se a notificação tem como objetivo retirar os casos de violência da invisibilidade e melhor preparar a resposta institucional, como justificar tal negligência? Fica a dúvida se esses homens são vistos como cidadãos vitimados pela violência e que merecem o cuidado do Estado, ou como pessoas suspeitas, como um problema social.

A fala abaixo, de Pai Rodney de Oxossi, narra uma dor que, em algum momento, terá que ser vista e tratada em nosso país.

(...) eu sou um homem negro, numa sociedade racista, eu sou um sobrevivente e carrego inclusive no meu peito a marca de um tiro, e o que mais doeu em mim não foi o tiro, o que mais doeu em mim foi chegar no hospital e ver toda a história que eu contei em relação ao tiro que eu levei ser questionada e as pessoas acharem que eu era um bandido” (Pai Rodney de Oxossi, Doutor em Ciências Sociais pela PUC/SP).<sup>68</sup>

---

66 Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>



67 Brasil. Ministério da Saúde (2017). Notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/informacoes-basicas>



68 DESLANDES, SF. (2001). A violência como realidade e desafio aos serviços de saúde. In: Frágeis deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida. Antropologia & Saúde collection. <http://books.scielo.org/id/r7pjf/pdf/deslandes-9788575415283-02.pdf>





No livro “A criança e o seu mundo” (1965),<sup>69</sup> o pediatra e psicanalista inglês Donald Winnicott diz que: “Uma das coisas que um pai faz pelos filhos é estar vivo e continuar vivo nos primeiros anos da criança.” Esse livro baseia-se em palestras dadas por Winnicott na rádio BBC de Londres, durante a II Guerra Mundial e no pós-guerra, ou seja, “estar vivo e continuar vivo” não era apenas uma figura de linguagem, já que homens jovens morriam aos milhares, pais jovens morriam, muitos sem nunca conhecer seus filhos ou filhas. Outros, aos milhões, voltaram com vida da guerra, mas carregando traumas que lhes acompanhariam a vida inteira e também acompanhariam a vida de suas parceiras e de seus filhos e filhas.

Saltando mais de 80 anos à frente, atravessando o Atlântico e pegando o caminho ao sul da linha do Equador, chegamos ao Brasil, onde, ao menos oficialmente, não estamos em guerra, no entanto, somos o país com o maior número absoluto de mortes, por causa violenta, do mundo. E isso não é de hoje. Aqui também, homens jovens morrem aos milhares, para ser exato, de acordo com o Mapa da Violência (IPEA), na série de 20 anos entre 1998 e 2017, mais de um milhão de pessoas perderam a vida por assassinato no Brasil, numa média de mais de 52 mil pessoas por ano.<sup>70</sup> Jovens pais morrem, muitos sem nunca ter conhecido seus filhos. Aos milhares, pais negros perdem seus filhos adolescentes e jovens.

---

69 WINNICOTT, Donald (1982). A criança e o seu mundo. Editora Guanabara Koogan S.A.

70 Atlas da Violência, IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/17>



Em diferentes lugares do Brasil, mães que perderam filhos e filhas para a violência buscam amparo em grupos de apoio como o “Mães Unidas pela Dor”, um projeto do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social Rubens Correa, em Irajá, no Rio de Janeiro.<sup>71</sup> No entanto, o mesmo não pode ser dito sobre a existência de espaços para os pais que se veem na mesma situação. Abraçados ao seu estoicismo até as últimas consequências, os homens geralmente sofrem em silêncio, algo que pode resultar no uso abusivo de álcool e outras drogas, insônia, estresse e, inclusive, em comportamentos violentos.

Quem olha e se importa com o luto desses homens? Quem olha e se importa com o medo desses pais de perder seus filhos e filhas para a violência?

## **Pandemia da Covid-19 e o escancaramento do impacto do racismo estrutural para a saúde da população negra**

Defendi no início deste texto que o campo das políticas públicas — e não as ações e escolhas individuais —, seria o mais importante para a necessária e urgente melhoria da saúde da população negra. Sempre defenderei essa premissa, entretanto, no contexto de uma pandemia sem precedentes, aliada ao enfraquecimento premeditado de políticas voltadas à saúde, ao bem-estar social e ao combate ao racismo, os cuidados individuais alcançaram uma importância talvez nunca antes vista.

---

71 BBC News Brasil (maio 2018). Unidas pela dor: mães que perderam filhos para a violência encontram amparo em grupo no RJ. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43915337>



Levantamento exclusivo feito pela Agência Pública (2021) traz informações que não deveriam nos surpreender, mas que deveriam sim, trazer indignação. Ao analisar os dados de 8,5 milhões de pessoas que receberam a primeira dose das vacinas contra a Covid-19, essa investigação evidenciou que *“apesar da vacinação no Brasil ter se iniciado com uma mulher negra (...) — a enfermeira Mônica Calazans — hoje há cerca de duas pessoas brancas para cada pessoa negra vacinada”*. Como salienta a matéria, essa desigualdade ganha contornos ainda mais dramáticos, por sabermos que a letalidade da Covid-19 no Brasil tem sido proporcionalmente maior entre negros(as) do que entre brancos(as).

Os motivos por trás dessa maior letalidade são muitos, mas não são desconhecidos, seguem alguns: a população negra é a que mais depende exclusivamente do SUS, a que vive em condições de habitação mais precárias, a que tem a saúde (em seu amplo conceito) mais fragilizada, a mais exposta à infecção no transporte público e a que mora mais longe do trabalho, a que mais atua na informalidade e em empregos precários (inclusive do ponto de vista sanitário) e que passa longe do privilégio do *“home office”* (trabalho remoto)

Os homens negros e, conseqüentemente, os pais negros, estão mais expostos e estão morrendo mais em decorrência desse vírus, por conta do somatório catastrófico do racismo estrutural com a cultura patriarcal. Os(as) autores(as) de recente artigo sobre homens, masculinidades e o novo coronavírus (MEDRADO, Benedito *et al.*, 2021) ressaltam que a socialização masculina cisheteronormativa que preza, dentre outras coisas, pela desvalorização das práticas de prevenção à saúde e de cuidado de si e dos outros, faz com que os homens de nossa cultura tornem-se os principais vetores de infecção:

(...) não porque eles *“são como são”*, mas porque foram socializados e estimulados a ocuparem os espaços públicos, sem restrições e posição de sujeito, em uma sociedade que valoriza e premia certos atributos associados a modos de subjetivação masculina, dificultando algumas das principais práticas para evitar à disseminação da COVID-19, que são o isolamento social, o uso de máscaras e a higienização das mãos. (2021, p. 181).

As informações levantadas e as perguntas feitas, no decorrer desta seção, podem parecer poucas, mas apresentá-las é imprescindível para que possamos compreender a relação entre as paternidades negras e a saúde, o que, seguramente, pode ter contribuição significativa para ajudar esses homens a transitarem e a transporem os obstáculos por eles enfrentados, por serem pais negros em um país racista.

## Recomendações:

- 1.** O Ministério da Saúde deveria acrescentar as violências comunitárias ou extrafamiliares (suspeitas ou confirmadas) sofridas por homens adultos (ao menos adultos jovens, até 35 anos) à lista de notificação compulsória do SINAN, para que pudéssemos melhor compreender esse fenômeno a partir de uma leitura do campo da saúde;
- 2.** Tendo como base o princípio da Transversalidade e a urgência do tema em pauta, os departamentos do MS responsáveis pela implementação da PNSIPN, da PNAISH e da Política Nacional de Saúde Mental deveriam estabelecer um diálogo contínuo e propositivo sobre a saúde de homens e pais negros. É imprescindível que esse espaço conte com a participação de instituições acadêmicas e da sociedade civil organizada;
- 3.** A Coordenação Nacional de Saúde dos Homens deveria colocar em prática o conceito de equidade em saúde e direcionar a sua atenção, prioritariamente, para os homens negros. Um primeiro e necessário passo para isso é fazer uma análise retroativa de raça/cor na pesquisa “Saúde do Homem, Paternidade e Cuidado”;
- 4.** Instituições de ensino, com enfoque para as universidades públicas, deveriam se debruçar sobre os obstáculos enfrentados por pais negros devido ao racismo estrutural. As questões apresentadas neste relatório e nesta seção são um começo, mas há muitas outras a serem feitas;
- 5.** Grupos e instituições que têm liderado a mobilização e o campo de debate sobre as paternidades negras deveriam pautar a temática da saúde com mais frequência, aqui incluindo o urgente debate sobre saúde mental, depressão, luto, suicídio, uso abusivo de álcool e outras drogas, etc.

## Referência Bibliográfica

- Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos>
- Agência Pública (2021). Disponível em: <https://apublica.org/2021/03/brasil-registra-duas-vezes-mais-pessoas-brancas-vacinadas-que-negras/>
- ALMEIDA, Silvio Luiz de (2020). **Racismo Institucional**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra.
- **Atlas da Violência**, IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/17>
- BBC News Brasil (maio 2018). **Unidas pela dor: mães que perderam filhos para a violência encontram amparo em grupo no RJ**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43915337>
- HOOKS, bell (2004). *The Will to Change: Men, Masculinity, and Love*.
- BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. **Indicadores de Vigilância em Saúde, analisados segundo a variável raça/cor**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, v. 46, n. 10, 2015.
- Brasil (1988). **Constituição Federativa de 1988**. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil. Fundação Nacional de Saúde (2005). **Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade**. Disponível em: [http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/funasa\\_saude\\_da\\_populacao\\_negra\\_no\\_brasil.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-acoes-estrategicas-gtae/saude-da-populacao-negra/livros-e-revistas/funasa_saude_da_populacao_negra_no_brasil.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde (2017). **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN**. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_populacao\\_negra\\_3d.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde (2018). **Glossário Temático da Saúde do Homem**. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario\\_tematico\\_saude\\_homem.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/glossario_tematico_saude_homem.pdf)

- Brasil. Ministério da Saúde (2017). **Notificação de violências interpessoais e autoprovocadas**. Disponível em: <https://www.cevs.rs.gov.br/informacoes-basicas>
- CARDOSO, Bruno Baptista et al. (2020). **Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2020001305001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020001305001&lng=en&nrm=iso)
- DINIZ, Carmen Simone Grilo et al. (2016). **Desigualdades sociodemográficas e na assistência à maternidade entre puérperas no Sudeste do Brasil segundo cor da pele: dados do inquérito nacional Nascer no Brasil**. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902016000300561&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000300561&lng=en&nrm=iso)
- DESLANDES, SF. (2001). **A violência como realidade e desafio aos serviços de saúde**. In: Frágeis deuses: profissionais da emergência entre os danos da violência e a recriação da vida. Antropologia & Saúde collection. <http://books.scielo.org/id/r7pjf/pdf/deslandes-9788575415283-02.pdf>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020). **Anuário Brasileiro da Segurança Pública de 2020**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>
- IBGE (2019). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf)
- Informações de Saúde (TABNET) DATASUS. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>
- Instituto Papai, RHEG e Gema/UFPE (2009). **Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde**. <http://www.eme.cl/wp-content/uploads/Princ%C3%ADpios-diretrizes-e-recomenda%C3%A7%C3%B5es-para-uma-aten%C3%A7%C3%A3o-integral-aos-homens-na-sa%C3%BAde.pdf>
- TENÓRIO, Jeferson (2020). **O avesso da pele**. Companhia das Letras.
- LEAL, Maria do Carmo et al. (2017). **A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil**. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/161/a-cor-da-dor-iniquidades-raciais-na-atencao-pre-natal-e-ao-parto-no-brasil>
- FERREIRA, Lola; MARTINS, Flávia (2019). **Uma década após criação, apenas 28% dos municípios brasileiros implantaram PNSIPN**. Gênero e Número. Disponível em: <http://www.generonumero.media/10-anos-politica-saude-populacao-negra/>

- MEDRADO, Benedito et al. (2021). **Homens e masculinidades e o novo coronavírus:** compartilhando questões de gênero na primeira fase da pandemia. Revista Ciência & Saúde Coletiva [online]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232021000100179&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232021000100179&lng=en&nrm=iso)
- KIMMEL, Michael (1998). **A introdução simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>
- PEREIRA, A. O.; SANTOS, H. E. dos; & SILVA, A. da. (2019). **Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas:** exercícios de autorreflexão emancipatórios. Cadernos de Gênero e Diversidade. em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29545>
- Portal Brasil. **O Brasil e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.**
- Portaria no 1.944, de 27 de agosto de 2009. PNAISH. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944\\_27\\_08\\_2009.html](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html)
- Promundo-Brasil (2016). **A Situação da Paternidade no Brasil 2016.** Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/situacao-da-paternidade-no-brasil/>
- Promundo-Brasil (2019). **A Situação da Paternidade no Brasil 2019:** tempo de agir. Disponível em: [https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio\\_paternidade\\_promundo\\_06-3-1.pdf](https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2019/08/relatorio_paternidade_promundo_06-3-1.pdf)
- Série **“E eu? O jornalismo precisa me ouvir”**, do Jornal Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/foha-100-anos/2021/02/candoble-so-aparecia-nas-paginas-policiais-do-jornal-lembra-babalorixa.shtml>
- THÉBAUD-MONY, Annie (2000). **Précarisation sociale. Paris:** Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines.
- UNICEF ( ). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade:** experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.
- WINNICOTT, Donald (1982). A criança e o seu mundo. Editora Guanabara Koogan S.A.





# Paternidades negras e primeira infância

**Elvia Cristina Silva Santos**  
**Luciano Ramos**

## Introdução


Analisar as paternidades negras no Brasil sem abordagem histórica, antropológica e interseccional, pode nos conduzir a um olhar raso e vazio sobre as múltiplas formas de paternagem. Entende-se por este conceito, as relações que são estabelecidas no âmbito do cuidado e do afeto, onde o pai participa efetivamente do processo de desenvolvimento da criança em todos os aspectos, principalmente na primeira infância, período que corresponde desde o nascimento até os seis primeiros anos completos, ou setenta e dois meses de vida da criança, de acordo com os parâmetros do Marco Legal da Primeira Infância. O ponto central a ser compreendido aqui, é reconhecer que as paternidades negras se diferem dos outros modelos, sobretudo das paternidades hegemônicas, as brancas. Neste sentido, observar como essas nuances se operam no contexto da primeira infância é fundamental para compreendermos quais os desafios e avanços de ser pai negro no país.



## O racismo como elemento fundamental para a compreensão das limitações do exercício das paternidades negras no Brasil

Há uma luta racial desigual que não está camuflada e não é desconhecida. Segundo Silvio de Almeida, “o racismo é o normal social”. Com base nesta afirmação, a sociedade brasileira — enquanto sociedade escravagista — até o ano de 1888, não permitiu ao homem negro vindo do continente africano exercer a paternidade. Ao contrário, todos os passos dados por esta mesma sociedade retiravam deste homem a possibilidade do exercício da masculinidade que, conseqüentemente, anulavam sua paternidade. Vale destacar que o processo de escravização, além de ter coisificado os corpos desses sujeitos, também os animalizou, o que por sua vez contribuiu sistematicamente com a subalternização de homens e mulheres negros forçados a atravessar o Atlântico.

A forma como homens e mulheres escravizados e escravizadas foram transportados e transportadas no momento de seus sequestros para o ocidente nos aponta o quão desumanizadas estas pessoas foram. As africanas e os africanos eram trazidas e trazidos forçadamente em precárias embarcações e acomodados em posições que não lhes permitiam mover-se, sendo obrigados, por exemplo, a fazerem todas as necessidades fisiológicas ali, o que favorecia o aparecimento de inúmeras doenças, responsáveis por grande parte das mortes durante a travessia. De acordo com C.L.R James “dia e noite, milhares de seres humanos eram apinhados em minúsculas galerias nos “depósitos de putrefação”, onde nenhum europeu conseguiria permanecer por mais de quinze minutos sem desmaiar. [...] a mortalidade era maior que vinte por cento. [...] A proximidade de tantos corpos humanos nus com a pele machucada e supurada, o ar fétido, a disenteria generalizada e acumulação de imundícies tornavam esses buracos um verdadeiro inferno”.



Segundo Laurentino Gomes, “saíram da África 12 milhões e meio de seres humanos. Chegaram no ocidente 10 milhões e 700 mil. Morreram nesta travessia 1 milhão e 800 mil pessoas, que foram lançadas ao mar. Um número tão alto que, de acordo com depoimentos da época, isso mudou o comportamento do cardume de tubarões no Oceano Atlântico, que começaram a seguir os navios negreiros.” O professor e historiador Aderivaldo Ramos de Santana, apontou em texto publicado no site do Instituto da Mulher Negra- *Geledés*, que “até 1850, o Brasil já havia recebido cerca de 4,8 milhões do total de 5,3 milhões de africanos deportados como escravos”.

Muitos destes homens escravizados foram forçados a abandonarem seus filhos e/ou filhas no continente africano. Logo, a escravização retirou deles toda e qualquer possibilidade de paternar em suas terras e também nas Américas, pois a partir do momento que o tráfico de pessoas escravizadas tornou-se uma instituição, novos papéis socioculturais passaram a ser impostos a esses sujeitos diante dessa nova sociedade que se forjava com base na opressão e exploração da força de trabalho de africanos e africanas. No Brasil, alguns homens tiveram a função de reprodutores, como demonstra Christiana Martins, em artigo publicado no *Geledés* “[...] sendo reservados exclusivamente para fecundação de grande números de mulheres escravizadas...”. Esses homens eram registrados como as raças dos cavalos, sendo chamados de *garranhões*. Este elemento conecta-se diretamente com a animalização dos corpos negros e a legitimação do machismo a partir do olhar da branquitude.

## O racismo e seus impactos atravessados nos corpos das mulheres negras: maternidade e puerpério

Neste processo o corpo feminino também foi extremamente coisificado, e sob a perspectiva animalizada do sistema escravista, o filho ou a filha concebido da relação entre africanas e seus companheiros africanos, e também em muitas circunstâncias entre africanas e seus proprietários, estes que, por sua vez, “se muniam do estupro para dominar e controlar os corpos das mulheres negras”, não ficavam sob a tutela das escravizadas, tampouco dos escravizados enquanto mães e pais. O discurso proferido por Sojourner Truth em 1851, durante uma convenção pelo direito das mulheres em Ohio, Estados Unidos, exemplifica nitidamente que o lugar da maternidade, ideologia tão presente no século XIX, não alcançava as mulheres negras. “[...] Dei à luz a treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu”. De acordo com Angela Davis, “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas”. Para os proprietários, as filhas e filhos desses sujeitos tinham o mesmo valor que bezerros recém-nascidos”.

O parto das mulheres negras, por exemplo, era igualmente comparado ao de animais. Aqui, é essencial destacar que a ciência médica durante o século XIX, contribuiu sistematicamente na construção do racismo baseado na crença da “inferioridade” do povo negro em relação ao homem branco, destacando-se nesse período os trabalhos do eugenista Nina Rodrigues. A saúde dos escravizados e escravizadas não era prioridade para os proprietários. Não estranhamente, relatos sobre as experiências de partos das mulheres escravizadas foram documentados a partir do lugar de desumanização, onde somente recebiam assistência médica em casos extremos. Neste cenário foi retirado da mulher negra o direito de ter um parto digno e humanizado e do homem negro o direito de participar deste momento.

A maioria desses pais sequer conheceram seus filhos e/ou suas filhas. Porém, é preciso lembrar daqueles que, mesmo com toda barbárie do sistema escravista, resistiram às extremas e violentas opressões por via da educação, não necessariamente a educação formal. Como exemplo, podemos citar o pai de Harriet Tubman, uma importante mulher negra estadunidense protagonista na luta pela emancipação da população negra, tendo ajudado centenas de escravizados a fugirem. “Aprendeu com o pai a cortar árvores e abrir trilhas e, enquanto trabalhavam lado a lado, ele lhe transmitiu conhecimentos que mais tarde se mostraram indispensáveis [...]. Ele ensinou a caminhar silenciosamente pela mata e a localizar plantas, ervas e raízes que serviriam de alimento e remédio”. Para Davis, “Sem dúvida, o fato de ela nunca ter fracassado pode ser atribuído aos ensinamentos de seu pai”. Portanto, cabe dizer que alguns homens negros escravizados não só conseguiam paternar, o que rompe com a ideia de que homens negros não são aptos para serem cuidadores diretos, como também tinham consciência da importância de sua participação no processo de desenvolvimento e manutenção da sobrevivência de seus filhos e filhas. Todavia, é importante apontar que esta não foi a regra, mas a exceção. A realidade é que poucos homens negros conseguiram driblar o sistema escravista e estabelecer relações de cuidados com sua filha ou seu filho.

Segundo Davis, no período escravista “os registros de nascimento em muitos latifúndios omitiam o nome do pai, contendo apenas o nome da mãe da criança”. É possível que esta prática tenha implicado aos homens e mulheres escravizados e escravizadas outras formas de arranjos familiares, bem como novas maneiras de exercer a função paterna e materna. Nesse ensejo, de maneira excêntrica, a sociedade brasileira naturalizou as famílias negras monoparentais chefiadas por mulheres. Em 2019, de acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), 63% dos domicílios brasileiro chefiados por mulheres negras viviam abaixo da linha da pobreza.

Na sociedade escravista, mesmo na condição de grávidas e puérperas, as mulheres escravizadas não eram exoneradas do trabalho compulsório nas plantações para cuidar de suas filhas e filhos recém-nascidos. Elas continuavam trabalhando e recebendo o mesmo tratamento desumano. Entre todas as suas funções, as mulheres negras ainda tinham o dever de cuidar dos filhos dos seus proprietários brancos, aqui podemos citar, por exemplo, as “mães de leite”. Davis faz uma análise muito precisa desse panorama no contexto estadunidense na obra *Mulheres, raça e classe*. “Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas”. Quanto às crianças negras, quando sobreviviam ao formato de parto brutalizado, cabia o lugar da não convivência com a figura paterna e a pouca convivência com suas mães, que logo após o desmame (que não durava muito tempo) eram separadas delas.

Ainda que a escravização de pessoas negras tenha dificultado o exercício da maternidade das africanas, não significa dizer que elas não maternaram, muito pelo contrário, quando as africanas recusavam abandonar seus filhos no chão das lavouras em função do trabalho forçado, por exemplo, mostravam sua humanidade, a responsabilidade com suas crianças e também a capacidade de resistir ao sistema escravista. Contudo, a abolição da escravidão não significou que, no mesmo instante, africanos e africanas estariam livres para exercer suas funções enquanto pais e mães. Da mesma maneira podemos olhar para as relações afetivas, como refletiu Bell Hooks, “Imagino que, após o término da escravidão, muitos negros estivessem ansiosos para experimentar relações de intimidade, compromisso e paixão, fora dos limites antes estabelecidos. Mas é também possível que muitos estivessem despreparados para praticar a arte de amar”. Pois, ainda de acordo com a pensadora, “a opressão e a exploração distorce e impede essa nossa capacidade de amar”. Quase um século e meio após o fim do devastador sistema escravista, seus impactos ainda se reverberam em nossa sociedade.

A desigualdade social, como uma das consequências deste processo, produziu gigantescas diferenças entre pessoas negras e brancas no que diz respeito ao acesso à saúde. No que tange a saúde da mulher, a pesquisa *Nascer Brasil*, entre os anos de 2011 e 2012, analisou o perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante e ao recém-nascido, revelou dados, onde mais uma vez é reforçado como os fatores de raça, classe social, e territorialidade são estruturantes na manutenção das desigualdades no âmbito da saúde. Não é à toa que os maiores índices de mortalidade neonatal por cada mil crianças nascidas vivas no país incidiu sobre as mães negras (pretas e pardas), que juntas atingiram o percentual de 20,7%, enquanto as brancas 9,2%, as que constituíram as classes D e E, somadas alcançaram 15,0%, em detrimento àquelas das classes A e B com porcentagem de 7,3%. As mães territorialmente circunscritas no Norte e Nordeste corresponderam, respectivamente, a 22,3% e 14,5%, enquanto as do Sul e Sudeste apresentaram menores taxas com 6,1% e 8,0%.

Os dados são preocupantes e ao cruzar com outros estudos, se observamos o artigo *Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa*, veremos que as mulheres pretas e pardas são as que menos recebem assistência durante o pré-natal em relação às mulheres brancas, são as que mais esperam por atendimento, como também as que menos são acompanhadas no momento do parto. Sobre esta última informação, o estudo aponta que “uma proporção maior de mulheres pretas/pardas não teve acompanhante no parto, 68,0%, sendo que, para mais de 50% de todas as mulheres, o motivo foi a desautorização do serviço de saúde”. Esta desautorização é uma das práticas do Estado, que de um lado exclui e invisibiliza os pais deste processo, consequentemente os distanciando do exercício da paternidade, e de outro nega às mulheres o direito de ter um parto humanizado, assegurado pela Lei 11.108, de 7 de Abril de 2005, onde “os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, da rede própria ou conveniada, ficam obrigados a permitir a presença, junto à parturiente, de 1 (um) acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato”.

Este texto não tem a pretensão de analisar as maternidades, pois nos demandaria ainda mais inflexão frente ao tema. Quanto as paternidades, todavia, é impossível analisar as paternidades sem abordar como as mães negras foram violentadas em todo este contexto. Todos os elementos citados anteriormente nos levam a conclusão que homens e mulheres negros e negras não foram sequestrados e sequestradas do continente africano sob o pretexto de exercer a paternidade e a maternidade.

Assim, o racismo age em duas perspectivas paralelamente, ao mesmo passo em que coloca o homem e a mulher negra como meros reprodutores, socialmente, cria uma narrativa que os impossibilita de cuidar das crianças em todas as suas fases de desenvolvimento. Em especial na primeira infância. Dessa maneira, reconhecemos aqui a importância da fomentação de políticas públicas reparadoras, bem como reforçamos a urgência e necessidade da atuação efetiva e comprometida das Agências Reguladoras de Saúde.

## Especificidades da Primeira Infância

Ao pensar na primeira infância, ao menos cinco aspectos específicos precisam ser considerados: o aspecto *cognitivo*, a *linguagem*, os *aspectos emocional e social*, *psicomotor*, e o *desenvolvimento físico que inclui crescimento, hábitos de saúde e higiene*. Desse modo, é importante reconhecer a necessidade e a relevância de cuidadores diretos, responsáveis em promover e acompanhar as crianças em todos estes aspectos de desenvolvimento. Esse âmbito do cuidado precisa ser equitativo. Não é possível discutir essa fase da vida da criança sem considerar a equidade de gênero para o cuidado, do contrário, este lugar é sempre delegado às mulheres, causando-lhes sobrecarga.





Ademais, não é possível analisar as famílias e os seus cuidados às crianças pequenas do mesmo lugar: famílias negras e brancas historicamente possuem diferentes trajetórias e, conseqüentemente, distintas vivências. É preciso levar em consideração que famílias com pouco ou nenhum recurso financeiro são diferentes de famílias abastadas e de classe média, assim como as famílias homoafetivas e heteroafetivas, dentre outras tantas formas de ser família. A igualdade é um lugar a ser alcançado, mas no âmbito das abordagens sobre paternidades não pode ser um ponto de partida, do contrário, corremos o risco de elaborar sínteses muito distorcidas da realidade concreta. Assim, é fundamental realizar essas leituras a partir das características específicas de cada núcleo familiar e de modo interseccionalizado para compreendermos como as desigualdades entre pessoas brancas e negras são produzidas, garantindo desse modo a eficácia do trabalho.


## **Marco legal da Primeira Infância e o recorte étnico racial – importantes marcadores para pensar as paternidades negras**

O Estado Brasileiro através do Marco Legal da Primeira Infância nos artigos 14 e 28 propõe, respectivamente, *Orientação de Programas de Apoio às famílias, por meio de ações que incentivem a paternidade e a maternidade cuidadosas e responsáveis*, e a *Proposição da capacitação de pais para a prorrogação de Licença Paternidade no âmbito das empresas cidadãs*, que busca considerar e incentivar a participação paterna, o que é um avanço no cenário brasileiro. Porém, não se considera ali o recorte étnico racial, que acaba ficando a critério da sensibilidade de quem elabora a lei. Segundo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 2020, 47,4% dos homens negros estavam no mercado informal de trabalho. Se olharmos para o artigo 28 do Marco Legal da Primeira Infância percebe-se que não dialoga com uma grande parte dos pais. E, por outro lado, faz-se necessário compreender por que muitos homens negros não fazem parte do quadro de funcionários em empresas cidadãs.

Para entender os impactos extremos do racismo na vida dos homens negros, precisa-se observar o quanto a falta de oportunidades oferecidas a esses homens podem criar ambientes e situações que, por vezes, os leva a sentirem-se atraídos e assim, ingressar na criminalidade. Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, através do Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em 2016, o Brasil tinha 26.450 adolescentes e jovens incluídos no sistema nacional. Os jovens em situação de privação de liberdade pela prática de ato infracional eram em sua maioria do sexo masculino, 96%, sendo que 59% destes jovens eram negros. É bastante simbólico esse dado quando analisado sob o viés racial, e não pode ser visto de maneira alguma como coincidência.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado em 2020, revela que em 15 anos a proporção de homens negros no sistema carcerário cresceu 14%, enquanto a de homens brancos diminuiu 19%. Em 2019 dos 657,8 homens presos, em que há informação de cor/raça disponível, 438,7 mil são negros (66,7%). Não é possível entender estes dados também como mais uma coincidência. Se observarmos também o Atlas da Violência (2020), no ano de 2018, homens negros “representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas), a taxa foi de 13,9, ou seja, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos”.

Esses números são a expressão do Estado Brasileiro exercendo a necropolítica, onde a população negra é o alvo da morte desse modelo de política que escolhe quem deve morrer e quem deve viver. Sem dúvida outros elementos atravessam e contribuem também para o exercício ou não da paternidade de homens negros, mas aqui, precisamos levar em conta que o racismo estrutural e a necropolítica incidem fortemente sobre estes homens para o não exercício de suas paternidades.



O Brasil age com um voluntário esquecimento coletivo, principalmente, quando se refere ao racismo e a dívida histórica com a população negra. Dizemos isso, pois não há como executar a lei pressupondo que há igualdade. Isso significa apagar a história. Toda leitura e incentivo de paternidade, desde a década de 1990, considera erroneamente a paternagem como um movimento singular e homogêneo. É necessário olhar para as múltiplas *paternidades*. E neste sentido fazer o recorte étnico racial é imprescindível, uma vez que políticas públicas universalistas não dão conta de resolver problemas que atingem somente determinados grupos, como é lembrado por Sueli Carneiro, “a focalização apresenta-se, no nosso contexto de exclusão histórica de amplas parcelas populacionais, como pré-requisito para o resgate da solidariedade devida pelas políticas universalistas ao conjunto da sociedade”. Se considerarmos que o racismo é o “normal social” na sociedade brasileira, podemos compreender que este fato impactará diretamente na não aplicação de metodologias que considerem o pai negro com suas especificidades. É preciso pensar e propor a legislação realizando os recortes identitários necessários.

Neste cenário, o conceito de Paternidade Cuidadosa é um privilégio para um grupo de pais que consegue acessar essas informações. A base para o não alcance destas informações e a consequente paternidade sem o uso de ferramentas necessárias para o desenvolvimento infantil se encontram no racismo estrutural. Faz-se urgente a necessidade de governos que proponham e implementem políticas públicas comprometidas com estas análises que incentivem este exercício de paternidade, uma vez que a Primeira Infância é prioridade. É importante apoiar e instrumentalizar os cuidadores e as cuidadoras através de cursos ou oficinas que proponham atividades, de acordo com suas condições de participação. Isso é um desafio, já que a política pública busca padronizar os atendimentos, porém é possível.

## Dados e análises acerca da Sondagem com pais negros

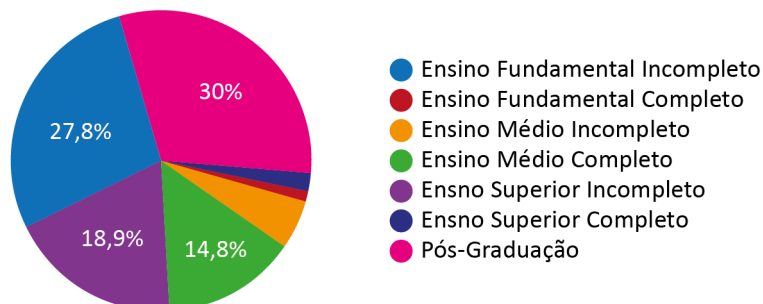
Daqui por diante, apresentaremos os resultados e a discussão dos dados coletados no questionário. Como mencionado inicialmente na introdução, a inexistência de dados relacionados às paternidades negras no Brasil despertou na equipe responsável pela escrita deste material a necessidade de elaborar um breve questionário, para entender como homens negros exercem suas paternidades: as barreiras, os desafios e os avanços. Enquanto um Instituto que realiza pesquisas e investigações científicas, o Promundo tem o dever de apontar que este instrumento não é uma pesquisa científica, mas uma sondagem.

De acordo com o perfil dos respondentes, a maioria dos pais negros com graduação têm entre 30 e 39 anos, como pode ser observado nos gráficos a seguir.

### Gráfico 1. Escolaridade dos pais negros participantes

**Sobre sua escolaridade, você possui:**

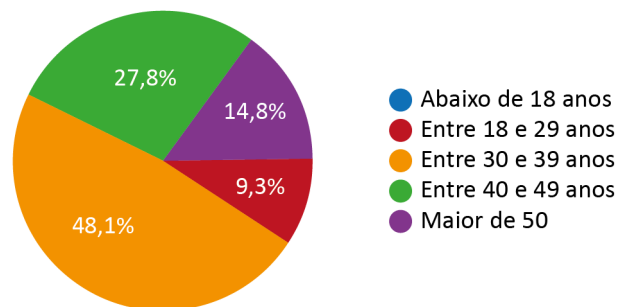
270 respostas



## Gráfico 2. Faixa etária atual dos participantes no momento em que responderam o questionário

Sua faixa etária atual (idade) se insere:

270 respostas



Esse resultado nos leva a compreender que realizaram suas graduações nos últimos 20 anos, período em que o Brasil inseriu a política de cotas nas universidades públicas e bolsas de estudos em universidades privadas pelo Programa de Financiamento Estudantil (FIES).

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes de Universidades Federais do Brasil (Andifes), o número de alunos negros nas universidades federais do país triplicou em 10 anos. Em 2018, ainda de acordo com a associação supracitada, o número de alunos pretos e pardos nas universidades federais brasileiras era de 47,5 dos graduandos. É importante considerar que a política de cotas insere os negros na academia e que este processo causa inicial revolução na estrutura social e no cenário brasileiro.

Esse resultado levantou uma nova hipótese muito interessante: quando os homens negros conseguem ascender socialmente, por meio de políticas públicas, que não só reconhecem as desigualdades historicamente produzidas pelo racismo, mas elaboram e executam leis equitativas que buscam a igualdade de direitos e acessos, eles também conseguem paternar conscientes das suas responsabilidades.

Sueli Carneiro aponta que os estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica (IPEA) “constatam que o combate à desigualdade tem impacto superior sobre a redução da pobreza do que via crescimento econômico. É mais rápido, mais barato e mais justo socialmente”. Neste sentido, a ascensão acadêmica e profissional do homem negro, por meio das políticas públicas reparadoras, impacta de modo direto sobre sua forma de paternar.

A pesquisa que nos trouxe até aqui apontou para o racismo estrutural como um dos principais elementos de impedimento da paternagem do homem negro. O rompimento com este modelo de opressão nos mostra indícios de maior aceitação destes homens à paternidade. Se compararmos os grupos de homens com mais e menos acessos dentro do questionário podemos perceber esta realidade se aplicando.

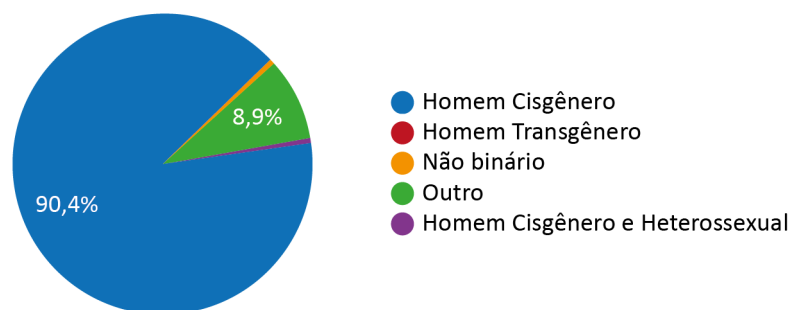
Para realizar essa sondagem, foi fundamental abordar algumas temáticas transversais para entender melhor o olhar e as práticas dos homens negros sobre pontos chaves no processo de paternagem. Neste capítulo, analisamos a relação de cuidado e educação destes pais com seus filhos e suas filhas na primeira infância. Para isso, é importante considerar aspectos que são fundamentais para entender as respostas destes pais. Assim, os dados abaixo nos ajudarão a entender o perfil dos respondentes.

Como pode ser observado nos gráficos abaixo, no que diz respeito à questão do gênero dos pais que participaram desse questionário, 94,4% se identificaram como Homem Cis e 95% deles, no que se refere a sua orientação sexual, se identificaram heterossexuais.

### Gráfico 3. Identidade de Gênero

**No que diz respeito à identidade de gênero e orientação sexual, como você se identifica:**

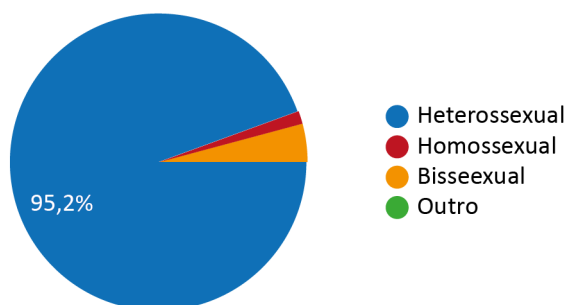
270 respostas



## Gráfico 4. Orientação Sexual

No que diz respeito à orientação sexual, como você se identifica?

269 respostas



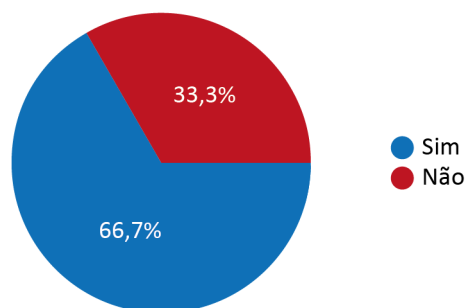
## Análise dos resultados relacionados ao cuidado e a educação

Aproximadamente 70% dos respondentes são pais de crianças na Primeira Infância, 54,4% deles afirmaram que sua primeira paternidade ocorreu entre os 18 e 29 anos, e 37,9 % entre os 30 e 39 anos de idade. Esses números trazem para este capítulo dados concretos que nos permitiu análises focadas no exercício da paternidade negra com crianças pequenas.

## Gráfico 5. Idade da criança

Seu filho ou filha integra a primeira infância? (de 0 a 7 anos de idade)

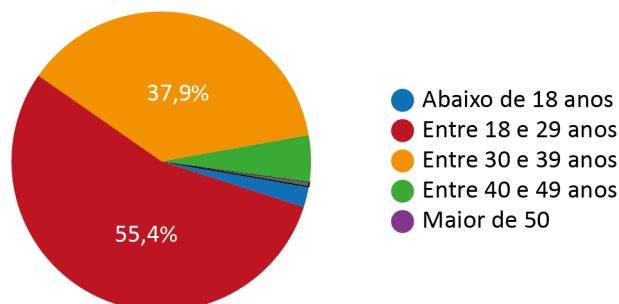
270 respostas



## Gráfico 6. Idade que aconteceu a primeira paternidade

Sua primeira paternidade aconteceu em qual faixa etária:

269 respostas

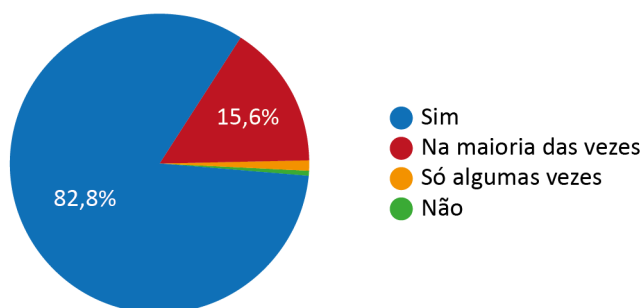


A maioria dos pais respondentes apontaram para atitudes de cuidados em relação à criança pequena. Esses dados são interessantes se olharmos, dentro desta sondagem, para os homens que se sentem sempre seguros plenamente e os que se sentem seguros, na maioria das vezes, no exercício de cuidados e de educação de suas crianças, correspondendo respectivamente a um percentual de 82,8% e 15,6%.

## Gráfico 7. Capacidade de cuidado da criança na Primeira Infância

Você se sente capaz de cuidar da sua criança pequena?

180 respostas





As atividades postas nesta sondagem se referem aos elementos concretos que indicam formas de cuidado, educação e proteção à criança pequena. Estes são indicadores internacionalmente utilizados para mensurar o cuidado às crianças na primeira infância. Mais de 55% dos pais quando perguntados sobre a participação nas tarefas referentes aos hábitos de saúde e higiene como, por exemplo, dar banho, trocar a fralda, preparar a alimentação, lavar ou passar as roupas da criança, levar ao pediatra e cuidar do cabelo da criança responderam sim.

## Gráfico 8. Cuidados com a criança

**Você dá banho na sua criança pequena?**

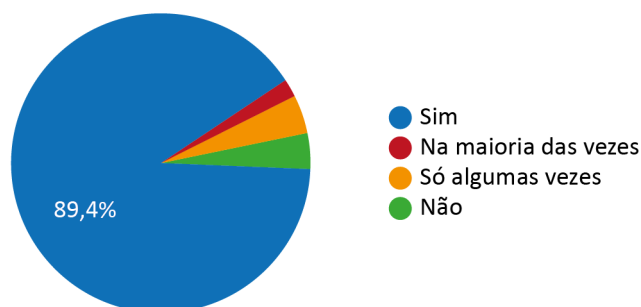
180 respostas



## Gráfico 9. Cuidados com a criança

**Você troca fraldas da sua criança?**

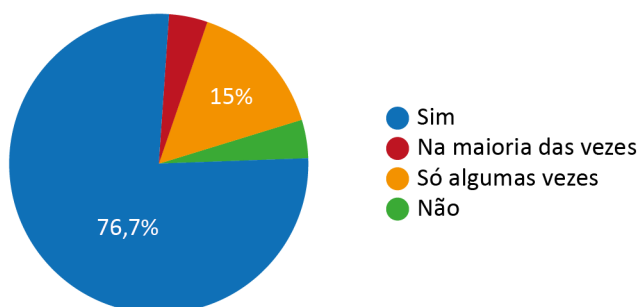
179 respostas



## Gráfico 10. Cuidados com a criança

Você prepara a alimentação da criança?

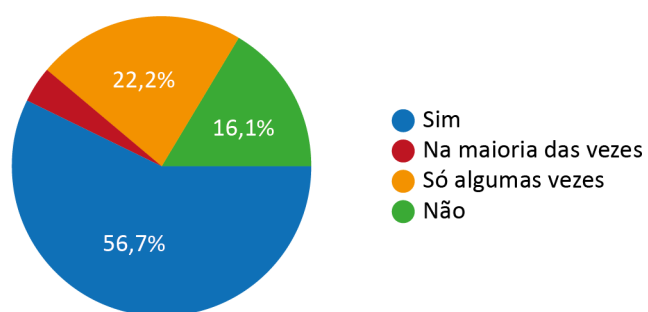
180 respostas



## Gráfico 11. Cuidados com a criança

Você lava ou passa a roupa da criança?

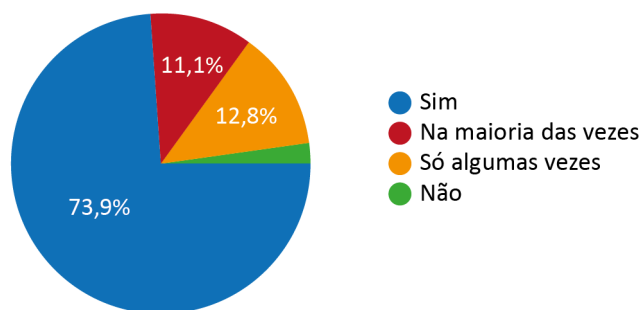
180 respostas



## Gráfico 12. Cuidados com a criança

**Você leva sua criança ao pediatra?**

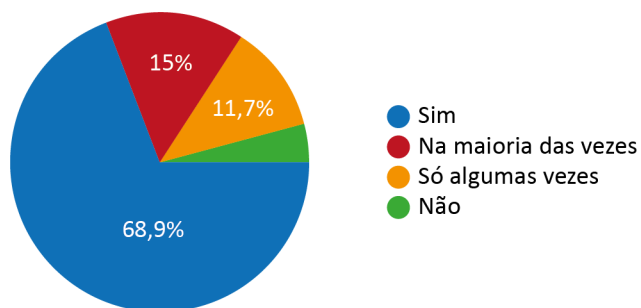
180 respostas



## Gráfico 13. Cuidados com a criança

**Você se sente capaz de cuidar do cabelo da sua criança pequena?**

180 respostas

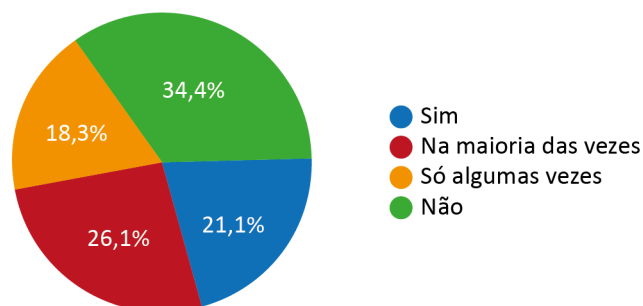


Um ponto que merece devida atenção é que quando a pergunta se referiu à discriminação racial, por serem pais negros, as respostas ficam mais equilibradas. Eles sentem, parcialmente, suas paternidades descaracterizadas por serem homens negros.

## Gráfico 14. Discriminação racial

**Você, enquanto pai negro, já se sentiu discriminado por outras pessoas no que se refere ao cuidado em relação à criança pequena?**

180 respostas



É interessante perceber que este grupo de homens relata se sentir capaz de exercer as tarefas de cuidado. Neste sentido, salientamos que quando os homens se sentem seguros para o cuidado e conseguem exercê-lo é um forte indicador para a divisão das tarefas em relação à criança pequena, apontando na direção de um caminho possível para o alcance da equidade.

É necessário compreender também que estes pais relataram a importância de abordar o tema do racismo no processo educacional de seus filhos e suas filhas, assim como entendem que a educação desempenhada por pais negros e brancos são distintas. Estes pais também ponderaram que precisam de mais repertórios, para educar seus filhos e suas filhas por causa do racismo, e mais de 90% respondeu que educar falando sobre racismo e empoderamento de crianças negras são pontos difíceis. Abordar o tema do empoderamento de crianças negras, através da contação de história, tem se mostrado uma eficaz ferramenta. O número de publicações infantis com recorte étnico-racial está crescente no Brasil e tem se demonstrado como eficaz no processo de fortalecimento da autoestima de crianças negras e de reconhecimento de suas histórias.

De forma que estes materiais se tornam aliados de adultos cuidadores na educação de meninos negros e meninas negras. Outro importante recurso são os desenhos animados que, se utilizados na perspectiva da valorização da história negra e autoreconhecimento, torna-se um instrumento potente de apoio educacional. Estes também têm crescido em quantidade e adesão das famílias brasileiras.

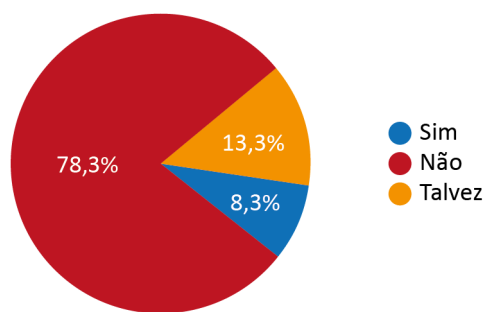
Neste sentido, percebe-se que estes homens se sentem preparados para o cuidado, porém quando o tema do racismo aparece, eles retratam o quão desafiador é ser um pai negro na sociedade brasileira. Os dados podem ser observados nos gráficos a seguir.

Livros infantis que promovam contações de histórias dos pais para seus filhos e filhas e que abordem estas relações são de grande importância.

## Gráfico 15. Cuidados com a educação

**Você entende que pais pretos e brancos educam da mesma forma?**

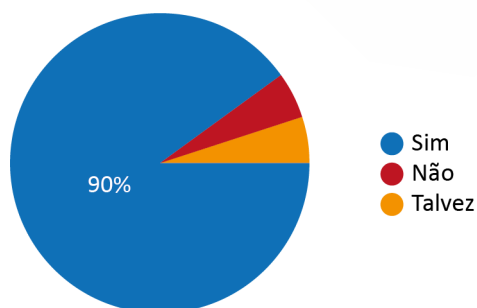
180 respostas



## Gráfico 16. Cuidados com a educação

**Ser pai de uma criança negra te obriga ter mais repertório no processo de educação?**

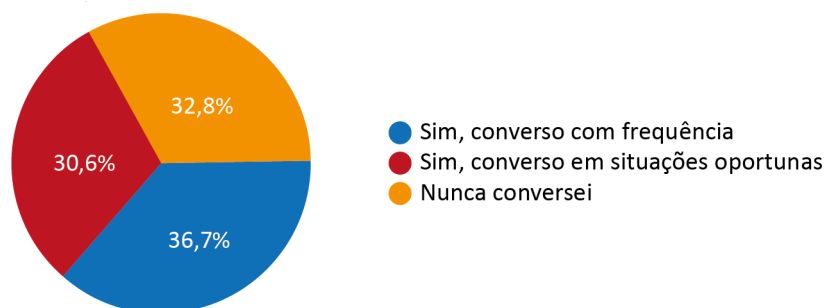
180 respostas



## Gráfico 17. Cuidados com a educação

**As características físicas (cabelo, cor de pele) da sua criança já te fizeram conversar com ela sobre a diferença racial que existe na sociedade (de acordo com o nível de compreensão dela)??**

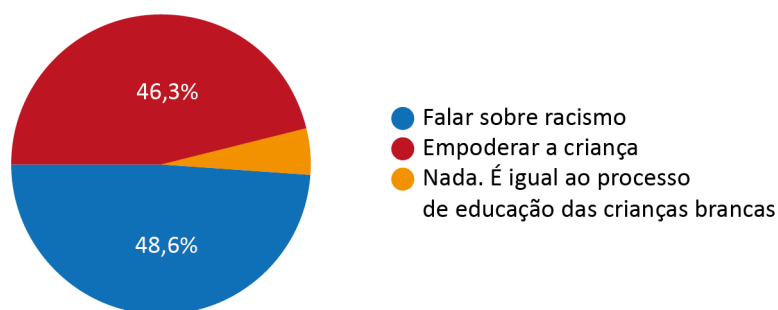
180 respostas



## Gráfico 18. Cuidados com a educação

O que é mais difícil para você no processo de educação de uma criança preta pequena?

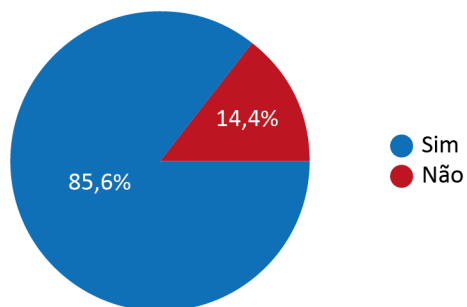
177 respostas



## Gráfico 19. Cuidados com a educação

Você apresenta literatura infantil e desenhos com referências negras para sua filha ou seu filho?

180 respostas



## Recomendações:

Depois de todo debate realizado até aqui, consideramos necessário fazer algumas recomendações baseadas nas temáticas abordadas neste texto e que apresentam extrema relevância para a paternagem negra no Brasil.

- 1.** Como abordado ao longo do texto, é sempre necessário estabelecer uma leitura interseccional ao abordar o tema das paternidades no Brasil. Sobretudo, entendendo que as paternidades negras têm as suas especificidades;
- 2.** Elaborar e executar políticas públicas baseadas em análises interseccionais. De forma especial, que promovam reparações históricas, por meio de políticas de cotas raciais;
- 3.** Ações que promovam paternidade e cuidado com abordagem étnico-racial;
- 4.** Garantia de formação contínua aos profissionais da Saúde, para que reconheçam a importância das discussões que abarquem as questões de gênero, raça, e classe na gestação e no puerpério das mulheres negras, garantindo a elas atendimento e parto humanizados;
- 5.** Ampliação de materiais literários para crianças negras que contribuam para o fortalecimento de vínculos da relação de pais negros em relação aos seus filhos e as suas filhas, ao mesmo tempo em que lhes ajudem a abordar temas importantes no processo de educação;
- 6.** Oficinas e atividades sobre paternidade e cuidado com base em análises de raça e etnia.



## Referência Bibliográfica

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2011.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão**. São Paulo: Editora Globo, 2019.
- HOOKS, Bell. **Vivendo de amor**. Tradução: Maísa Mendonça. Geledés, 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 18 de mar. de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: IPEA, 2020.
- JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos negros: Toussaint L' Overture e a revolução de São Domingos**. Tradução: Afonso Teixeira Filho. 1.ed.- rev. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LANSKY, Sônia. et al. **Pesquisa Nascer no Brasil: perfil da mortalidade neonatal e avaliação da assistência à gestante e ao recém-nascido**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, 2014.
- RODRIGUES, Nina. **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Biblioteca Nacional, 2006. (orgs: Yvonne Maggie e Peter Fry).
- SANTANA, A. R. **Na barriga do peixe grande: o excepcional “testemunho” de um tubarão no combate ao tráfico de africanos escravizados, na primeira metade do século XIX**. Geledés, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/na-barriga-do-peixe-grande/>. Acesso em: 18 de mar. de 2021.
- TELLES, Lorena. **Escravas, laboriosas parturientes: entre comadres, parteiras e médicos na cidade escravista (Rio de Janeiro, século XIX)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017, Brasília. Anais eletrônicos. Brasília: 2017. p. 1- 8. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502305230\\_ARQUIVO\\_anpuh2017.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502305230_ARQUIVO_anpuh2017.pdf). Acesso em: 18 de mar. de 2021.
- THEOPHILO, R.; RATTNER, D.; PEREIRA, É. **Vulnerabilidade de mulheres negras na atenção ao pré-natal e ao parto no SUS: análise da pesquisa da Ouvidoria Ativa**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro: Vol.23 N.11, p. 1-12, nov. 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-81232018001103505&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232018001103505&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 de mar. de 2016.



# Paternidades negras e educação

Humberto Baltar  
Luciano Ramos

## 1.1. A educação escolar

“Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação”<sup>72</sup>. Assim, compreendemos que os espaços de reflexão, produção e elaboração de conhecimento, historicamente, faz parte da prática cotidiana da vida, das lutas e dos anseios do povo negro. É importante salientar que a contribuição do povo africano e dos seus descendentes, para as diversas áreas das ciências e do conhecimento, foi fundamental e está para além do período do tráfico e da escravização colonial ou da relação geográfica África-América. Publicações como Gênios da Humanidade de Alexandra Baldeh Loras e Carlos Eduardo Dias Machado, nos ajudam a perceber o quanto os negros contribuíram para o desenvolvimento da humanidade em todas as esferas.

---

72 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Brasiliense, 2017. p. 3.

Como aponta Catherine Cymone Fourshey, nas sociedades antigas africanas, os membros de cada comunidade eram educados, principalmente, através da oralidade, que por sua vez servia como um “meio de transmitir as tradições culturais e sociais”<sup>73</sup>, diferentemente do que se espera nas sociedades ocidentais, onde acredita-se que a escola seja, exclusivamente, o lugar onde os indivíduos sejam formalmente educados. Contudo, com o processo de escravização de africanos e africanas, no Brasil, até o século XIX o acesso à educação foi juridicamente negado aos negros. A criação de leis negando o direito à educação aos negros aponta não só a demanda existente de acesso da população escravizada e posteriormente liberta a esse direito básico, como também a existência de um projeto político de exclusão baseado em critérios raciais.

De acordo com Ione Celeste de Jesus Sousa, somente com a criação da Lei do Ventre Livre em 1871 e os seus impactos é que houve as primeiras tentativas de escolarização “destinada às ‘pessoas de cor’, ingênuos, libertos, livres e demais trabalhadores”<sup>74</sup>. Assim, algumas experiências de alfabetização de homens e mulheres escravizados no Brasil, muitas vezes, ficaram sob a responsabilidade dos próprios africanos e dos seus descendentes, onde reunidos nos fundos de quintais organizavam-se em rodas de contação de histórias e educação circular; rodas de capoeira; de jongo; samba, rodas de educação popular, onde os ensinamentos dos mais velhos para os mais novos eram transmitidos através da oralidade e das performances por meio das danças, que expressavam práticas de educação comunitária e funcionavam como “ferramentas” de ensino das tradições e conhecimentos ancestrais africanos.

---

73 FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES, Rhonda M; SAIDI, Christine. *África Bantu: De 3500 a. C até o presente*. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. (Coleção África e os Africanos). p. 177.

74 SOUSA, Ione Celeste. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Salvador: UFBA, 2006. p. 9.

## Pensando a partir da Educação Formal


Como mencionamos acima, a inserção do negro no ensino público é um fenômeno relativamente recente, datado no final do século XIX. Somente meninos que fossem livres ou libertos, vacinados e com idade superior a 14 anos podiam ter acesso ao ensino formal, tendo sido o Movimento Abolicionista decisivo neste processo. No século XX, a inclusão do negro no ensino superior, bem como a obrigatoriedade do Ensino de História das culturas afro-brasileiras e indígenas, nas escolas da Rede Básica brasileiras, assegurados respectivamente pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, foram resultados de intensas lutas e reivindicações do Movimento Negro Unificado e de outros setores da sociedade civil. Embora tais medidas de reparação histórica representem avanços no que diz respeito à redução das desigualdades sociais no Brasil, elas também evidenciam o quanto o sistema educacional do país, durante muito tempo, permaneceu racista e excludente.

Mesmo diante desses avanços, atualmente ainda existem uma série de elementos socio-históricos que dificultam ou inviabilizam a permanência dos estudantes negros nas instituições de ensino, seja na rede básica ou superior. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD, relacionado a 2018, ser negro no Brasil aumenta a chance de exclusão escolar ao longo da Educação Básica. A pesquisa, retratada na matéria do Instituto da Mulher Negra – Geledés, realizada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, apontou que 04 em cada 10 jovens negros não terminaram o Ensino Médio. Dentre esses elementos, o trabalho infantil é uma das principais causas da evasão de crianças e adolescentes negros do ensino regular no Brasil. Ainda de acordo com o IBGE, em 2019, 66,1% das crianças e adolescentes brasileiros em situação de trabalho infantil eram pretas ou pardas.

As vulnerabilidades financeiras, também aparecem como um dos elementos que acometem as populações negras e impactam diretamente na permanência ou ingresso de crianças e adolescentes na educação formal. Para amenização deste problema existe o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, um dos programas de combate à ação laboral de crianças e adolescentes de grande referência no país. O Brasil e os países signatários, do pacto mundial de erradicação do trabalho infantil, tinham como meta a extinção plena desta prática no ano de 2021. Todavia, a pandemia da Covid- 19 intensificou a prática do trabalho infantil da população brasileira.

Outro fator que contribui para a evasão escolar é o não reconhecimento da escola como um espaço pertencente às crianças e adolescentes negros e de outros grupos subalternizados como, por exemplo, os indígenas, lgbtqi+ e adeptos das religiões afro-brasileiras. Meninos e meninas negras, com muita frequência, não se veem representados em lugares de poder nos livros didáticos ou paradidáticos, nos desenhos e filmes exibidos em sala de aula e muito menos são contemplados nos discursos ou nos currículos elaborados pelos educadores. Quando as subjetividades das pessoas negras são mencionadas em sala de aula, geralmente, reforçam-se estereótipos racistas, na maioria das vezes associando a origem do povo negro à escravização ou até mesmo apresentam narrativas embranquecidas que retratam, por exemplo, um Egito branco e até personagens históricos negros relevantes como Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis, dentre outros.

Não há menção aprofundada aos povos africanos antes da colonização ou à produção de conhecimento nas áreas da medicina, engenharia, agricultura, astronomia, matemática e, principalmente, das relações familiares, que é muito anterior à colonização no continente, o que acaba minando qualquer possibilidade de orgulho e identificação dessas crianças e adolescentes. Ao contrário, promovem vergonha, medo e ojeriza a traços negroides e qualquer identificação com o continente africano, comumente associado a doenças, miséria e do ponto de vista religioso até mesmo com demônios, no caso das comunidades escolares mais conservadoras e reacionárias.



Essa contextualização se faz necessária porque a escola, como afirma Juarez Dayrell, “deve ser entendida enquanto um espaço sociocultural, portanto como um espaço social próprio, ordenado em dupla dimensão. Institucionalmente, por um conjunto de normas e regras, que buscam unificar e delimitar a ação dos seus sujeitos”<sup>75</sup>. Neste sentido, o espaço escolar é também um lugar onde conflitos e alianças são estabelecidas, bem como a produção das violências simbólicas entre os demais sujeitos que a constituem. Logo, ao considerarmos os conflitos envolvendo especialmente as crianças, adolescentes e os jovens negros e também aqueles circunscritos no entorno da escola, a exemplo dos pais e mães é observável o menosprezo das suas histórias, ancestralidade e, sobretudo da realidade que estão inseridos, muitas vezes eles não são aproximados do ambiente escolar pelo Estado, principal responsável pela elaboração de ações e estratégias pedagógicas com essa finalidade.

Ao longo do ano letivo, as atividades escolares que envolvem a família, raramente fazem qualquer menção a elementos socioculturais advindos das culturas africanas, seja na culinária, nos dialetos, na língua, na música, nas manifestações religiosas ou na arquitetura de cidades construídas pelo trabalho de escravizados. Somente no dia 20 de Novembro, quando é comemorado o Dia da Consciência Negra, as diversas contribuições das populações negras ganham destaque nas escolas e em alguma medida na mídia. Portanto, deixar de retratar e até incluir a cultura afro-brasileira no espaço escolar fora das datas comemorativas, além de não reconhecer a contribuição dessa população, é também criar uma narrativa falsa no processo educacional.

---

75 DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sociocultural. p.2.

## Os efeitos do racismo institucional nas crianças em fase escolar


Pensando no objeto do presente relatório que são as paternidades negras, nos debruçamos sobre os impactos da sub-representatividade da família negra no currículo escolar, especialmente do pai negro. Foi completamente naturalizado nos livros didáticos e paradidáticos a representação das famílias predominantemente brancas, enquanto há uma invisibilização das famílias negras nas suas mais diversas composições nestes materiais, não apresentando às crianças possibilidade da existência diversa de núcleos familiares. Neste sentido, observando o Anuário da Associação de Escritores e Ilustradores de Literatura Infantil e Juvenil, no que diz respeito à publicação de histórias infantis com protagonismo masculino negro em 2020, identificamos pouquíssimos títulos disponíveis no mercado editorial brasileiro. Ao buscarmos histórias infantis com autoria de escritoras e escritores negros, a quantidade de materiais encontrados nas escolas e livrarias brasileiras, que visam promover a autoimagem de crianças negras cai ainda mais. Desse modo, é muito importante que as histórias, contos e toda narrativa com protagonismo negro seja escrita por pessoas negras, que vivem a realidade retratada nas obras e, por isso, compreendem melhor do que ninguém como é atravessar os desafios impostos pela questão racial.

Compreendemos que a ausência do menino negro e do pai negro nas histórias infantis trabalhadas no contexto escolar, por exemplo, é alarmante, considerando que o Brasil representa a maior população negra fora do continente africano. O despreparo de gestores, educadores e das equipes técnicas para acolher famílias negras na escola é um problema estrutural que começa na Jornadas Pedagógicas e se estendem aos cursos universitários. Como bem afirma o filósofo Renato Nogueira, é preciso se ver para pertencer. Na medida em que sujeitos pretos não se enxergam na prática escolar, essa dinâmica se torna alienante e até colonial, pois afasta esse público das próprias referências socioculturais, oferecendo apenas uma narrativa e proposta de conhecimento que se propõe universal (Nogueira, 2011).



Além da questão racial apresentar baixa representatividade temática como mencionamos anteriormente, há também o apagamento e invisibilização de homens negros, que tiveram atuação relevante na formação da sociedade brasileira ou na emancipação do povo negro. Personagens históricos como Luís Gama e os irmãos Rebouças, muitas vezes, são ignorados pelo currículo de muitas escolas públicas ou, no máximo, são brevemente citados em uma nota de rodapé ou comentário isolado em aula. O potencial que tais personalidades têm de elevar a autoestima e autoimagem dos meninos negros é enorme, dessa forma os alunos são motivados a romper com o pensamento dominante de que os povos africanos e os povos indígenas no Brasil só ganharam relevância a partir do contato com os portugueses, desse modo buscando suas referências de ativismo e luta social no próprio país.

Nas escolas ainda não se percebe durante as histórias da sala de leitura nos anos iniciais, dos desenhos na hora do vídeo ou das atividades no livro didático, como a ausência de tais representações podem trazer sérios impactos na autoestima de meninas e de meninos negros, que são levados pela própria invisibilidade a pensar que o ambiente escolar não foi feito para eles, ou pensado levando em conta a existência deles, e um dos efeitos extremamente danoso desta percepção é que ela leva a crer que é o contato com a branquitude que enobrece, civiliza e confere status de dignidade a qualquer povo. Esse pensamento tende a relativizar com muita frequência os casos de racismo na escola, que normalmente são lidos como “brincadeira de criança” ou “bullying” e não há, em grande parte dos casos, mobilização e engajamento da comunidade escolar no cumprimento de agendas que se estendam desde as reuniões com os pais até a elaboração de medidas para a responsabilização dos agressores, prevista no projeto político-pedagógico da instituição, bem como a realização de palestras, oficinas de produção e distribuição de materiais didáticos antirracistas.



Por outro lado, é interessante quando olhamos através da perspectiva de gênero e percebemos que existe uma quantidade muito maior de títulos infantis protagonizados por meninas negras, geralmente focando a valorização da estética o que, por sua vez, é importante, mas não suficiente. Este debate com foco no empoderamento de meninas negras, através da valorização e aceitação das características fenotípicas, deve ser antes de tudo acompanhado de um movimento político de conscientização, e este exemplo pode ser uma pista sobre os caminhos a serem trilhados no sentido de construirmos ferramentas de empoderamento voltadas para meninos negros, portanto, de acordo com a filósofa Katiúscia Ribeiro, a escola só contribuirá para a emancipação destes sujeitos quando reconhecer a humanidade deles (Ribeiro, 2017).

Quando nos referimos à educação de crianças na primeira infância, dificilmente encontramos profissionais que tenham metodologias e didáticas para promover o empoderamento racial de meninas e meninos pequenos. No primeiro ano escolar, os alunos e alunas de 6 anos estão nitidamente buscando marcar sua personalidade e exaltar sua diferença e os seus traços. É justamente neste momento que as referências de valorização cultural, pessoal e ancestral terão uma função empoderadora de grande importância na formação identitária desses sujeitos. Entretanto, um fator que agrava esse quadro é a abrangência do racismo estrutural, que na perspectiva institucional, conforme Silvio Almeida, “é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça”<sup>76</sup>, e não está circunscrito apenas aos muros da escola, mas atravessa as relações familiares no lar e até mesmo no ambiente de culto religioso, especialmente de fé cristã, que busca converter todos os outros credos e lhes confere uma imagem profana e condenatória.

---

76 ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. p. 37-38.

Não é raro observarmos o racismo religioso na escola disfarçado de brincadeira. O mesmo acontece com os comentários acerca da cor de pele, do formato do nariz ou na textura do cabelo de crianças negras. Os educadores ainda se veem perdidos diante de tais episódios e em muitos casos tendem a ignorar ou tentar atenuar, assim evitando responsabilizar os autores de ataques racistas e suas famílias, desperdiçando, inclusive, uma ótima oportunidade pedagógica para combater o racismo dentro e fora da escola, que em muitas ocasiões é o primeiro espaço em que crianças negras experimentam situações de racismo.

## **Pensando a partir do Ensino Superior**

No que se refere ao ensino superior no Brasil é importante levar em consideração que a formação acadêmica, os títulos e o acesso à informação, por parte dos educadores, não os tornam livres do risco de reproduzir comportamentos racistas. Antes, muito pelo contrário, tal formação traz um olhar sobre a realidade que se propõe universal, deslegitimando todas as demais narrativas acerca dos diferentes saberes produzidos pela humanidade, uma vez que, majoritariamente, os currículos escolares e universitários no Brasil privilegiam o conhecimento produzido no eixo Estados Unidos e Europa, contemplando apenas a perspectiva da branquitude e delegando ao conhecimento dos povos nativos das américas e dos continentes africano e asiático uma posição de inferioridade.

Ainda não temos um modelo de educação pluriversal, que vislumbre diferentes formas de interpretação da realidade e produção de conhecimento. Essa característica da branquitude, que se destaca como única medida para toda a diversidade existente no mundo, acaba por negar existências e invisibilizar todas as manifestações pessoais, culturais e espirituais que desviem da norma social que nos é imposta, e neste sentido é necessário estar atento às mudanças. Atualmente alguns cursos de extensão, oferecidos pelas universidades públicas, colocam na ordem do dia pesquisas e estudos sobre africanidades, raça e racismo, empoderamento negro, entre outros temas de caráter étnico-racial.

Enquanto implementação das políticas de cotas raciais obrigou a universidade a enegrecer-se em alguma medida, ainda que seja mínima, permitindo o ingresso em maior proporção de jovens negros à carreira acadêmica, a maioria dos cursos de graduação ainda são embranquecidos, sobretudo aqueles considerados como cursos de elite, como medicina e direito, por exemplo, estes cursos continuam marcados pela ausência de pessoas negras, além disso, os relatos de jovens e adultos negros na academia evidenciam desde a não valorização das suas histórias de vidas ao não pertencimento do espaço universitário.

Por mais que pessoas negras estejam adentrando o espaço acadêmico através da política de cota racial, ainda há muitos avanços que precisam ser feitos. No que diz respeito ao corpo docente, por exemplo, observamos que o mesmo permanece majoritariamente branco e com posturas, em geral, racistas. De acordo com uma matéria publicada no ano passado pelo portal Mundo Negro, em um levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em 2018, constatou que somente 14,4% dos professores de nível superior nas universidades públicas são negros, o que se configura como mais um desafio a ser urgentemente superado.

## 1.2. A Educação Familiar

### Pensando as masculinidades para chegar às paternidades

No interior das masculinidades há um duelo constante entre as chamadas “masculinidades hegemônicas” e as “masculinidades subalternas”. A primeira composta por homens brancos, ricos ou de classe média, heterossexuais e práticas heteronormativas; já a segunda composta por quem não se organiza a partir das características do anterior. Nesse sentido, os homens negros ocupam as subalternidades. Isso até seria de fácil entendimento, se a produção do machismo, com todas as suas características fossem somente elaboradas pelas masculinidades hegemônicas e reproduzidas por quem ocupa as subalternidades. Todavia, não é. Em desigual e inferior medida, os homens negros também produzem violências de gênero e opressões nesse lugar das masculinidades. E essa produção flerta com a ocupação do lugar das masculinidades hegemônicas, o que não acontecerá, pois como aponta Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas*, a cor do homem negro o antecede. E esse será um fator preponderante para que ele não ocupe a hegemonia das masculinidades.

O machismo é um privilégio. Essa é uma afirmação irrefutável. A compreensão de ambientes precários e nocivos que o machismo cria para o próprio homem, sobretudo o homem negro leva tempo e demanda sensibilidade e mobilização especial para o tema. Na ótica machista, existe uma série de aptidões que confere a uma pessoa o atributo de “homem”. Entre outras coisas, ser homem exige a omissão das emoções, fragilidades, medos, receios e anseios. Nessa perspectiva, o homem é aquele que resolve coisas, portanto, o homem também não é estimulado a exercer o cuidado. Se fizermos uma comparação entre um menino e uma menina, por exemplo, ainda quando pequenos ambos têm uma educação completamente distinta e baseada em normas rígidas de gênero: o menino é estimulado a tornar-se um “garanhão”, não chorar, conectar-se com tudo que é externo a casa, realizar práticas sexuais precocemente; já a menina é educada para o cuidado dos irmãos ou outras crianças, ser obediente, obrigatoriamente precisa demonstrar sensibilidade, ser frágil, ter seu corpo controlado, entre outros atributos e características. Nesse sentido, a maternidade é compulsória para as mulheres, e quando fazemos o recorte para as mulheres negras, essa compulsoriedade está mais escancarada e é cobrada com maior veemência.

O machismo privilegia os homens desde a infância, tornando opcional o cuidado e as atividades no cotidiano doméstico. As principais barreiras para o exercício das paternidades de homens negros são o racismo estrutural e o machismo que, por sinal, os tornam a maioria entre as vítimas da violência policial, os que mais ocupam empregos informais e os que mais são encarcerados com maior recorrência. Como resultado, um dos impactos é o fato de 5 milhões de pessoas não terem o nome do pai na certidão de nascimento no Brasil. A maioria desses pais são homens negros. Assim, eles são privados de acompanhar a gestação e o desenvolvimento de crianças na primeira infância. É comum ouvir relatos de mulheres negras que tiveram seus partos na companhia de suas mães, parentes, amigas ou até mesmo sozinhas, o que pode potencializar as situações de violência obstétrica.

É sabido que ao nascer o bebê não tem a visão desenvolvida e se relaciona com o pai, principalmente, através do contato físico e do calor do corpo, do tom de voz e do cheiro. Todas essas formas de contato exigem aproximação e intimidade. Por isso o machismo é tão danoso, já que ele incide na não criação de mecanismos de fortalecimento de vínculo dos pais em relação aos filhos. Dessa forma é preciso normalizar e naturalizar que a educação antiopressora de meninos desde a infância, passando pela adolescência, juventude e fase adulta é importante para a elaboração de novas perspectivas de paternidades participativas. Esse cenário, muitas vezes, forja pais presentes que não querem para seus filhos o abandono que eles viveram. A criação entre mulheres também atenua a necessidade de esconder emoções, imposta socialmente ao homem, e lhes permite vivenciar masculinidades saudáveis, uma vez que a imposição social masculina de esconder emoções, medos e fragilidades se faz menos presente.

É fundamental mais uma vez ressaltarmos e compreendermos que a ausência do homem é provocada por fatores sociais como a violência, a criminalidade e a própria ideia de que a tarefa de cuidar cabe à mulher. Segundo a perspectiva africana do povo Dagara, por exemplo, cabe aos homens o acolhimento uns dos outros. A ideia ocidental de que cada pessoa é responsável apenas pela própria vida não condiz com os valores da ancestralidade nesta e em diversos outros povos africanos, a exemplo dos Bantu e, portanto, não se aplica à realidade das famílias negras. Irmãos, sogros, genros e até mesmo filhos, sobrinhos ou enteados têm, nessa ótica, parte da responsabilidade de cuidar, acolher e oferecer ajuda ao membro familiar que ainda acredita em padrões nocivos de masculinidade baseados em valores, princípios e hábitos da branquitude. Desse modo, acreditamos que essa é uma das concepções ancestrais de família, capaz de emancipar o pai negro das amarras invisíveis próprias do machismo.

Além do Mulherismo Africano e da afrocentricidade há portas abertas para a emancipação comportamental de homens negros pela troca com as mulheres negras. A popularização dos feminismos surge como um fator importante na desconstrução de papéis de gênero e promoção de masculinidades positivas, que não estigmatizam atividades como cozinhar, lavar louça, cuidar ou varrer a casa. Da mesma forma, muitas mulheres educam os homens da família para que não reproduzam comportamentos abusivos e machistas em seu relacionamento afetivo.

É igualmente necessário reforçarmos a importância do trabalho de base. Muitas rodas de conversa e grupos de discussão têm abordado formas e estratégias para a desconstrução de papéis rígidos de gênero na dinâmica das tarefas domésticas, por exemplo. Muitos pais negros fazem questão de promover os bons exemplos que dão em suas famílias para ajudar outras no mesmo sentido, explicando como fazer os filhos gostarem de lavar louça, varrer a casa ou lavar roupas, mostrando que meninos podem e devem desempenhar essas atividades e que elas não são atividades femininas. São famílias negras educando outras famílias negras.




## 1.3 A Educação Racial

Conquistas como a aprovação da lei de cotas raciais e da lei 10.639/03 levaram a mudanças sociais importantes como, por exemplo, o aumento considerável de pessoas que se declaram pretas ao IBGE, e também mudanças nos comportamentos com a crescente adoção da estética africana por meio de diferentes estampas étnicas de tecidos oriundos do continente, cortes de cabelo e penteados que valorizam o crespo e, acima de tudo, a grande busca por valores ancestrais, espirituais, familiares e sociais africanos. Nas universidades, redes sociais e até nos espaços públicos passaram a acontecer eventos que visam promover e divulgar o pensamento pan-africanista, o feminismo negro e a afrocentricidade em geral. A ancestralidade africana não confere papéis fixos baseados em gênero e enxerga o paternar como uma característica ontológica, cobrando inclusive uma postura proativa dos homens no acolhimento das mulheres e crianças abandonadas pelo pai, independente de vínculo sanguíneo ou familiar.

As diversas manifestações do movimento negro têm conquistado espaço e aceitação junto à população negra que acessa as redes sociais, principalmente no contexto pandêmico e nas rodas de conversa, grupos de apoio e movimentos ativistas. Outro exemplo de proposta propagada pelos movimentos negros que se contrapõe à narrativa individualista sustentada pela branquitude é o Mulherismo Africano citado acima, que entre outros princípios, defende que homens e mulheres negros(as) devem lutar juntos pela emancipação do povo negro. Essa orientação política e filosófica chama o homem negro à responsabilidade de evoluir junto com as mulheres negras. Além disso, na concepção africana, enganar, trair ou manipular uma mulher negra é agredir a si mesmo, visto que somos um só povo. Esse paradigma interfere diretamente na ideia do papel do pai.

Ser pai deixa de ser apenas gerar uma criança e passa a ser paternar e acolher pessoas, enxergando-as como os próprios filhos. Ao abraçar a perspectiva afrocentrada de paternidade, o pai negro é transportado de um lugar de indigência moral, social e existencial para uma posição referencial de afeto, acolhimento e protagonismo em que finalmente, junto com todas as pessoas que estão cultivando os mesmos valores da ancestralidade africana, é possível coexistir promovendo o autoafeto, a unidade enquanto povo africano em diáspora e a reconexão com princípios e valores ancestrais africanos.





É importante salientar que mesmo entre pais negros que não compartilham a perspectiva afrocentrada ou pan-africanista e, por isso, não se veem como africanos em diáspora, mas como afro-brasileiros, há tantos males e mazelas que oprimem as subjetividades negras no Brasil, que não é difícil perceber que temos um inimigo comum a combater. A população negra ainda é maioria nas instituições psiquiátricas, nas ruas e nos presídios. É o povo que mais se suicida, que apresenta maior índice de evasão escolar, subemprego e desemprego. A ONU relata que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil.

Diante de todas essas informações, como não nos unirmos em prol da nossa emancipação enquanto homens negros? Essa reflexão leva homens negros dentre suas mais diversas realidades, vertentes político-ideológicas e classes sociais, aos diferentes grupos de estudo, rodas de conversa e redes de apoio, para buscar entender formas de transitar nessa realidade caótica imposta pelo racismo estrutural.

A educação racial traz também questões práticas que, querendo ou não, todo pai negro terá de enfrentar em algum momento, como por exemplo: “Como eu desembaraço o cabelo dos meus filhos?”, “Devo falar de racismo com eles ou espero acontecer algo?”, “Como empoderar racialmente meus filhos?”, “Onde encontro animações, bonecas e histórias negras?” Dessa forma, percebemos que há muitas questões unindo os pais negros e pedindo sua cooperação para que juntos se tornem mais aptos e conscientes ao lidar com todos os desafios impostos pela branquitude, como o machismo e o racismo.

## 1.4 O Lugar do Pai Negro na Educação

Diante de todos os empecilhos impostos, pelo racismo estrutural, à paternidade negra saudável e participativa que foram elencados acima, conclui-se que é preciso um trabalho em diversas frentes para que esse paternar seja possível, livre, leve e solto, sem o impedimento das microviolências cotidianas. E o mais importante, segundo a ancestralidade africana, basal no processo de descolonização, essa tarefa não é individual, mas trata-se de uma empreitada conjunta formada por familiares, amigos, redes de apoio, auxiliados pelas ferramentas como a literatura negra emancipatória, rodas de conversa outrora mencionadas e todo recurso disponível para acolher esses pais. Por diversas razões, na escola, as iniciativas voltadas especificamente para o acolhimento paterno são cada vez mais escassas.

Devido à enorme quantidade de estudantes que não contam com a figura paterna em sua composição familiar, há evidências de diversas instituições que retiraram do seu calendário atividades como a comemoração do dia dos pais, o futebol do papai ou qualquer outra gincana e atividade com ênfase na paternidade. Mesmo quando havia tais atividades previstas no calendário, a relação entre o pai e a escola geralmente não era aprofundada. A escola parece não saber o que fazer com o pai. Especialmente com o pai interessado no trabalho pedagógico desenvolvido. As instituições de ensino parecem ter comprado a ideia estereotipada do pai atrapalhado, perdido e desajeitado. Acontece algo parecido na abordagem com as mães no espaço escolar, que ainda têm a sua imagem muito romantizada e relacionada a uma espécie de dom. Os cuidadores não são tratados como pessoas, mas como símbolos.

Essa abordagem, muitas vezes, empobrece as possibilidades de trabalho conjunto entre a comunidade escolar, família e alunos. Não há atividades sobre aspectos que envolvem as emoções do pai ou sobre os desafios, dificuldades e dilemas do paternar. As reuniões escolares se resumem a discutir notas e outras dinâmicas objetivas como datas e avaliações, regras de uniformes, etc. O pai entra e sai com a percepção de que não foi enxergado em sua dimensão humana, principalmente o pai negro, que já tem sua humanidade aniquilada pelo racismo. Parece que a ausência generalizada da figura paterna, em muitas histórias infantis e na vida de muitas crianças, leva a comunidade escolar a pressupor essa ausência mesmo quando o pai está presente, de forma que ele precisa colocar o pé na porta e forçar a entrada quando deseja, de fato, se envolver na vida escolar dos filhos.

## Educação e Pandemia

Sem dúvidas, a pandemia da Covid-19, apresentou novas dinâmicas na relação das famílias com a escola. Compulsoriamente a pandemia fez com que muitos adultos perdessem seus trabalhos formais ou informais. Nesse sentido, muitos responsáveis tiveram que descobrir outras dinâmicas para gerar renda. Em alguns casos que, por sinal, não podemos ler como regra, mas sim como exceção, a presença dos pais em casa se tornou mais efetiva, passando, em algumas situações, a se relacionar mais com a unidade escolar em que os filhos participam.

Esse cenário tem levado muitos pais a reverem conceitos como a ideia de que o cuidado é essencialmente feminino e de que não levam jeito para desempenhar atividades domésticas como cozinhar, dar banho ou colocar o bebê para dormir, por exemplo. Porém, diversos relatos de pais que estão tendo muitas dificuldades para estudar com os filhos, nas atividades *online*, foram recebidos por parte de alguns profissionais da Educação. Ao mesmo tempo, sabemos que este é apenas um breve recorte entre os pais negros que participaram do questionário que fundamenta o presente relatório. Muitos pais sequer possuem um smartphone com plano de internet para fazer as atividades com os filhos, o que revela o aumento da desigualdade social, que vem impossibilitando o próprio acesso de muitos alunos às plataformas de ensino.

Essa situação, por sua vez, configura mais um fator de estresse, desânimo e preocupação para esses pais, que vêm se sentindo cada vez mais angustiados e ansiosos. Embora no ensino público muitas plataformas não exijam consumo de dados de internet, algumas casas contam apenas com um aparelho, que é usado para trabalho ou é levado para o emprego de quem trabalha fora, evidenciamos que fatores econômicos são decisivos no processo de formação das famílias negras subalternizadas. Dessa forma, agora muitas famílias negras também buscam apoio psicológico para lidar com essa sensação de incapacidade e impotência para garantir a educação básica para os filhos.

Há também as casas onde todos os cuidadores precisam trabalhar presencialmente se expondo à contaminação em transportes lotados e não têm opção, entretanto, esse grupo não foi expressivo entre os participantes que responderam ao questionário do relatório, talvez pela própria metodologia de coleta utilizada, que foram perguntas no *Google Forms*. De certa forma, a plataforma já pressupõe certo grau de acesso, de escolaridade e alcance, dado que é necessário ter acesso à *internet*, saber ler e possuir algum dispositivo eletrônico.

Com a expansão das igrejas evangélicas, especialmente, nas áreas de maior vulnerabilidade social, onde a população é majoritariamente negra, é necessário se debruçar sobre as implicações da educação cristã na paternidade negra, pensando que isso também é resultado da ausência do Estado no sentido de criar e prover políticas públicas voltadas para as paternidades, especialmente as negras. Enquanto a ancestralidade africana confere à gestão do lar um caráter de equidade e promove a igualdade de gênero, na Igreja tradicional a ideia prevalente é de que o homem é o sacerdote e o líder da casa, bem como o provedor. Esse modelo de gestão vertical das atividades do lar, muitas vezes, posiciona o pai negro em um não lugar, especialmente no cenário de pandemia em que nos encontramos, visto que muitos pais negros estão entre os 14 milhões de desempregados no país.

É comum que o homem, especialmente o negro, que já é tão estigmatizado na nossa sociedade brasileira, se valha dessa posição de provedor como tentativa de neutralizar os efeitos do racismo que o invisibiliza. Entretanto, como afirmado anteriormente, o lugar de provedor e líder do lar idealizado pelo patriarcado não é pensado para o homem negro, que mesmo quando possui uma alta remuneração ou até mesmo uma posição de prestígio social, continua vulnerável a ataques racistas e ao apagamento de sua subjetividade.

Outro ponto que merece atenção é a posição do continente africano e seu legado ancestral na doutrina cristã. A própria palavra “Egito”, no jargão neopentecostal, é sinônimo de “dificuldade” e “posição desfavorável”, enquanto o continente africano é lido na doutrina como um lugar relegado à miséria, doenças, maldição e demônios. Não é raro pregadores usarem as expressões: “Vocês vão sair do Egito”, “O Egito não é lugar do povo de Deus”, “Egito é cativo”, etc. O desafio latente é como empoderar os filhos e sustentar uma autoimagem positiva enquanto pai negro se alimentando periodicamente de discursos que desqualificam a própria história, ancestralidade e berço civilizatório. Mesmo quem não se enxerga como africano em diáspora, vacila ao tentar conciliar a imagem de líder, provedor e “cabeça da casa” aos constantes ataques da polícia e episódios de racismo sofrido em toda parte. Diante dessa realidade causada pelo racismo à brasileira, muitos pais negros se encontram em um não lugar ou com uma sensação de deslocamento enquanto membros de igrejas mais conservadoras.

Considerando o papel do Estado em promover a educação para a cidadania, pode-se observar que o pai negro não é contemplado por esta instituição. Além das constantes perseguições policiais pela cor de sua pele, o pai negro não tem sua paternidade reconhecida pelo Estado, que sempre o encara com suspeição. Como exemplo, podemos citar o chocante assassinato ocorrido em 2019 no Rio de Janeiro de um pai negro, o músico Evaldo dos Santos Rosa, que teve o carro fuzilado por militares enquanto passeava com a família e morreu baleado. Esse mesmo fenômeno acontece com os meninos negros, visto que o antigo Código de menores<sup>77</sup> retratava crianças e adolescentes como “menores” (termo que ainda é utilizado para caracterizar crianças e adolescentes das áreas periféricas), pois dessa forma era mais fácil punir, vigiar e até mesmo abater sem provocar comoção social, afinal, não eram crianças. A escola que, por sua vez, tem um papel formador da identidade das crianças negras especialmente na primeira infância, deliberadamente lhes nega representatividade, referências e acesso à própria história.

---

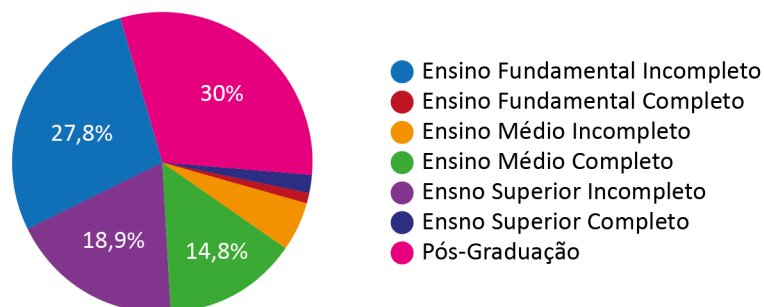
77 Lei criada em 1927 que visava à proteção e assistência aos menores de 18 anos. O código foi recriado em 1979 em nova edição com características parecidas com a lei criada em 1927. O Código de menores precedeu o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abaixo, alguns dados da pesquisa que dialogam diretamente com os dados apresentados neste capítulo.

## 1.5 Números da pesquisa:

### Sobre sua escolaridade, você possui:

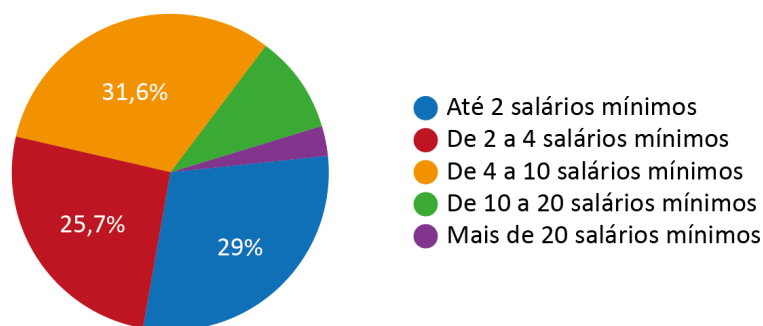
270 respostas



É importante ressaltar que a amostragem da pesquisa representa apenas um recorte e não reproduz necessariamente um retrato fiel da sociedade brasileira, dada a quantidade de homens pretos com pós-graduação, por exemplo.

### Com relação a sua renda financeira, você recebe:

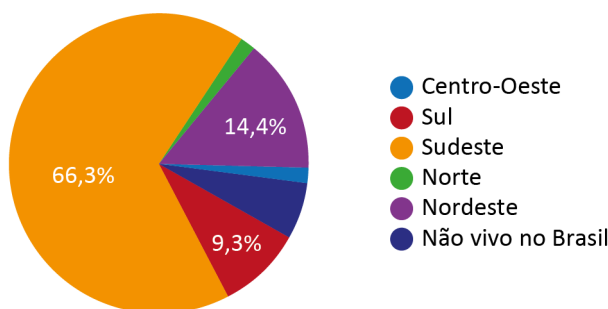
269 respostas



A quantidade de participantes, diante do tempo de coleta das respostas, também pode ter influência nos dados. Possivelmente quanto maior o tempo de coleta de dados, maior a variedade entre o perfil dos participantes.

### Em qual região do país você vive?

270 respostas



A maior parte dos participantes pertence a região sudeste, onde muitos recursos são mais acessíveis, tais como internet e telefonia, o que deve ser levado em conta dada a grande quantidade de pais atuando em *home office* durante a quarentena, por exemplo. Estes números mostram haver uma correlação entre a região e o acesso à tecnologia e recursos de comunicação como internet, grupos nas redes sociais e diferentes fontes de informação acerca do tema da parentalidade preta. Assim, como estratégias de transformação desta realidade, no ambiente escolar recomenda-se:

- A promoção de experiências como integração entre a escola e as famílias, convidando em especial os pais para atividades;
- Atividades envolvendo contação de histórias e atividades que desconstruam as normas rígidas de gênero;
- Atividades escolares que criem sistemas de empoderamento sistemáticos de crianças e adolescentes negros;
- Atividades que tenham como foco a relação entre pais e filhos negros;
- Formação continuada do corpo docente nas temáticas de “masculinidades”, “paternidades”, “equidade de gênero”, “raça” e “racismo”. Não para que esses se tornem especialistas, mas para que tenham embasamento conceitual acerca dos temas.

## Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A escola como espaço sociocultural**.
- FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES, Rhonda M; SAIDI, Christine. **África Bantu: De 3500 a. C até o presente**. Tradução de Beatriz Silveira Castro Figueiras. Rio de Janeiro: Vozes, 2019. (Coleção África e os Africanos)
- SOUSA, Ione Celeste. **Escolas ao Povo**: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. Salvador: UFBA, 2006. (Tese de doutorado)




# Colocar comida na mesa: a subalternidade material do homem/pai negro

**Tamis Porfírio**

Quando nos referimos ao papel social da paternidade, dentre muitas atribuições, o provimento material é socialmente considerado como uma das mais importantes. Quando é o homem a exercer esse papel, muitos aspectos relacionados à masculinidade hegemônica são agregados a ser um “pai de verdade” e ter um trabalho que gere a renda necessária para manter materialmente os(as) filhos(as) é um importante aspecto de valorização e reconhecimento. Mas ao nos voltarmos para os homens negros, essa situação se complexifica e passa a ser cortada pelas imensas desigualdades raciais e de classe que esses têm de enfrentar no mercado de trabalho.


“Ser negro é ser o corpo negro, que emergiu simbolicamente na história como o corpo para o outro, o branco dominante” (PINHO, 2004, p.67). Segundo Pinho (2004), o homem negro é acima de tudo um corpo. Um corpo que serve fundamentalmente ao trabalho e ao sexo. O corpo do homem negro está decomposto e fragmentado em partes, de acordo com suas marcas racializadas: a pele, as marcas corporais da raça, tal como o cabelo, o nariz, os lábios grossos, os músculos ou a força física, o sexo representado pelo pênis exotizado que exprime a sensualidade exagerada, tornando-se um fetiche para o olhar da branquitude.



Tais padrões estigmatizados e estereotipados, em uma sociedade colonial como a brasileira têm origem no processo de escravização dos homens e mulheres negros(as). Muito disso se deve a biologização e hierarquização das raças e, conseqüentemente, dos determinismos raciais. A ideia de que as diferentes raças estariam posicionadas em uma linha evolutiva e hierárquica, que seria possível definir padrões morais dos indivíduos apenas baseados em características físicas e biológicas, sustentou a concepção de que os negros localizados sempre nas últimas posições da escala de evolução humana seriam, assim, naturalmente degenerados e infantilizados (SCHWARCZ, 2018). Tais ideologias serviram como um respaldo científico para justificar o trabalho escravo negro, nas condições animalizadas em que era realizado, afinal, os negros eram, supostamente, de uma espécie inferior. Possuíam força e resistência selvagens, órgãos sexuais e capacidade de reprodução animais, falta de racionalidade, características natas de servidão e submissão e, ainda, desprovidos de alma.

Desde que no ocidente o homem branco passou a dominar o homem negro houveram tentativas de emasculação do homem branco sobre o homem negro. Davis (2016 [1981]) nos diz que o sistema escravocrata desencorajava a supremacia dos homens negros, já que este, dentro de sua família, não representava o provedor e nem tinha uma imagem de líder da casa, todos estavam debaixo do poder do senhor de escravos, pais, mães e filhos. Além do fato de não deterem nenhum controle ou capacidade de proteção em relação as suas esposas e filhas, seus corpos também pertenciam ao senhor de escravos. Não havia a possibilidade de performarem o papel de gênero que foi instituído socialmente para os homens, o de provedor e protetor. O homem negro, dentro da estrutura escravocrata estava reduzido a nada, tanto como trabalhador, quanto como homem.

Quando nos referimos à masculinidade, se a hegemonia historicamente sempre desenvolveu meios e estratégias materiais, institucionais e culturais, sejam violentas e/ou não violentas para manter seu poderio, a fim de subalternizar o outro, sendo, aqui no Brasil, o outro proclamado do homem branco padrão, o homem negro, o trabalho, com certeza, é instrumentalizado como uma dessas ferramentas de afirmação da masculinidade hegemônica. E assim como a masculinidade, o trabalho do homem negro deve, por premissa, ser subordinado.



Para Vale de Almeida (1996), as relações laborais não são apenas sobre compra e venda de força de trabalho em que aquele que a vende passa algumas horas executando determinada atividade. As relações de trabalho representam para esses indivíduos uma fonte de identidade e significa muito na constituição das identidades pessoais, do lugar social que esse indivíduo ocupa, das emoções inerentes às relações sociais, além de estar muito presente na construção do gênero. As relações laborais dadas enquanto relações de poder estão imbuídas de hierarquias também no âmbito das masculinidades. As hierarquias entre funções de trabalho podem expressar muito sobre as relações desiguais entre homens, principalmente no que se refere aos marcadores de raça e classe que, geralmente, são distintos entre os que ocupam cargos mais altos e os que ocupam cargos mais baixos.

O capitalismo e as atuais relações de produção estão envolvidos na construção não apenas das relações de classe, mas, também, nas relações de raça, de gênero e intragênero. Silvio de Almeida (2019) nos traz uma boa discussão sobre como o capitalismo e suas relações de produção estão envoltas de racismo e como um está em relação de interdependência com o outro na perpetuação desse sistema.

Segundo o autor, o capitalismo em seu mais “avançado e puro estágio” não elimina o racismo e o sexismo como um sinal de atraso e primitivismo, mas ao contrário, o capitalismo necessita do racismo para se perpetuar. Seu enraizamento é tão profundo que constrói além de condições objetivas, também, condições subjetivas baseadas no racismo a partir, principalmente, do sistema educacional e dos meios de comunicação em massa, criando, assim, subjetividades culturalmente adaptadas.

Dessa forma, ainda segundo Almeida (2019), o capitalismo incorpora o racismo por conta, principalmente, de duas ótimas estratégias para a garantia de aumento de produção e lucro: 1) o racismo naturaliza o pagamento de salários mais baixos para grupos racializados; 2) faz com que trabalhadores brancos tenham mais cautela ao exigirem aumento de salários, uma vez que há um enorme exército industrial de reserva de trabalhadores de grupos minoritários que poderiam rapidamente substituí-los.

Almeida (2019) afirma que em países onde esteve presente a escravidão, o racismo se apresenta como uma das colunas do capitalismo. A desigualdade racial é um elemento constitutivo das atuais relações sociais e econômicas capitalistas e, também, das relações de classe criadas por elas. Em meio a esse sistema socioeconômico, as relações raciais são instrumentalizadas de acordo com os interesses do capital, que se adapta e se reinventa de forma a cooptar e transformar tais relações de acordo com os seus próprios processos de mudança e adaptação. Em suma: para se renovar, o capitalismo, muitas vezes, precisa renovar o racismo.

A partir dessas discussões o que se constata é que no atual sistema social, econômico e político construído por homens e para homens, não são todos eles que colhem dos melhores frutos. O homem negro se tornou no Brasil e no ocidente, apenas um corpo. E no mundo do trabalho, apenas um instrumento, uma ferramenta. Quando imaginamos um homem negro empregado não o imaginamos em postos de comando, chefia ou desempenhando profissões valorizadas socialmente. E é essa consciência que séculos de subordinação racial produziram em nós.

E se o trabalho pode ser carregado de desprestígio, o desemprego representa a escassez material e a humilhação. A situação se torna agravante quando nos referimos à situação de desemprego enfrentada por uma parcela considerável dos homens negros. Veja na tabela abaixo as informações elaboradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), no boletim “Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos” (2016), no ano de 2015:

**TABELA 1**

**Taxas de desemprego, por sexo e raça/cor  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015**

(em%)

Regiões	Sexo e cor	
	Homens negros	Homens não negros
<b>Distrito Federal</b>	13,2%	11,3%
<b>Salvador</b>	17,3%	13,7%
<b>São Paulo</b>	13,7%	11,2%
<b>Fortaleza</b>	7,8%	7,8%
<b>Porto alegre<sup>78</sup></b>	12,8%	7,8%

78 Porto alegre chama a atenção pela grande diferença entre as taxas de desemprego de negros e não negros, uma diferença de 4,5 pontos percentuais, mesmo sua população sendo majoritariamente branca.

Em épocas de pandemia, gerada pelo vírus Covid-19, os níveis de desemprego aumentaram muito, aprofundando demais as desigualdades sociais de gênero e raça, porém, as taxas de desocupação são mais alarmantes entre os homens negros<sup>79</sup>, os mais afetados pelo desemprego nesse período. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020), do primeiro para o segundo trimestre de 2020 a taxa de desocupação entre homens negros passou de 11,8% para 14,0%; já entre os homens não negros, de 8,5% para 9,5%.

A situação de desemprego e a precarização do trabalho para homens e mulheres negros(as) podem afetar gravemente as estruturas e dinâmicas familiares. Tal situação é capaz de gerar tensões que são causadas pela instabilidade financeira e social características do estado de desemprego, o que afeta muito a saúde mental e as condições materiais dessa população. Essas circunstâncias de estresse e agonia podem desencadear em conflitos com possibilidade de se materializar em brigas, insultos, afastamentos e, até mesmo, agressões domésticas (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2019).

No caso dos homens, muito disso se dá não apenas pela tensão e estresse causados pela incapacidade de prover materialmente seus(suas) filhos(as) e contribuir com a renda familiar, mas também, por essa situação afetar diretamente a afirmação da sua masculinidade e sua capacidade de se mostrar um “pai capacitado”. Essas são tensões causadas não apenas pelas condições materiais precárias a que os homens negros se encontram, mas também pela conservação dos papéis tradicionais de gênero que colocam sobre o homem a responsabilidade do provimento.

---

79 A situação de desemprego entre os homens negros durante a pandemia se encontrou mais alarmante até mesmo do que entre as mulheres negras, segundo dados do DIEESE (2020), a taxa de ocupação entre as mulheres negras do primeiro trimestre de 2020 para o segundo trimestre do mesmo ano passou de 17,3% para 18,2%. Já entre as mulheres brancas não houve diferenças significativas neste período, a taxa de desocupação permaneceu em 11,3% do primeiro para o segundo trimestre de 2020.

A situação de desemprego agrava e muito a condição de subalternidade das masculinidades negras e a forma que esses homens exercem a paternidade, ao mesmo tempo que a condição de subalternidade desses homens, instituída socialmente, tem o poder de gerar tal situação de desemprego, uma vez que impõe sobre esses indivíduos condições estruturais desfavoráveis para que estejam aptos a se lançarem no mercado de trabalho, criando e reforçando assim, sua condição subalterna nesse aspecto da vida social. Ao homem negro, que já carrega tantos estigmas relacionados à vadiagem e à preguiça, estigmas estes impostos por uma concepção social racista e forjada pela colonialidade, tal situação de desemprego gera, sem dúvidas, ainda mais desvalor social.

De acordo com a análise de Vale de Almeida (1995), o trabalho assalariado está diretamente ligado a ideia de “homem”. Ser trabalhador carrega sentidos ambíguos, hora denota pobreza e submissão, hora respeito e masculinidade através do “sacrifício” que o trabalho denota. E essa é uma questão chave para a presente análise: apesar das condições de sacrifício que o trabalho sempre representou para o homem negro nesse país, sem o trabalho, tampouco, esse homem não é nada.

Quando inseridos no mundo do trabalho os homens negros estão sobrerrepresentados em postos que exigem muito do corpo e de mão de obra sacrificial. Em 2015, ainda segundo os dados da PED (2016), vemos que uma grande parcela de homens negros estava inserida no setor de construção<sup>80</sup>, representando a maioria racial e quase que a totalidade de gênero nesse setor.

---

80 Corresponde à seção F da CNAE 2.0 domiciliar que contém as seguintes divisões: construção e incorporação de edifícios, obras e infraestrutura e serviço especializados para construção.

**TABELA 2****Ocupados no setor de construção por sexo e raça/cor  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2015**

(em%)

Regiões	Sexo e cor	
	Homens negros	Homens não negros
<b>Distrito Federal</b>	10,7%	7,8%
<b>Salvador</b>	15,3%	(1)
<b>São Paulo</b>	16,7%	9,5%
<b>Fortaleza</b>	15,8%	10,1%
<b>Porto alegre</b>	17,8%	11,2%

(1) A análise não comporta desagregação para essa categoria.

Tal setor chama a atenção não por ser onde se concentram a maior parte dos homens negros<sup>81</sup>, mas por ser aquele com maior disparidade entre os negros e os não negros. Uma ocupação profissional que exige tanto do corpo, muita força e resistência física, ainda mais quando o trabalhador desempenha o trabalho braçal que compreende a construção. A partir do que foi até aqui discutido é fácil entender porque os homens negros estão em maioria nessa ocupação. Ainda devemos nos atentar para o fato dessa pesquisa não estar desagregada por profissões, mas sim por setores de atividades econômicas, como a maioria das pesquisas estatísticas produzidas na área, em que é possível uma desagregação por gênero e raça de forma combinada. Portanto, não temos como saber quem são os trabalhadores que estão realizando o trabalho desqualificado (operários) e braçal e os trabalhadores qualificados e especializados (arquitetos e engenheiros).

---

81 Segundo o mesmo estudo da PED (2016), em 2015 a maioria dos homens negros se encontrava trabalhando no setor de serviços.

Quando nos referimos ao grau de qualificação e especialização dos homens negros, principalmente via ensino superior, apesar de vir aumentando gradativamente nas últimas décadas, ainda é muito inferior ao dos homens brancos e até mesmo ao das mulheres negras. Segundo dados do censo do IBGE de 2010, 27,7% dos homens brancos frequentavam cursos de graduação, enquanto apenas 14,6% dos homens negros o faziam. Os homens negros são os que menos passam pelas faculdades e universidades, sendo as mulheres negras um total de 20,7%, e as mulheres brancas, maioria nos níveis superiores, representando 35,3%. É sabido que a escolarização é uma das vias mais importantes para o mercado de trabalho qualificado, dessa forma, como esperar que os homens negros alcem postos de trabalho que exijam desempenho intelectual, se não for garantida a eles a possibilidade de alcançar o ensino superior?

Além do baixo acesso aos níveis superiores de educação, o que se pode observar também é uma subutilização da mão de obra negra com ensino superior em vagas de emprego que exijam tal nível de escolarização, os chamados sobre-educados. Segundo dados elaborados pela IDados com base na PNAD contínua do primeiro trimestre do ano de 2020, entre os homens negros, 37,9% dos que possuíam diploma de ensino superior trabalhavam em cargos que não exigiam esse diploma, esse percentual é de 29,6% entre os homens brancos. Uma das explicações para tal fato se baseia puramente no racismo, muitos estereótipos relacionados à falta de racionalidade do homem negro, o concebendo como incapaz de exercer um trabalho intelectual, podem incidir nessa realidade, fazendo com que mesmo aqueles que alcancem níveis superiores de educação não tenham sua intelectualidade aproveitada pelo mercado de trabalho.

É relevante apresentarmos uma pesquisa um tanto antiga, que transparece através de desagregações específicas o que queremos dizer neste artigo, quando nos referimos à subalternidade do homem negro no âmbito do trabalho no Brasil. Segundo dados do último “Mapa do negro no mercado de trabalho no Brasil” (1999), elaborado pelo DIEESE referente ao ano de 1998, havia nas principais metrópoles do país uma grande parcela de homens negros economicamente ativos concentrada na área de serviços gerais como faxineiros, lixeiros, serventes, zeladores, empregados domésticos e etc.



Observa-se uma diferença considerável entre homens negro e não negros nesse grupo de ocupação. Em contrapartida, o contingente dos homens negros em grupos de ocupação de direção e planejamento, comparada aos homens não negros na mesma ocupação era muito discrepante, pesando negativamente para os homens negros.

**TABELA 3**

**Ativos no grupo de ocupação de direção e  
planejamento por sexo e raça/cor  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998**

(em%)

Regiões	Sexo e cor	
	Homens negros	Homens não negros
<b>Distrito Federal</b>	17,3%	28,5%
<b>Salvador</b>	9,2%	31,6%
<b>São Paulo</b>	6,6%	23,6%
<b>Recife</b>	9,0%	19,3%
<b>Belo Horizonte</b>	9,9%	24,3%
<b>Porto Alegre</b>	6,6%	20,2%

O fato de mais de vinte anos depois ainda estarmos problematizando a questão dos homens negros estarem, de forma muito inexpressiva, em cargos de direção e planejamento é muito significativo. Se nos atentarmos para a grande diferença entre os homens negros e os homens não negros, conseguiremos enxergar de forma ainda mais alarmante o abismo social que há entre esses homens. Quando o problema da desigualdade de gênero no mercado de trabalho é invocado — de forma evidentemente legítima — é preciso se atentar também para os recortes raciais, privilegiando uma análise interseccional, pois os privilégios do sexo masculino, nesse meio, não estão igualmente distribuídos entre os homens.

**TABELA 4****Ativos no grupo de ocupação de serviços gerais por sexo e raça/cor  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998**

(em%)

Regiões	Sexo e cor	
	Homens negros	Homens não negros
<b>Distrito Federal</b>	6,1%	4,0%
<b>Salvador</b>	9,8%	4,6%
<b>São Paulo</b>	6,1%	4,3%
<b>Recife</b>	7,0%	5,2%
<b>Belo Horizonte</b>	5,4%	3,8%
<b>Porto Alegre</b>	(1) <sup>82</sup>	2,8%

(1) A análise não comporta desagregação para essa categoria. A relevância de trazer esses dados de mais de duas décadas atrás que podem parecer tão defasados, representa algo em si mesmo: a falta de dados estatísticos atualizados, que tenham um recorte racial bem definido e amplamente aplicado, que auxiliem na compreensão de quem é a população negra brasileira, entendendo que suas condições sociais se diferenciam a partir de diferentes categorias de desigualdade, como gênero, classe social. Tal apagamento estatístico pode nos levar a uma cegueira social, que interfere negativamente na produção de políticas públicas que atendam as especificidades geradas pelas diferentes desigualdades que atravessam esses indivíduos.

---

82 Apesar do número de homens negros no grupo de ocupação de serviços gerais ser ínfimo, Porto Alegre contava com o maior percentual de mulheres negras trabalhando nessa ocupação, um total de 16,6%.

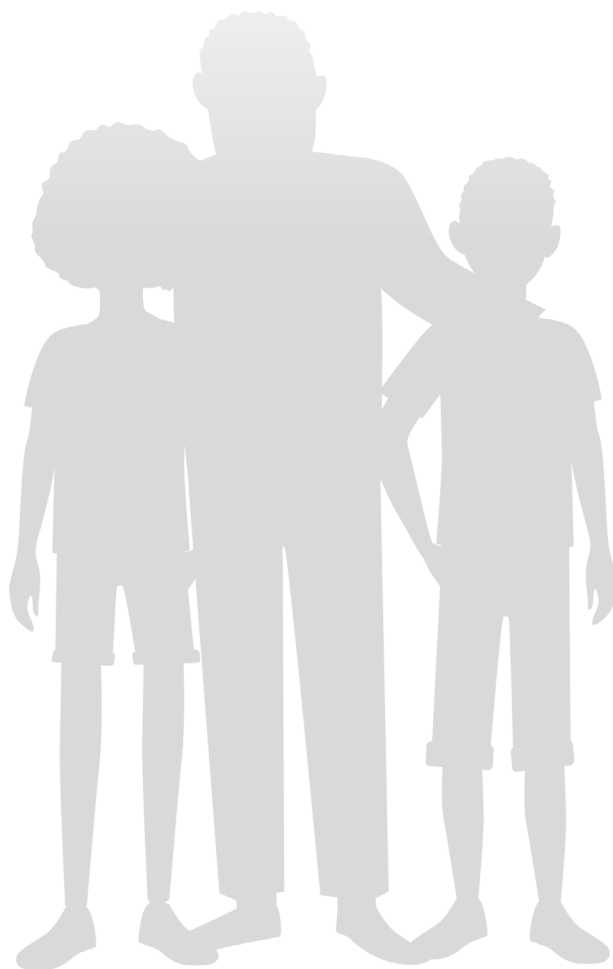
É sabido que o contexto político, social e econômico brasileiro sofreu mudanças desde 1998, o ano que se refere à última pesquisa citada. Mas será que sofremos mudanças tão drásticas assim no quesito de desigualdades raciais no mercado de trabalho? Os negros, tanto homens, quanto mulheres são maioria nos trabalhos subalternos e esse fato é amplamente verificado. A relevância da pesquisa supracitada está em demonstrar que dentre os homens, os negros estão majoritariamente nos trabalhos de maior desvalor social. No Brasil, o trabalho de limpeza, coleta de lixo, zeladoria e o trabalho doméstico, que estão dentro dos serviços gerais, são tidos como alguns dos mais degradantes, humilhantes e desvalorizados, só perdem para a prostituição. E neles os negros são maioria confirmada, desde sempre foi assim, e continua sendo.

## **Considerações finais:**

A desigualdade salarial no Brasil, analisada a partir das questões raciais, se torna mais complexa do que se analisarmos apenas e somente através das questões de gênero (o que não quer dizer que o gênero não tenha um peso bastante significativo nas desigualdades que cortam o mercado de trabalho), e a situação fica ainda mais agravante e complexa quando há a intersecção da raça com o gênero. Segundo dados do IBGE (2019), em 2018 vimos o destaque salarial dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, comparados às mulheres negras apresenta a maior distância salarial, uma razão de 44,4%. O segundo grupo de maior vantagem é o das mulheres brancas que se comparadas às mulheres negras possuem uma razão de rendimento de 58,6% e se comparadas aos homens negros, 74,1%. Já os homens negros possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres negras, uma razão de 79,1%.

Tal realidade apresentada aqui pode refletir e muito na autoconstrução dos homens negros. Estão sobre eles os estigmas e os estereótipos da servidão, da subalternidade, da irracionalidade, da animalidade, da violência e da dependência. São baixíssimas as expectativas sobre os homens negros e pobres em relação a como irão levar suas vidas profissionais, como conquistarão o respeito da sociedade enquanto homens. Está intrínseco a ser “homem” ser “trabalhador” e quanto mais valor se tem como trabalhador, mais valor se tem como homem.

Se as condições materiais e de trabalho influenciam tanto no processo de construção das masculinidades dos homens, e tais masculinidades influenciam diretamente na constituição das paternidades, a mesma régua que é usada para medir as paternidades brancas não pode medir as paternidades negras. O desemprego assola o homem negro, portanto, como garantir o provimento familiar dos(as) seus(suas) filhos(as)? Aos homens negros estão reservados os trabalhos desqualificados e subalternos, qual o valor que esses homens têm numa sociedade capitalista onde a ocupação profissional define quem se é? O homem negro está em desvantagem salarial em relação aos homens e as mulheres brancas, tal aspecto e muitos outros dizem bastante sobre sua condição de classe e raça e, infelizmente, a situação é bastante negativa. Todos esses elementos de frustração e decepção em relação às suas possibilidades de conquistar e manter uma vida profissional, dificuldades que se dão, principalmente, pelo caráter racista do sistema socioeconômico vigente marcam a subjetividade do homem negro e acabam por dobrar o peso das responsabilidades que este pode assumir como gerente da vida familiar (PEREIRA; SANTOS; SILVA, 2019).



## Recomendações:

Diante do que foi discutido, são propostas aqui algumas recomendações para nos conduzirmos para um caminho que pretende tornar as condições materiais no mercado de trabalho do homem/pai negro mais justas e igualitárias:

- 1.** Reforçar a implementação de cotas raciais nas universidades públicas, além de medidas que garantam a permanência dos ingressantes nessas universidades como, por exemplo: a) auxílios financeiros, alimentação e transporte para alunos negros e/ou de baixa renda; b) as universidades públicas devem oferecer grades de horários disciplinares flexíveis, que permitam aos alunos concentrarem as disciplinas em apenas um período do dia, para que seja possível trabalhar e/ou cuidar dos filhos nos outros períodos, sem prejuízo à formação.
- 2.** Ampla implementação de cotas raciais no mercado de trabalho para além do serviço público, mas também no âmbito do privado.
- 3.** Auxílio financeiro de um salário mínimo custeado pelo poder público para homens e mulheres desempregados(as).
- 4.** Grupos de discussão e acolhimento para pais negros nas escolas, universidades e locais de trabalho, que discutam além das paternidades, as masculinidades negras e suas especificidades de forma interseccional.
- 5.** Promoção de discussões e atividades com temáticas raciais, de gênero e classe de forma interseccional nos espaços educacionais e de trabalho, não apenas para os grupos atingidos por tais desigualdades, mas para todos.
- 6.** Inserção e ampliação do debate racial e de gênero relacionado ao mercado de trabalho nas ações, atividades e discussões, levantadas pelas Organizações da Sociedade Civil, nos âmbitos dos desenvolvimentos dos seus projetos.
- 7.** Inclusão de uma perspectiva racial e de gênero nas bases do Programa Jovem Aprendiz e de outros programas de aprendizagem que impulsionem medidas, tais como: a implementação de cotas raciais junto às empresas contratantes dos jovens participantes do programa.

## Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2019.
- DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIEESE. **Mapa do Negro no Mercado de Trabalho no Brasil: Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e no Distrito Federal.** Relatório de Pesquisa ao INSPIR - Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, Junho 1999. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/1999/relatorioPesquisa.pdf>>. Acesso em: abril de 2020.
- PED. **A inserção produtiva dos negros nos mercados de trabalho metropolitanos.** Novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2016/2016pednegrossintmet.html>> Acesso em: Maio de 2020.
- PEREIRA, Artur; SANTOS, Hasani; SILVA, Alexandre. **Paternidades e masculinidades negras circunscritas:** exercícios de autorreflexão emancipatórios. Cadernos de gênero e diversidade, Salvador (BA). Vol 05, n. 02, p. 79-102, Jun. 2019.
- PINHO, Osmundo. **Qual é a identidade do homem negro?** Democracia Viva, n. 22, p. 64-69, junho/julho 2004.
- SCHWARCZ, Lília. Teorias raciais. In: **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos.** SCHWARCZ, Lília; GOMES, Flávio (orgs.). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. **Gênero, masculinidade e poder:** revendo um caso do sul de Portugal. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, p.161-189, 1996.



# Paternidades negras diversas: a interseccionalidade como premissa

**Ismael dos Anjos**

Quando os meninos falam de si, falam do mundo, falam do que o mundo contou pra Eles, o mundo mostra imagem para eles, o mundo grita em seus ouvidos e o mundo encosta neles. Talvez, a história mais contada do mundo seja a de como nosso irmão fez de sua morte uma vida para se seguir e nós vivemos à sombra do nosso irmão mais velho. Mas o filho não é o único a se espelhar, as imagens transformaram a mãe em um símbolo sagrado de quem cuida, de quem acolhe e de quem chora sobre o corpo mesmo depois de morto. E o que o mundo grita? Ele clama pelo pai, um ser onipresente, mas nunca fisicamente, o que cria um efeito de clamarem por Ele, ou mesmo que se evite, Ele cerca todas as narrativas.

Então os meninos devolvem o toque do mundo de forma equivalente, criam um menino símbolo, pronto para morrer nas mãos do sistema, uma mãe pronta para chorar por ele e um pai que se fala muito sobre, mas não está presente<sup>83</sup>.

Instado a escrever o capítulo destinado às diversidades nesse Relatório das Paternidades Negras Brasileiras, dois riscos preponderantes me atravessaram antes mesmo de aceitar o convite ou me entregar à escrita.

---

83 “À sua imagem e semelhança”. Em: Masculinidade Quebrada - memórias de um processo com meninos. FRANCISCA, Elânia; EMÍDIO, Belchior Divina; CRISTIANO, Rafael. 1ª edição. Multifoco, 2020. p. 65.

O desafio de encontrar dados substanciais que façam o recorte racial das paternidades, certamente já foi descrito em outros artigos deste dossiê, mas se avoluma quando, por definição, a empreitada é segmentar o coletivo de pais negros em grupos ainda mais sub-representados ou invisibilizados em pesquisas acadêmicas, organizacionais ou do Estado. O segundo obstáculo, mais subjetivo, mas não menos presente, é a necessidade de escapar das definições eminentemente utilitárias que as instituições privadas têm feito ao se apropriar do tema diversidade.

A premissa estabelecida para esse texto, portanto, é não segmentar a paternidade em caixinhas de inclusão, quais sejam: paternidade negra, orientação sexual e identidade de gênero; paternidade negra precoce, na adolescência; paternidade negra com deficiência; paternidade quilombola; e, ainda, paternidade negra, sistema prisional e encarceramento. Abordar de forma sucinta e consecutiva, campos tão particulares quanto esses resultaria em insuficiência. Se não pela carência de números, certamente pela ausência da riqueza que vozes múltiplas, em primeira pessoa, de autores que vivenciam cada um desses *locus sociais*, poderiam proporcionar.

Assim, entendo que o caminho possível para orientar a escrita desse tema é empenhar-me rumo às convergências. Ao invés de fazer constar as paternidades que podem ser lidas como não normativas em uma conversa geral sobre paternidades negras, proponho discutir como a concepção de paternidades negro-brasileiras, nos nossos termos e aspirações, precisa necessariamente fazer o caminho inverso e se incluir nas realidades que as rodeiam.

Ao longo deste artigo, irei articular que o exercício das paternidades negras em uma sociedade que nos mata física, afetiva e simbolicamente não é reservado para atender as pessoas negras. Da mesma forma, entendo que não nos atenderia desenvolver uma paternidade negro-brasileira singular, que mantenha um lugar de dominação correlato ao que há de hegemônico. A interseccionalidade precisa ser premissa constituinte em uma perspectiva de construção autônoma das paternidades negras no Brasil.



## Da dessemelhança à necessidade de autonomia

Em sua miríade de facetas, o racismo reiterado, historicamente, limita quaisquer perspectivas emancipatórias para o povo negro. Quando refletimos especificamente sobre caminhos para as masculinidades negras, é preciso de antemão compreender que a masculinidade hegemônica é eminentemente construída em torno de um ideal inextricável de branquitude, que é cisgênera, heteropatriarcal, eurocêntrica e afluyente. Na definição de Jewkes e Morrell, masculinidade hegemônica é:

(...) um conjunto de valores, estabelecido pelos homens no poder que funciona para incluir e excluir, e para organizar a sociedade de formas desiguais a partir de gênero. Combina várias características: uma hierarquia de masculinidades, acesso diferenciado dos homens ao poder (sobre mulheres e outros homens), e a combinação entre as identidades dos homens, ideais dos homens, interações, poder e o patriarcado. (JEWKES e MORRELL, 2012, p. 40. Tradução do autor)<sup>84</sup>

O conceito se desdobra em termos fáticos quando observamos sob a ótica dos recortes raciais os números que, consistentemente, cercam os debates sobre masculinidades. Quando se fala do homem como gênero no poder, à guisa de exemplo, o simples uso do substantivo no singular empreende um esforço capaz de encobrir as diferenças da hierarquia social.

A quem serve deixar de evidenciar essa subalternização? Apenas à manutenção cordialmente racista daqueles que são — pois jamais deixaram de estar — o topo da pirâmide. Antes de debruçar sobre os impactos desse sistema sobre a paternagem, é mister evidenciar alguns desses números.

---

84 JEWKES, Rachel. MORRELL, Robert. Sexuality and the Limits of Agency among South African Teenage Women: Theorising Femininities and Their Connections to HIV Risk Practices. *Social Science & Medicine*. 2012;74(11):1729–1737. doi: 10.1016/j.socscimed.2011.05.020. [PMC free article] [PubMed] [CrossRef] [Google Scholar]

Embora sejamos aproximadamente 56% da população brasileira, segundo a PNAD contínua do IBGE, as pessoas negras ocupam apenas 29,9% dos cargos gerenciais. Os trabalhadores negros recebem, em média, R\$ 10,1 por hora trabalhada no Brasil. Entre os brancos, o valor é de R\$ 17/hora — na distribuição média de renda brasileira, as mulheres brancas se situam acima dos homens negros, com renda média de R\$ 2.379 contra R\$ 1.762<sup>85</sup>. A disparidade está ressaltada também entre os miseráveis. Entre a população brasileira situada abaixo da linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, que é de US\$ 1,90 por dia, estão 8,8% dos negros, em contraste com 3,6% da população branca<sup>86</sup>

O abismo se evidencia ainda entre os dados de acesso à educação. Especificamente entre os homens negros, acima de 25 anos de idade e com ensino superior somam apenas 6% do contingente dessa população. Entre os homens brancos, são 18%<sup>87</sup>. E para afastar qualquer análise rasa que atribua a distância financeira explicitada anteriormente apenas à qualificação educacional, mesmo quando analisados somente os graduados no ensino superior, a cisão se repete. A mesma pesquisa demonstrou que homens negros ganham, em média, 29% a menos que os brancos.

---

85 . FILGUEIRAS, Isabel. “Qual a diferença entre ser mulher negra e homem branco na hora de investir?” Valor Investe, 2020. Disponível em: <<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/01/24/qual-a-diferenca-entre-ser-mulher-negra-e-homem-branco-na-hora-de-investir.ghtml>>. Acesso em: 12 de março de 2021.



86 “Trabalhador branco ganha por hora 68% mais que pretos e pardos, mostra IBGE”. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/11/13/trabalhador-negro-ganha-por-hora-59percent-do-rendimento-do-trabalhador-branco-mostra-ibge.ghtml>>. Acesso em: 13 de março de 2021.



87 PAPP, Anna Carolina. “Entre graduados, branco ganha quase 30% a mais que negro”. O Estado de S. Paulo, 2017. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,entre-graduados-branco-ganha-quase-30-a-mais-que-negro,70002085985>>. Acesso em: 13 de março de 2021.



Ultrapassando os dados pecuniários, é impossível distanciar a experiência da negritude brasileira do que Achille Mbembe denomina necropolítica. Se “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”<sup>88</sup>, o exercício de controle de corpos por parte do Estado brasileiro é exercido prioritariamente sobre os corpos dos homens negros.

Entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 12,9% em nosso país, de acordo com dados do Atlas da Violência 2020. No mesmo período, a taxa entre a população negra subiu 11,5%. Em 2018, 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil eram pessoas negras, e o risco de um homem negro ser assassinado no Brasil é, estatisticamente, 74% maior que a de um homem branco<sup>89</sup>. A ONU denunciou, em 2017, que a cada 23 minutos, 1 jovem negro entre 15 e 29 anos é assassinado no Brasil. São 63 mortes ao dia<sup>90</sup>.

Como cofundador da organização da sociedade civil Instituto de Defesa da População Negra (IDPN) — estabelecida em prol do pleno exercício do direito de defesa da cidadania, respeito e dignidade da população negra e da equidade racial nas carreiras jurídicas —, denuncio, com especial atenção, o projeto de encarceramento em massa dos jovens pretos e pardos. A população carcerária brasileira é 63,7% composta por negros<sup>91</sup>, proporcionalmente acima da presença dessa população no tecido social.

---

88 MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. 5ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2018.

89 VASCONCELOS, Caê. “Homicídios de pessoas negras aumentaram 11,5% em onze anos; os dos demais caíram 13%”. Ponte Jornalismo, 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/homicidios-de-pessoas-negras-aumentaram-115-em-onze-anos-os-dos-demais-cairam-13/>>. Acesso em: 13 de março de 2021.



90 MARQUES, Marília. “A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil”, diz ONU ao lançar campanha contra violência”. G1, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>>. Acesso em: 13 de março de 2021.



91 “O encarceramento tem cor, diz especialista”. Conselho Nacional de Justiça, 2017. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/o-encarceramento-tem-cor-diz-especialista/>>. Acesso em: 14 de março de 2021.



Quando o modelo vigente de segurança pública não assassina negros e negras, estes são presos sob acusação de flagrante delito. De acordo com o Relatório da Defensoria Pública do Rio de Janeiro de 2019, a cada dez pessoas presas em flagrante no Rio de Janeiro, oito são negras<sup>92</sup>. Segundo levantamento da mesma Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 49% das pessoas negras apreendidas são libertadas após as audiências de custódia, comparadas a 42% entre as brancas<sup>93</sup>.

A institucionalização jurídica do racismo tampouco é uma exclusividade do Rio de Janeiro. Uma pesquisa realizada pela Pública em 2017, com dados do Tribunal de Justiça de São Paulo, analisou mais de 4.000 sentenças vinculadas à legislação sobre drogas<sup>94</sup>. Descobriu-se que 71% dos negros apreendidos com maconha foram condenados por tráfico, contra 64% dos brancos. Em média, esses negros condenados portavam 145 gramas de maconha.

Os brancos condenados, 1,15 quilogramas. Quando os dados foram separados para avaliar a desqualificação por “posse de drogas para consumo pessoal”, a diferença encontrada foi de quase 50% em favor dos brancos.

---

92 “8 em cada 10 presos em flagrante no Rio são negros, diz estudo da Defensoria”. Conjur, 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-ago-05/cada-10-presos-flagrante-rio-sao-negros-estudo>>. Acesso em: 14 de março de 2021.



93 “Relatório 2º Ano Das Audiências De Custódia No Rio De Janeiro”. Defensoria Pública do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/c2f0263c194e4f67a218c75cfc9cf67e.pdf>>. Acesso em: 14 de março de 2021.



94 DOMENICI, Thiago. BARCELOS, Iuri. “Negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas em São Paulo”. Pública, 2019. Disponível em: <<https://apublica.org/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/>>. Acesso em 14 de março de 2021.



Mesmo quando nos afastamos das estatísticas que demonstram o sucesso das políticas de morte do Estado, rumo a números que costumam povoar a conversa sobre masculinidades, restam evidências que outras violências, inclusive as autoinfligidas, têm preponderantes recortes racializados. Embora se repita à exaustão que, em média, homens cometem entre três e quatro vezes mais suicídios no Brasil, pouco se evidencia que os jovens negros, entre 10 a 29 anos, compõem o principal grupo de risco<sup>95</sup>. Eles possuem 45% mais chances de suicídio que brancos na mesma faixa etária, de acordo com o Ministério da Saúde.

Se o Brasil é considerado um país violento, é preciso qualificar: para quem? E se a paternidade clássica em um contexto patriarcal está edificada sobre as esgotadas noções de provisão e proteção, os números acima evidenciam que, no contexto brasileiro, os homens negros são impossibilitados de garantir a plenitude de qualquer um dos dois aspectos a sua prole.

Retomando o conceito de masculinidade hegemônica à luz dessa constatação, destaco uma passagem de Veiga (2019), que evidencia os limites e contradições da corrente posição das masculinidades negras, sujeitas ao que ele qualifica como colonização de territórios existenciais:


A masculinidade ocidental que sustenta a lógica violenta do patriarcado é branca. Como não é possível a um homem negro deixar de ser negro, ele negocia a autopreservação e o amor do sequestrador, incorporando seus códigos morais e comportamentais, transformando-se num macho-beta. Isso porque, numa sociedade em que se defende, de inúmeras formas, a supremacia branca, o papel de macho-alfa pertence somente aos homens-brancos-heterossexuais que fundam e refundam ad infinitum esse sistema. (VEIGA, 2019, p. 82)<sup>96</sup>

---

95 FIGUEIREDO, Patrícia. “Índice de suicídio entre jovens e adolescentes negros cresce e é 45% maior do que entre brancos”. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/21/indice-de-suicidio-entre-jovens-e-adolescentes-negros-cresce-e-e-45percent-maior-do-que-entre-brancos.ghtml>>. Acesso em 14 de março de 2021.



96 VEIGA, Lucas. “Além de preto é gay: as diásporas da bixa preta”. In: Diálogos Contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. RESTIER, Henrique; DE SOUZA, Rolf Malungo (Orgs). 1ª edição. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p.82.



Raewyn Connell, responsável pela conceituação da masculinidade hegemônica, no início dos anos 1980, contribui para entendermos como a branquitude cisgênera e heteropatriarcal, atua para a manutenção dessa subordinação.

A masculinidade hegemônica é construída em relação às mulheres e às masculinidades subordinadas. Essas outras masculinidades não precisam ser tão claramente definidas — na verdade, alcançar a hegemonia pode consistir precisamente em impedir que alternativas ganhem definição cultural e reconhecimento como alternativas, confinando-as aos guetos, à privacidade, à desatenção. (CONNELL, 2013, p. 186. Tradução do autor)<sup>97</sup>

A masculinidade hegemônica não nos contempla. Nos limita, nos estigmatiza e mata a nós e aos nossos. E se a partir do Relatório das Paternidades Negras Brasileiras pretendemos estimular alternativas para o pleno exercício das paternidades negro-brasileiras, entendo que é preciso de antemão desafiar as falsas simetrias relativas à masculinidade que nos faz sombra, promovendo rompimentos e a conseguinte refundação do que entendemos e praticamos como homens-pais. É árduo repensar e agir sobre a convivência ou afeto quando ainda se está às voltas com o urgente da sobrevivência. Sem política de humanização, não há política de cuidado.

---

97 CONNELL, Raewyn. “Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics (English Edition)”. 2013. p.186.

## A paternidade negra como identidade política

Alguns homens negros exercem opressão sobre outros sujeitos, sem ter a consciência do quanto “fixar-se” nesse modelo de masculinidade hegemônica patriarcal é algo tóxico. Isso porque, esse modelo é institucionalizado, ele está em todas as áreas da vida social: em casa, no trabalho, nas escolas, nos comércios e nas religiões; mantendo o poder primário das funções de liderança política, autoridade moral, privilégio social e controle das propriedades. Pais negros, quando presentes, parecem preparar filhas e filhos para um conflito que, durante a trajetória de uma vida, irá ocorrer. Esse forjar “guerreiras” e “guerreiros” é importante na busca de meios e caminhos para aproveitar as poucas oportunidades que surgem ao longo de uma vida, como no campo profissional ou na qualificação educacional. Mas, ainda é um processo doloroso para um pai negro a constatação de que ainda existirão situações injustas para suas filhas e seus filhos que, mesmo preparados, irão sofrer. (PEREIRA, SANTOS e SILVA, 2019, p. 92)<sup>98</sup>

Para cruzar os signos da dor e construir uma agenda positiva, proposta por e para pais negros, os homens pardos e pretos precisam deixar em segundo plano a realização de objetivos individuais, favorecendo a construção comunitária de novos sentidos. Com isso em mente, antes dos passos rumo à autodefinição, necessitamos reconhecer e abdicar das vantagens sociais que buscamos ao energizar o papel de patriarca sob a ótica hegemônica da família nuclear.

---

98 PEREIRA, Artur Oriel; SANTOS Hasani Elioterio dos; SILVA, Alexandre da. “Paternidade e Masculinidades Negras Circunscritas Exercícios de autorreflexão emancipatórios”. Cadernos de Gênero e Diversidade, UFBA. Vol 05, N. 02. 2019. p.92.



Dos cuidados físicos aos emocionais, da educação e afeição ao desejável equilíbrio na responsabilização dos afazeres domésticos, as atribuições da parentalidade são atravessadas por marcadores como identidade de gênero, sexualidade, idade, capacidade, classe e outros tantos. Sem romper com lugares de dominação como, por exemplo, a concepção machista de que os cuidados parentais seriam prioritariamente uma atribuição feminina, continuaremos a testemunhar questões como a ausência dos nomes dos pais em certidões de nascimento. As 5,5 milhões de crianças brasileiras, sem o nome do pai na certidão<sup>99</sup> indicam que, infelizmente, a paternidade ainda é encarada por muitos homens como opção.

A partir da consciência sobre as políticas culturais da diferença, podemos coletivamente nos dedicar à paulatina produção de novas identidades. E, assim como bell hooks defende em suas obras, acredito que para salvar a vida de meninos e homens negros é preciso estabelecer alternativas curativas para as masculinidades negras.

Embora a política de gênero da escravidão negasse aos homens negros a liberdade de agir como “homens” dentro da definição estabelecida pelas normas brancas, essa noção de masculinidade se tornou um padrão usado para medir o progresso dos homens negros. As narrativas de Henry “Box” Brown, Josiah Henson, Frederick Douglass e uma série de outros homens negros revelam que eles viam a ‘liberdade’ como aquela mudança de status que os capacitaria a cumprir o papel de cavalheiresco e benevolente patriarca. Livres, eles seriam homens capazes de prover e cuidar de suas famílias (...)

---

99 BASSETE, Fernanda. “No Brasil, 5,5 milhões de crianças não têm pai no registro”. O Estado de São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,no-brasil-5-5-milhoes-de-criancas-nao-tem-pai-no-registro,1062741>>. Acesso em 14 de março de 2021.





Patriarcas benevolentes exercem seu poder sem usar a força. E foi essa noção de patriarcado que os homens negros educados vindos da escravidão para a liberdade buscaram imitar. No entanto, uma grande maioria dos homens negros adotou como padrão o modelo dominador estabelecido pelos brancos escravocratas. Quando a escravidão acabou, esses homens negros muitas vezes usaram a violência para dominar as mulheres negras, o que foi uma repetição das estratégias de controle usadas pelos escravagistas. Alguns negros recém-libertos levavam suas esposas ao celeiro para espancá-las, como o dono branco fizera. Claramente, quando a escravidão acabou, a masculinidade patriarcal havia se tornado um ideal aceito pela maioria dos homens negros, um ideal que seria reforçado pelas normas do século XX. (hooks, 2004. Capítulo 1, pgs 3 e 4)<sup>100</sup>

A perspectiva racializada da paternidade carrega consigo os traumas e vivências aos quais nossos ancestrais, inclusive os mais recentes, foram submetidos — incluindo a naturalização da ausência e, conseqüente, desresponsabilização que pauta políticas públicas como o Bolsa Família, por exemplo. Ainda assim nós, homens negros afro-diaspóricos, precisamos aspirar a ser mais do que simplesmente bons patriarcas.

Outrossim, para construir a identidade política de uma ou múltiplas paternidades negro-brasileiras de maneira a não reproduzir ou emular o que repudiamos, podemos ouvir e apreender a produção das mulheres negras, que têm trilhado caminhos comunitários há gerações. Proposta conceitualmente por Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade precisa ser um compromisso inalienável. Assim como alerta Patricia Hill Collins, no entanto, se faz necessário adotar a interseccionalidade não só como referencial teórico, mas como práxis:

---

100 hooks, bell. “We Real Cool”. 1ª edição. Nova York: Ruthledge, 2004.

Disponível em: <<https://theindigenist.files.wordpress.com/2014/08/we-real-cool-black-men-masculinity-by-bell-hooks.pdf>>. Acesso em 16 de março de 2021.



A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e se afetam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.” (COLLINS, BILGE. 2020. p. 337 )<sup>101</sup>

Marcelo Zig e Flávia Diniz, que mantém a página Quilombo PcD, na rede social Instagram, exemplificam de forma prática a partir de suas vivências:

(...) Mesmo dentre as frentes de lutas que nos contemplam parcialmente como, por exemplo, no movimento negro a gente tem a nossa negritude contemplada, porém a nossa deficiência fica de fora, assim como, dentro do movimento das pessoas com deficiência, nós temos as nossas deficiências contempladas, porém a nossa negritude fica de fora, sempre ficamos com a sensação de um vazio nos ambientes de luta e o @quilombopcd tem justamente a função de preencher essa lacuna, servir de ambiente onde as pessoas pretas com deficiência se identifiquem e vivencie o acolhimento por completo de sua interseccionalidade afropcd.<sup>102</sup>

A partir das possibilidades práticas, teóricas e políticas que esse conceito oferece como elemento constituinte, é possível articular processos e lutas emancipatórias, assim como reparar práticas que têm atuado para o acúmulo de opressões intra comunidade. Em seu artigo “Além de preto é gay: as diásporas da bixa preta”, Veiga detalha os efeitos do masculinismo entre os membros da negritude brasileira.

---

101 COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. “Interseccionalidade”. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 337.

102 Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CL64MNWJ50e/>>. Acesso em: 15 de março de 2021.




(...) Esse masculinismo negro é tóxico, tanto para os homens negros heterossexuais quanto mais para as mulheres e LGBTs negros que, não bastasse sofrer as limitações e violências produzidas no seio da sociedade supremacista branca em que vivemos, sofrem também por parte de algumas pessoas do seu próprio povo com quem partilham opressões de raça, mas com quem não é possível contar e/ou confiar plenamente, porque a diferença de gênero e de orientação sexual faz com que o homem negro hétero, às vezes se sinta numa posição superior em relação à mulher e aos LGBTs e, dessa posição, reproduza violências que sofre enquanto um corpo negro no mundo sobre os corpos negros que trazem outras marcas memorizadas além da negritude.

Diante da heterossexualidade compulsória própria da masculinidade ocidental e diante da recusa subjetiva dos garotos negros homossexuais a se submeterem a ela — recusa esta que num primeiro momento se dá à sua própria revelia, posto que é muito comum garotos negros homossexuais negarem ou camuflarem a sexualidade para se proteger —, os garotos negros homossexuais experimentam a diáspora pela segunda vez. A descoberta da homossexualidade pelos garotos negros, que a partir deste momento do texto chamarei de “bixas pretas”, os faz experimentar uma segunda diáspora, porque os retira novamente da possibilidade de serem integrados e acolhidos, mas de forma ainda mais nociva, haja vista que essa segunda barreira à aceitação se dá em seus próprios quilombos, ou seja, em sua família, em sua comunidade, e até mesmo nos movimentos negros. Um impasse é colocado frente às bixas pretas: negar a própria sexualidade e aderir à masculinidade heteronormativa, para se proteger e preservar o amor de seus pares ou para afirmar a própria sexualidade e ficar desprotegido, correndo o risco de não ser aceito em seu próprio espaço familiar de pertencimento. Qualquer uma dessas escolhas implica em sofrimento, já que em ambas é o “afeto-diáspora” que comparece desdobrando-se em ansiedade, resignação ou depressão. (VEIGA, 2019, p. 83)<sup>103</sup>

---

103 VEIGA, Lucas. “Além de preto é gay: as diásporas da bixa preta”. Em: Diálogos Contemporâneos sobre homens negros e masculinidades. RESTIER, Henrique; DE SOUZA, Rolf Malungo (Orgs). 1ª edição. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019. p.83.



A adesão a que Veiga se refere diz respeito aos códigos objetivos e subjetivos que compõem as masculinidades. Construída desde os primeiros anos de vida, em processo contínuo que atravessa a infância e adolescência até a idade adulta e paternidade, esse paradigma ideológico compulsório costuma ter como preceito basilar o ideal da virilidade. Entre os meninos e homens negros, isso toma a forma da hipermasculinização. Essa construção envolve “uma série de ritos em que o menino é levado a execrar tudo aquilo que lhe pareça feminino, devendo se manifestar de maneira contrária a tudo aquilo que seja destinado às meninas (MARIANO, 2020)<sup>104</sup>.”

Essas passagens que remetem o ódio ao feminino se desdobram em manifestações variadas, como a alexitimia — dificuldade em expressar os próprios sentimentos e emoções em palavras. No contexto da paternagem, acabam por moldar a própria noção do que é ser pai. Se às mães, está compulsoriamente reservada a liderança no cuidado e afetividade com filhas e filhos, os homens-pais tradicionalmente se distanciam desses campos.

Um estudo realizado de março de 2015 a dezembro de 2017, em duas unidades masculinas do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro (DEGASE), analisa os impactos que o ideário do pai tem na vida de jovens, majoritariamente negros, privados de liberdade. A respeito da própria paternidade, os especialistas ouviram dos internos que a paternidade pode ser encarada como “razão para sair do tráfico ou da vida do crime, tanto em jovens que ainda não são pais, quanto nos que já são”.

---

104 MARIANO, Fábio. “Sobre certos homens: masculinidades dissidentes”. Em: Raça e Gênero: discriminações, interseccionalidades e resistências. PIMENTEL, Sílvia; ARAÚJO, Siméia de Mello (Orgs). 1ª edição. São Paulo: EDUC, 2020. p. 249.

(...) Nesse sentido, um ponto importante nas narrativas dos jovens diz respeito à responsabilidade que ser pai implica, trazendo à tona as performatividades masculinas exercidas no fato de ‘assumir’ a paternidade. Por exemplo, Adán (16 anos, negro), aponta:

Eu sei que se eu fizer, vou ter que bancar, eu vou bancar, eu sou sujeito homem e vou, como, não vou ser esses caras que às vezes, como, engravida a mulher, deixa o filho pra lá, fala que não é dele. É um bagulho doidão, esses cara aí. Aí o filho nasce sem pai, o bagulho é foda.<sup>105</sup>

Essa nova condição, do procriar, pode atuar como forma de reconhecimento e contribuir para a percepção de ascensão do jovem à posição social de homem. Apesar disso, e muitas vezes na ausência de referências sociais de outra ordem, o novo papel se configura mais pela compreensão da função social da provisão do que pela possibilidade de construção de outros significados, como a construção de vínculos sentimentais em relação à criança. Os pesquisadores denominaram esse domínio de “paternidade-ostentação”.

A “paternidade-ostentação” longe de constituir um território fixo, se apresenta como uma forma de ser pai, de cuidar, de prover, de pensar em necessidades e desejos possíveis dos(as) filhos(as). Inscrita numa lógica capitalística, se apresenta como mais uma possibilidade de ostentar, tanto de exibir a prole, quanto de oferecer o que não se esperaria de alguém da sua classe social e nível de escolaridade. O que transborda, o exagero, o excesso, quando não há o básico, muitas vezes, esta é uma entre as muitas possibilidades do exercício da parentalidade. Buscar a proliferação de sentidos de ser homem e ser pai na afirmação de potência de vida, de experimentação de singularidades e territórios existenciais é o nosso desafio<sup>106</sup>.

---

105 HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; UZIEL, Anna Paula; NASCIMENTO, Marcos Antonio Ferreira do; PINHO, Gabriela Salomão Alves. “Sentidos e práticas de paternidade: vozes de homens jovens em privação de liberdade”. 2018. Polis, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/15501#authors>>. Acesso em: 15 de março de 2021.



106 IBID, 22

Essa última frase, em especial, demandou minha atenção. Esse desafio não está, sobremaneira, circunscrito aos jovens pesquisados. A retomada de consciência é uma contenda que demanda a entrega de homens negros libertos ou encarcerados, cisgêneros, héteros, gays, trans, bissexuais, com deficiência, sem deficiência, jovens ou mais experientes. É evidente que temos muito a transformar. Porém, ao nos ouvir e olhar com atenção, podemos colher bons exemplos.

O corpo do homem grávido é um corpo ressignificado duplamente, por ser trans e estar grávido. É mais difícil para um homem trans engravidar, porque socialmente quem engravida é a mulher. Só que entendo que quem engravida é o corpo. E que ser homem ou mulher não está ligado na questão do genital e nem do fisiológico, está ligado à identidade. Portanto, o fato de um homem trans engravidar não vai fazê-lo deixar de ser homem por causa disso. Ao contrário, precisa ser muito homem para engravidar. É apenas uma condição biológica e fisiológica que o corpo do homem trans permite. Em alguns casos, como o do Thomas, nos EUA, precisou de parar testosterona. E em outros ele não vai mais poder por conta dos efeitos dos hormônios nos órgãos reprodutores. (Entrevista de Leonardo Peçanha ao Portal Geledés, 2015)<sup>107</sup>.

Acredito, portanto, que ao empreendermos ações como esse próprio Relatório, deixamos de viver e propagar nossas contraidentidades ao passo que nos lançamos rumo à confecção de uma ou mais identidades políticas autônomas para as nossas paternidades. Em seu “Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada”, Achille Mbembe explica que a convocação de raça no contexto colonial diz respeito à dissemelhança. Ao nos aquilombarmos enquanto homens negros pais, caminhamos no sentido contrário. E, mais importante, à despeito daqueles que tentaram e tentam nos dizimar, com os nossos.

---

107 “Homem trans negro, Leonardo Peçanha diz: ‘Deixei de ser objeto para ser ameaça’”. Portal Geledés, 2015. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>>. Acesso em 10 de março de 2021.



# O trabalho doméstico e a pandemia: tensões familiares em uma sociedade de desigualdades

Tamis Porfírio  
Viviana Santiago

## 1. Pandemia e papéis sociais de gênero: tensões na divisão familiar do trabalho doméstico

Quando nos referimos às relações de gênero, em uma perspectiva feminista, o que não pode deixar de ser ressaltado é o caráter de desigualdade que essas relações assumem na sociedade. Em amplos sentidos, homens e mulheres estão envolvidos em um jogo de poder complexo, em que não apenas o gênero faz pender favoravelmente para um dos lados, mas a raça e a classe também influenciam nesse “jogo”.

Os marcadores sociais de raça, gênero e classe podem produzir diferentes formas de opressão e de poder na estrutura social. Porém, quando se trata da divisão familiar do trabalho reprodutivo, a discussão de gênero deve pender para o lado das discussões de trabalho. Afinal, o trabalho reprodutivo deve ser reconhecido como um trabalho de fato, e não desvalorizado por, à priori (e a partir de uma discussão um tanto rasa), não produzir lucro. O que percebemos com o advento da pandemia causada pelo Covid-19 e a consequente reclusão de muitas famílias em suas casas é a intensificação da tensão que envolve a divisão do trabalho doméstico e de cuidado com a população dependente. Divisão esta que, a princípio teve de ser reorganizada entre os adultos da casa e aqueles que se encontram aptos para executar tais tarefas.

Entre as famílias de classe média/alta, em sua maioria brancas que terceirizavam os trabalhos domésticos para trabalhadoras domésticas remuneradas, em sua grande maioria mulheres negras, a maior dificuldade foi organizar e dividir tais tarefas entre os habitantes da casa, já que muitas trabalhadoras domésticas foram dispensadas ou optaram por deixar seus empregos devido à crise sanitária. Segundo dados do IBGE, nos três meses iniciais da quarentena, no ano de 2020, houve uma queda de 11,8% no número de trabalhadores domésticos, 727 mil pessoas perderam ou deixaram seus empregos nessa atividade.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil é o país que possui a maior população de trabalhadoras domésticas do mundo em números absolutos. De acordo com dados do IBGE, PNAD contínua, em 2018, o número de trabalhadores domésticos (empregadas domésticas, babás, cuidadores, jardineiros e motoristas) chegou a 6,2 milhões, das quais 92% (5,7 milhões) eram mulheres, destas, 3,9 milhões eram negras. Essas trabalhadoras apresentam baixa escolaridade, uma média aproximada de 8 anos de estudo (IBGE/PNADC, 2018); condições salariais precárias e um baixo índice de formalização<sup>108</sup>.

Tal presença massiva de mulheres negras pode ser explicada pelo passado escravocrata e pela maneira como a escravidão e o pós-abolição se deram no Brasil. O Brasil foi o último país do mundo a abolir formalmente a escravidão, também foi o país com maior tráfico de escravizados, o que fez com que o custo de escravizados aqui fosse relativamente baixo, dando condições mesmo as pessoas de pequenas posses de adquirir escravizados. Após a abolição, a maioria das escravizadas domésticas, continuaram nas casas como servas, exercendo um trabalho não remunerado em troca de moradia, o que também deu a tônica da organização da categoria no Brasil: a naturalização do trabalho doméstico realizado fora de casa como algo próprio das mulheres negras e também de meninas negras.

---

108 Segundo dados no IBGE/PNADC, no ano de 2018, 30,8% das trabalhadoras domésticas brancas possuíam carteira de trabalho assinada, enquanto que apenas 27,5% das trabalhadoras domésticas negras gozavam da formalização.



Lélia Gonzalez (1984) traça a ligação histórica e social entre a figura da mucama, da empregada doméstica e da mulher negra ao afirmar que estão ligadas de forma inseparável pelo imaginário social brasileiro. Tal imaginário possui características fortemente racistas e sexistas, fincado nas bases ideológicas da escravidão. Esses fatores são capazes de instituir a coisificação da imagem dessas mulheres, enquanto aquelas que são naturalmente aptas a servir, cuidar, se subjugar, abdicar da capacidade de pensar racionalmente e exercer trabalho subalternizado e desvalorizado, já que sua imagem e sua pessoa estão diretamente ligadas a de escravizadas negras, pessoas animalizadas e consideradas inferiores em amplos sentidos, dentre eles, ontologicamente e socialmente. Segundo a autora, sendo essa sua profissão, ou não, uma mulher negra sempre será vista enquanto uma empregada doméstica, uma mucama.

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação, porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. (GONZALEZ, 1984, p.230).

Se empregar uma trabalhadora doméstica pode aliviar as tensões geradas pela problemática da divisão familiar das atividades referentes ao lar, trabalho esse que quando remunerado é naturalizado socialmente como aquele desempenhado por mulheres negras, não poder dispor de tais serviços não foi o único fator responsável pelo agravamento das tensões familiares durante a pandemia. O aumento considerável no trabalho de cuidado com as crianças, a partir da interrupção do funcionamento das creches e das aulas presenciais nas escolas, também se mostrou como um grande problema quando nos referimos à sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidado. O tempo que as crianças passavam nas escolas, começaram a passar em suas casas, e os responsáveis dessas mesmas crianças assumiram o papel de educadores auxiliares com o advento das aulas online para todos os níveis escolares. Além do fato de que ter crianças por mais tempo em casa implica em um aumento considerável da demanda por trabalho doméstico.

Já entre as famílias de classes mais baixas e de maioria negra que nunca possuíam condições de pagar para que o trabalho reprodutivo de suas casas fosse realizado, as tensões também giraram em torno das divisões do trabalho reprodutivo e de cuidado e auxílio educacional com as crianças. Mas com um agravante, um alto índice de alunos das escolas que ministraram aulas online não possuía um computador, celular ou até mesmo internet para que pudessem participar dessas aulas e, além disso, nem todos os alunos contaram com responsáveis ou alguém que os possa acompanhar e auxiliar nas atividades pedagógicas online.

Além de todas essas questões, muitos dos homens e mulheres pobres tiveram que lidar com o desemprego e a redução da renda durante a pandemia. Segundo o IBGE, no início de 2020, em fevereiro, antes da quarentena, a taxa de desemprego era de 11,6%, já em novembro do mesmo ano, durante a pandemia essa taxa estava em 14%. Em tempos assim, as desigualdades se aprofundam e com as desigualdades de gênero não seria diferente, a pandemia e a quarentena trouxeram à tona discussões caras às relações familiares e também às relações sociais.

Durante a pandemia, no ano de 2020, a Sempre Viva Organização Feminista e o periódico Gênero e Número, lançaram um dossiê intitulado “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, que buscava analisar as dimensões de trabalho e vida das mulheres durante a pandemia, a pesquisa teve como foco as dimensões de trabalho, renda, sustentação financeira, trabalho doméstico e trabalho de cuidados não remunerados realizado no interior das casas. A pesquisa descobriu que entre as mulheres responsáveis pelo cuidado de outra pessoa, 57% delas, eram responsáveis por filhos de até 12 anos e, além disso, 6,4% delas também afirmaram ser responsáveis por outras crianças, além de suas filhas e filhos. A maioria dessas mulheres que se enquadravam nesse último quesito eram negras, 60% delas, o que nos chama atenção para o fato de muitas dessas mulheres viverem em famílias estendidas e numa outra dinâmica de organização comunitária, sendo então responsáveis por sobrinhas, sobrinhos e crianças da vizinhança.

Ainda segundo o dossiê, quando questionadas acerca do apoio que recebem para o exercício dessas tarefas de cuidado, 42% das mulheres a exercem sem o apoio de pessoas de fora do núcleo familiar. Desse contingente, as mulheres negras foram a maioria em responder que recebiam menos apoio externo, 54% das respondentes, e quando o recebem na maior parte dos casos seria por parte de membros da família e pessoas da vizinhança. Apenas 12% das entrevistadas delegavam o trabalho de cuidado para instituições públicas ou privadas, desse contingente, 52,4% eram de mulheres brancas. 15% das mulheres entrevistadas contratavam alguém para realizar o cuidado dos seus dependentes, dentre essas, 56% eram mulheres brancas.

Na atual sociedade as relações de trabalho estão divididas entre trabalho produtivo (assalariado e produtor de mais-valia) e trabalho reprodutivo (cuidar, cozinhar, lavar, limpar, arrumar e etc.). Há uma ordem hierárquica em que os homens são vistos como naturalmente aptos a desempenharem o trabalho produtivo no espaço público, um trabalho reconhecido como de considerável valor social. E o trabalho reprodutivo, desempenhado pelas mulheres numa espécie de “ordem natural das coisas”, trabalho desvalorizado e, por ser “de mulher”, considerado de menor importância. Tal divisão social do trabalho baseado em sexo/gênero é chamado de divisão sexual do trabalho (HIRATA & KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009).

Essa estrutura construída entre “provedor” (homem) e “cuidadora” (mulher) foi muito abalada, principalmente nos primeiros meses de quarentena em que as necessidades de cuidado se intensificaram e as capacidades de provimento foram ameaçadas. Segundo o estudo “Retrato das desigualdades de gênero e raça no Brasil em 2014” (IPEA, 2014), no quesito de desigualdades com relação à divisão do trabalho reprodutivo as questões de gênero sobressaem sobre as questões de raça. Com relação aos homens negros o que se observa é o mesmo comportamento e ideias machistas dos homens brancos, que considera responsabilidade da mulher a organização e execução do cuidado e do trabalho reprodutivo. E com isso não se está dizendo que os homens negros e brancos não fazem, também, trabalho reprodutivo, mas sim, que fazem muito menos. Optam por alguns trabalhos reprodutivos considerados “mais masculinos” e consideram que o papel de gerir a casa e seus afazeres é de responsabilidade feminina.

## 2. Conciliação ou contradição? O trabalho doméstico sob perspectiva de desigualdades

A pesquisa lançada no ano de 2017, “Divisão do trabalho doméstico e suas interfaces com gênero e raça no Estado do Rio de Janeiro”, de José Alves, Angelita Carvalho e Maira Couvre-Sussai, apesar de não ter sido realizada no ano de 2020, durante a pandemia, mas sim, com os dados mais recentes sendo dos anos de 2012 e 2014, nos diz muito sobre a concepção social brasileira em relação à divisão familiar do trabalho doméstico. Podemos dizer que essa é uma das únicas pesquisas brasileiras que fala sobre o uso do tempo semanal dos integrantes de uma casa dedicados ao trabalho reprodutivo com recorte de raça e gênero.

A partir da pesquisa citada é possível observar que as mulheres negras são as que mais gastam tempo em trabalho reprodutivo não remunerado, e essa diferença entre mulheres brancas e negras parece estar aumentando nas últimas décadas<sup>109</sup>. Assim como os homens negros tendem a gastar um pouco mais de tempo em trabalho reprodutivo não remunerado do que os homens brancos. Muito disso se dá por questões de classe, já que homens e mulheres negras não estão localizados nos grupos sociais de pessoas que apresentam condições financeiras para contratarem trabalhadoras domésticas. (ALVES; CARVALHO; COVRE-SUSSAI, 2017).


---

109 Vale ressaltar, porém, que o número médio de horas gastos pelas mulheres em trabalho reprodutivo vem caindo ao longo do tempo, independentemente da raça, passou de próximo de 30 horas semanais, para 25 horas semanais (ALVES; CARVALHO; COVRE-SUSSAI, 2017).

O que se observa segundo essa pesquisa é que no ano de 2012 os homens negros quando estavam em situação de chefes de família se dedicavam, em média, 11,7 hora ao trabalho doméstico e quando estavam em posição de cônjuge, 10,2 hora. Já os homens brancos, quando em posição de chefes de família, se dedicavam ao trabalho doméstico, em média, 11,1 hora, e quando estavam em posição de cônjuge, 10,1 hora. No caso desses homens, tanto entre brancos, quanto entre negros, o tempo dedicado ao trabalho doméstico não varia tanto, e também não varia muito quando se encontram como chefes de família ou como cônjuges, em média, uma variação de 1,5 hora. Não há muita interferência para os homens na posição familiar que ocupam e no tempo que se dedicam ao trabalho doméstico.

Situação muito diferente é observada no caso das mulheres, no mesmo ano, entre as negras, quando se encontravam como chefes de família se dedicavam ao trabalho doméstico, em média, 26,0 horas semanais, já quando eram cônjuges se dedicavam, em média, 29,8 hora. Entre as mulheres brancas, quando chefes de família costumavam se dedicar, em média, 24,4 hora semanais, e quando cônjuge, 28,0 horas. O que se vê é que entre as mulheres chefes de família há uma diferença de 1,6 hora semanais entre negras e brancas, e entre as mulheres que estão na posição de cônjuges há uma diferença de 1,8 hora semanais entre negras e brancas.

Para as mulheres, tanto brancas, quanto negras, o acúmulo do trabalho produtivo e reprodutivo é visível quando observamos a enorme quantidade de tempo gasto em trabalho doméstico, mesmo quando são chefes de família comparadas ao tempo desempenhado em trabalho doméstico de seus parceiros na mesma posição, situação que se agrava mais ainda quando estão em posição de cônjuge. O que se observa é que a ida das mulheres ao mercado de trabalho de jeito nenhum as “libertou” da casa e de todo trabalho reprodutivo que a acompanha, mas fez com que fossem sobrecarregadas com dois tipos de trabalho (FEDERICI, 2019).



Essa situação se encontra ainda mais agravada no caso das mulheres negras que, em sua maioria, não possuem condições de pagar para que esse trabalho seja realizado por outras mulheres. Mulheres estas, trabalhadoras domésticas negras, que também acumulariam o trabalho reprodutivo de suas próprias casas e das casas em que trabalham. Ou seja, um círculo vicioso de acúmulo de trabalho que se encontra, principalmente, sobre as costas das mulheres negras e/ou pobres que só poderia ser resolvido se o Estado (produzindo políticas públicas); o mercado (entendendo que os(as) trabalhadores(as) precisam de tempo e condições para o cuidado e para a reprodução familiar); e a família (dividindo igualmente o trabalho doméstico) assumissem que a responsabilidade da reprodução não é apenas das mulheres, mas da sociedade como um todo (BATTHYANÝ, 2015; CAMARO, 2010; GAMA, 2014; HIRATA & KERGOAT, 2007).

Com relação ao cuidado com os filhos menores de 10 anos de idade, segundo a mesma pesquisa, no ano de 2014, os homens pretos diziam que dedicavam, em média, 23,0 horas semanais a esse tipo de cuidado, enquanto que os homens pardos dedicavam 17,7 hora. Já entre os homens brancos, a dedicação ao cuidado com os filhos menores era de 21,1 hora, em média. Entre as mulheres pretas o que se via era uma média de 36,1 hora semanais de cuidado com seus filhos menores de 10 anos, já entre as pardas essa média subia para 38,7 hora. Entre as mulheres brancas a média de horas semanais gastas com esse tipo de trabalho de cuidado era de 36,1.

A discrepância entre os sexos com relação ao tempo dedicado ao cuidado com os filhos é muito grande, chega a 21 horas de diferença se compararmos os homens e mulheres pardos(as) que são os que, respectivamente, possuem menos horas de cuidado com os filhos e mais horas de cuidados com os filhos menores de 10 anos. Tais dados chamam a atenção para as questões que envolvem as paternidades negras. Esses dados não foram produzidos com base em desagregações de classe, mas uma das hipóteses para o tempo tão reduzido de cuidado com os filhos, para além das tradicionais convenções de gênero em que cuidar é papel das mulheres, podemos apontar o fato de que a população negra no Brasil precisa acumular mais horas de trabalho para que consiga suprir materialmente as necessidades de suas famílias.

Segundo os(as) autores(as) da pesquisa, os homens tendem a declarar que cumprem mais tempo de trabalho doméstico e de cuidado do que suas parceiras declaram que eles realmente fazem. Ou seja, os homens tendem a superestimar seu tempo de trabalho reprodutivo, enquanto que as mulheres tendem a declarar que cumprem menos horas de trabalho reprodutivo do que realmente cumprem. Tal fato pode estar ligado à naturalização do trabalho reprodutivo para a mulher e à supervalorização do homem quando realiza esse tipo de trabalho, que de acordo com as tradicionais convenções sociais, não seria de sua “obrigação” e nem de suas “capacidades naturais”.

Quando nos referimos ao tipo de trabalho reprodutivo que cada sexo/gênero está mais habituado a desempenhar podemos ver na pesquisa que as mulheres costumam desempenhar tarefas tradicionalmente ligadas às “obrigações femininas”, tais como: lavar e passar roupas, cozinhar e limpar a casa. Já os homens dizem se concentrar mais em ir ao supermercado, lavar a louça, cuidar dos familiares e fazer pequenos consertos. Portanto, percebe-se que mesmo a baixa quantidade de horas gastas pelos homens com o trabalho doméstico, comparadas a quantidade de horas gastas pelas mulheres, o que eles mais fazem são trabalhos “aceitáveis”, para suas imagens socialmente construídas de homens. Inclusive, praticar algumas dessas tarefas cumpre um papel de afirmação de suas masculinidades, como, por exemplo, fazer pequenos consertos.

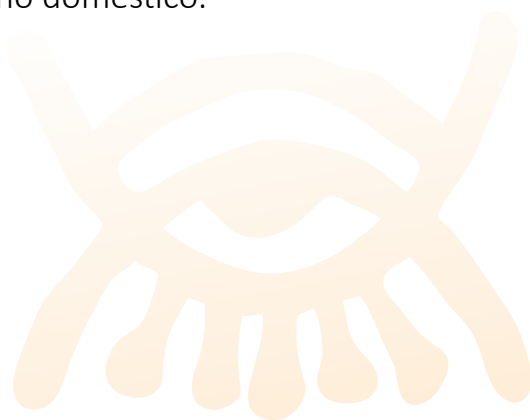
Ainda referente à pesquisa supracitada, se nos voltarmos para a pesquisa de opinião realizada pelos(as) autores(as), referente ao ano de 2014 em que perguntam se homens e mulheres negros(as) e brancos(as) concordam com a seguinte frase: “O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa”, é interessante observarmos a resposta dos homens que concordam totalmente ou em parte com essa afirmação: 31,5% dos homens brancos; 51,9% dos homens pretos; e 33,9% dos homens pardos. Segundo os autores, é observado que há um componente racial nas percepções sobre os papéis de gênero entre homens e mulheres, apesar dos resultados não levarem em consideração variáveis como escolaridade e renda.



A partir do estudo aqui exposto, são perceptíveis como se dão as dinâmicas da divisão sexual do trabalho dentro dos lares e as desigualdades baseadas em sexo/gênero, raça e classe (de forma interseccional) vivenciadas dentro das famílias. Apesar da contabilidade das horas terem componentes um tanto subjetivos — a partir do momento que os próprios participantes da pesquisa que declaravam a quantidade de horas gastas em cada atividade, diversos fatores incidem sobre essa percepção. Porém, o que se quis a partir da utilização desse estudo foi dar uma noção mais palpável e quantitativa sobre as desigualdades de gênero no âmbito do trabalho doméstico que, por muitas vezes, podem ficar no campo da discussão abstrata e que por conta das condições vivenciadas em período de quarentena, gerada pela pandemia do novo Corona vírus, pudemos ver emergir com tanta força.

### **3. Trabalho Doméstico, Meninas e o Direito a Estudar**

De acordo com o relatório “Vivendo em *Lockdown* – As meninas e a pandemia da covid-19”, elaborado pela organização *Plan International*, no final de março de 2020, cerca de 743 milhões de meninas já estavam sem ir à escola e no mundo inteiro as denúncias de violência doméstica já estão aumentando. Também é provável que a gravidez na adolescência aumente à medida que as meninas adolescentes são exploradas sexualmente e são forçadas a recorrer a estratégias arriscadas para alimentar a si mesmas e suas famílias. A partir de uma análise de evidências coletadas durante outras pandemias e epidemias, a organização enfatiza a importância de estarmos atentas(os) aos riscos vivenciados pelas meninas e mulheres, devido ao aumento de trabalho doméstico.





As meninas, numa sociedade patriarcal, são frequentemente compreendidas como mulheres em miniatura. É comum que a sociedade determine que muitos dos lugares sociais e papéis sociais desempenhados por mulheres adultas também sejam ocupados e representados por meninas, e nesse sentido, o trabalho doméstico, entendido como algo inerente a natureza feminina, é imediatamente demandado às meninas. Segundo artigo de Maria Ignez Costa Moreira, “Gênero, Trabalho Infantil e Trabalhos Domésticos de Meninas: conexões evidentes”, parte da coletânea “Ser Menina no Brasil Contemporâneo”, 75% das meninas se dedicam a afazeres domésticos após a jornada escolar, foram ouvidas meninas de 6 a 14 anos de idade: as mais novas fazem trabalhos considerados mais leves, como pôr a mesa e arrumar a cama, e as mais velhas, a partir dos 11 anos, fazem atividades como cozinhar e passar roupa e, nessa gradação, elas vão ainda na infância e adolescência, se ocupando de todo o trabalho doméstico. Como consequência disso, as meninas vivem uma dupla jornada: estudo e trabalho doméstico que incide diretamente na diminuição de seu tempo de lazer, 3 em cada 5 meninas revelam que gostariam de ter mais tempo para o lazer.

De acordo com pesquisa<sup>110</sup> do Fórum Nacional contra Eliminação do Trabalho Infantil, “trabalho infantil doméstico é toda prestação de serviços continuada, remunerada ou não, realizada por pessoa com idade inferior a 18 anos, para terceiros ou para a sua própria família.” São atividades que mesmo realizadas no âmbito do lar, violam direitos de crianças e adolescentes à vida, à saúde, à educação, ao brincar, ao lazer e, ainda, acarretam prejuízos que comprometem o seu pleno desenvolvimento físico, psicológico, cognitivo e moral. Trata-se assim, de todas as atividades que exijam responsabilidade, horas de trabalho, esforço físico inadequados para a criança e/ou adolescente, seres em condição peculiar de desenvolvimento. Cumpre dizer ainda, que o trabalho infantil doméstico, no Brasil, integra a lista das Piores Formas de Trabalho Infantil, de acordo com o Decreto Nº 6.481, 12/06/2008.

---

110 O TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO BRASIL Avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2008-2011)\* Realização: Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI Apoio: Fundação Telefônica/Vivo Ministério Público do Trabalho Brasília, junho de 2013.



Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir de dados do IBGE/PNAD 2015, foi constatado que no Brasil, o trabalho infantil é um fenômeno majoritariamente masculino, 59% das crianças e adolescentes ocupadas, entre 5 e 17 anos de idade, são meninos. Porém, no que se refere ao trabalho infantil doméstico, em 2013, 94,2% das crianças e adolescentes ocupadas eram meninas entre 5 e 17 anos de idade, a maioria negras<sup>111</sup>.

Com o advento da pandemia, acredita-se que houve um incremento no engajamento das meninas, especialmente as mais pobres e estudantes de escolas públicas na agenda do trabalho doméstico. Em rodas de conversa em todo o Brasil, as meninas alegam que a necessidade de cuidar dos irmãos mais novos, ajudar as mães com o trabalho doméstico e, muitas vezes, cuidar de pessoas doentes, incidiu diretamente na sua menor disponibilidade para assistir aulas online. Muitas dessas meninas, já com o acesso à educação precarizado, se viram enfrentando maiores barreiras nesse momento e a pandemia segue impactando no seu desenvolvimento biopsicossocial e naturalizando a sua presença na agenda dos cuidados.

---

111 TRABALHO INFANTIL E TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO NO BRASIL. Avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2012-2013). Realização Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI Apoio PLAN International Brasília, outubro de 2015.

## 4. Pandemia e paternidades negras: o acesso a discussões de gênero como instrumento de transformação de realidades


Uma pesquisa foi realizada no início do ano de 2021, pelo Instituto Promundo em parceria com o Coletivo Pais Pretos Presentes, a partir de um questionário no modelo de *survey* realizado de forma online. Uma pesquisa de pequeno porte direcionada a pais negros, em que 270 pais responderam voluntariamente. O que podemos observar, a partir dessa pesquisa, são resultados que merecem nossa atenção. 48,1% dos pais negros que participaram da pesquisa têm entre 30 e 39 anos de idade e 27,8% entre 40 e 49 anos<sup>112</sup>. Quanto ao grau de escolaridade, 47,8% desses homens possuem ensino superior completo, dentre esses, 30% possuem pós-graduação e 18,9% possuem ensino superior incompleto<sup>113</sup>. Quando nos referimos à renda mensal, a maioria deles declara receber de 4 a 10 salários mínimos, um percentual que corresponde a 31,6%, enquanto que 29% declara possuir renda de até 2 salários mínimos e 25,7% de 2 a 4 salários mínimos<sup>114</sup>. A grande maioria desses homens vivem no Sudeste do país, correspondendo a 66,3% deles; seguidos de 14,4% que vivem no Nordeste; 9,3% no Sul; 6,3% que vivem no Centro-oeste; 1,9% que vivem no Norte e 1,9% que não vivem no Brasil.

---

112 14,8% dos pais negros que participaram da pesquisa tinham idade superior a 50 anos e 9,3% tinha idade entre 18 e 29 anos.

113 14,8% dos respondentes tinham ensino médio completo; 5,6% possuíam ensino médio incompleto; 1,9% possuíam ensino fundamental incompleto e 1,1% possuíam ensino fundamental completo.

114 10,4% dos respondentes declaram que sua renda mensal corresponde a um valor de 10 a 20 salários mínimos; 3,3% declara possuir renda mensal de mais de 20 salários mínimos.



Com isso, percebemos que o perfil dominante que teve acesso à pesquisa é de homens negros mais maduros com idade acima de 30 anos, escolarizados, bem remunerados e que vivem no sudeste do país. Um perfil bastante privilegiado, se compararmos a realidade da maioria dos homens negros no Brasil. Considerando tal perfil e sem esquecer de mencionar que muitos desses homens fazem parte de grupos e coletivos voltados ao apoio e reflexão sobre as paternidades negras, no total 30% deles. Podemos, com isso, afirmar que as respostas sobre a situação das paternidades negras no período de pandemia, com relação à dedicação ao trabalho doméstico e de cuidado, representa na verdade uma parcela bastante específica desses pais que não se mostra representativa da realidade dos homens pais negros no Brasil.

Segundo a pesquisa, 47% dos pais negros participantes, durante a pandemia trabalharam em sistema de home office; 17% já estava ou ficou sem ocupação profissional durante a pandemia; 17% teve o tempo de trabalho reduzido e 18,9% não teve um aumento na quantidade de tempo que passou em casa durante a pandemia, comparado ao período pré-pandemia. Podemos observar, então, que 81% dos entrevistados passaram a ter mais tempo em casa durante esse período.

Quando voltamos ao tempo dedicado por esses homens ao trabalho doméstico durante o período de pandemia, observamos dados bastante incomuns: 44,1% dos entrevistados declararam dedicar de 1 a 2 horas diárias aos trabalhos domésticos; 34,4% declararam dedicar de 3 a 4 horas diárias e 21,5% deles declararam dedicar de 4 a 6 horas diárias aos trabalhos domésticos. Ou seja, 55,9% dos entrevistados dizem dedicar uma quantidade de horas muito acima do esperado, muito fora do que correspondem as tradicionais divisões sexuais do trabalho doméstico.

Fatores como a maior quantidade de horas passadas em casa podem influenciar esses resultados, mas não apenas isso, pois esses pais negros poderiam, mesmo assim, se dedicarem muito pouco aos trabalhos domésticos, e uma parcela considerável dos respondentes realmente assim o fazem, 44,1% dos pais negros declararam desempenhar trabalho doméstico por pouco período de tempo, de 1 a 2 horas diariamente. Porém, fatores como um alto nível de escolaridade, acesso a discussões referentes às desigualdades de gênero, raça e classe podem influenciar muito no fato da maioria dos respondentes dedicarem uma quantidade de tempo aos trabalhos domésticos que se mostra bem acima da média. Trataremos dessa questão mais abaixo.

Quando voltamos para os cuidados com os(as) filhos(as) o que vemos é alarmante, 46,3% dos pais negros participantes da pesquisa dizem dedicar de 4 a 6 horas diárias ao cuidado com estes(as); 27% deles dizem dedicar de 1 a 2 horas diárias e 26,7% declaram dedicar de 3 a 4 horas diárias. O que chama a atenção é, justamente, a grande quantidade de horas que a maioria dos respondentes declaram dedicar aos seus(suas) filhos(as), contradizendo a realidade social brasileira envolta por desigualdades de gênero em que o papel social de cuidar dos filhos é delegado às mulheres.

Não podemos nos esquecer que, como anteriormente citado nesse texto, há uma tendência dos homens de superestimarem o tempo que passam praticando trabalho de cuidado e trabalho doméstico em suas próprias casas. De acordo com as constatações dos autores da pesquisa citada anteriormente, os homens costumam declarar que fazem mais horas desse tipo de trabalho do que realmente fazem (ALVES; CARVALHO; COVRE-SUSSAI, 2017).

Porém, tais resultados também demonstram algo muito importante, que confirmam o que há muito vem se falando sobre o acesso do negro à escolaridade, ao conhecimento e à informação. Como já foi dito, o perfil de homens que tiveram acesso à pesquisa e a responderam é, em maioria, de homens negros que possuem algumas vantagens pelo acesso à escolaridade e a uma renda mensal acima da média<sup>115</sup>. Dessa forma, podemos ressaltar aqui a discussão do quão importante é a democratização dos níveis superiores e o acesso às discussões e pautas que acabam por influenciar a “vida privada” e social desses homens, como a paternidade e a divisão familiar do trabalho doméstico. “Vida privada” está entre aspas porque sabemos o quanto uma paternidade exercida com qualidade pode influenciar positivamente no âmbito social, construindo indivíduos mais preparados para uma convivência social saudável. Além do fato da divisão familiar do trabalho doméstico ser interessante não apenas ao casal (quando heterossexual) e à família, mas também à sociedade, pois todos ganham quando a mulher não é sobrecarregada com a dupla função (trabalho reprodutivo e trabalho produtivo) e pode se dedicar com mais qualidade ao trabalho remunerado e produtivo e também realizar de forma mais equilibrada e menos exploratória o trabalho reprodutivo.

---


115 Segundo dados do IBGE/PNADC, em de 2019 a média de anos de estudo entre a população negra era de 8,6 anos. Já no que se refere à média salarial, no segundo trimestre do ano de 2020, os homens negros ganhavam, em média, R\$1.950,00.

O acesso à escolaridade, aos grupos que discutem e apoiem paternidades negras e o acesso a discussões que pautem as desigualdades de gênero e outras discussões que, direta e/ou indiretamente, influenciem nessas questões na vida desses homens têm um enorme potencial de interferir positivamente na realidade dos homens negros, de suas famílias e da sociedade em geral. As políticas públicas, nesse sentido, são de extrema importância, pois tiram essas questões do âmbito individual e privado, e garantem que tais discussões sejam acessíveis a diferentes grupos de homens negros para além daqueles que conseguiram ascender socialmente via escolaridade. Ampliando assim, um tipo de discussão que permanece tão restrita entre os homens negros com condições de classe mais favoráveis que representam uma minoria. É de interesse coletivo que homens negros possam exercer seu papel social de pais com responsabilidade e qualidade é, também, dever do Estado promover condições para que isso seja uma realidade.

## **Considerações finais:**


A retomada da economia diante de um panorama de inseguranças gerado pela pandemia do vírus Covid-19 faz com que muitas mulheres e homens precisem, quando empregados(as), retomar suas atividades ocupacionais na modalidade presencial sem que haja de fato uma definição em relação ao período em que as crianças costumavam ficar na escola e passaram a estar alijadas dessa oportunidade, aqui, incrementa-se o risco de aumento do trabalho infantil doméstico ou perdas de oportunidades para as mulheres que não terão a certeza dos cuidados de suas filhas e filhos. É preciso que as políticas públicas de cuidado sejam priorizadas, sob o risco de aumentar a insegurança econômica dessas mulheres e homens e a violação de direitos de crianças e adolescentes.

Diante de uma abordagem governamental a crise sanitária que acaba por ampliar as desigualdades e que também, de maneira explícita, amplia as barreiras existentes no percurso de mulheres e meninas aos seus direitos fundamentais, a sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidados, o que impacta a saúde mental de meninas e mulheres e lhes impõe um estresse físico, além da incidência na sua produtividade, quando conciliam esse trabalho com o *home office*, possível para algumas ocupações. É necessário o investimento numa narrativa que reitere a importância do cuidado no desenvolvimento infantil, assim como no fortalecimento de vínculos de paternidades, o que possibilitaria o envolvimento de mais homens nesses afazeres.



Recentemente o governo argentino decidiu por estabelecer o cuidado com os filhos realizado pelas mulheres/mães como tempo de serviço a ser contado no sistema previdenciário de aposentadoria, acredita-se que a medida beneficiará de forma imediata aproximadamente 155 mil mulheres/mães entre 60 e 64 anos de idade. A importância dessa política pública é muito significativa para o processo de igualdade de gênero, uma vez que reconhece o trabalho de cuidado com os filhos, enquanto um trabalho de fato, e reconhece também as diferenças e desigualdades de gênero no mercado de trabalho, que não costuma manter um posicionamento que veja tais questões com relevância, mantendo uma postura de combate às disparidades entre homens e mulheres nesse meio. A partir da iniciativa do governo argentino (concretizada graças às lutas das mulheres, é claro), percebe-se a importância de uma perspectiva de gênero na elaboração de políticas públicas que visem de fato nivelar as desigualdades sociais.

O tempo para o cuidado é uma responsabilidade não apenas individual, mas também pública. As questões referentes ao trabalho produtivo e o reprodutivo devem andar juntas, uma vez que a maioria das mulheres pratica os dois, e é um objetivo que a maioria dos homens também o façam. Portanto, é necessário que o poder público e mercado privado adquiram uma perspectiva que encare os trabalhadores não como aqueles que disponham de todo o seu tempo útil para o trabalho produtivo, mas que também possuem demandas de trabalho doméstico e de cuidado em suas casas, necessitando assim de tempo hábil para suprirem tais demandas. Colocamos aqui, então, a redução da jornada de trabalho como uma pauta necessária, não apenas para fins individuais, mas também sociais. Tal pauta se faz muito importante também em contexto de pandemia, já que diante dessa situação as demandas domésticas aumentam significativamente.



## Recomendações:

A seguir, são propostas algumas recomendações para a ação diante de um quadro como esse de quarentena gerada por pandemia, a fim de remediar tal situação que acaba por agravar as desigualdades sociais de gênero, raça e classe:

- Manutenção do auxílio emergencial para desempregados(as), trabalhadores(as) informais e em condições de vulnerabilidade social durante a pandemia, porém no valor de um salário mínimo com possibilidade de duplicação do valor para mães solteiras.
- Implementação de programas de fortalecimento das paternidades para trabalhadores, tanto no setor privado quanto no setor público.
- Implementação da resolução 180 do CONANDA, com foco no recorte de gênero para políticas e serviços para as infâncias.
- Elaboração e implementação dos planos estaduais e municipais de primeira infância, com foco especialmente em promoção da parentalidade, cuidado e paternidades.



## Referências bibliográficas:

- ALVES, José; CARVALHO, Angelita; COUVRE-SUSSAI, Maira. **Divisão do trabalho doméstico e suas interfaces com gênero e raça no Estado do Rio de Janeiro**. In: Entre a casa e o trabalho. ARAÚJO, Clara; GAMA, Andrea (orgs.). Rio de Janeiro: ABE Graph Gráfica e Editora, 2017. 312p.
- BATTHYÁNY, Karina. Los Tiempos del cuidado en Uruguay. In: (editora) BATTHYÁNY, Karina. **Los Tiempos del bienestar social**. Género, trabajo no remunerado e cuidados en Uruguay. Montevideú: Inmujetes- Midi, 2015.
- BRASIL. Gênero e Número. **Relatório pesquisa Sem Parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. São Paulo, 2020. Acessado em: [http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf)
- BRASIL. PLAN INTERNATIONAL BRASIL. **Ser Menina no Brasil contemporâneo – Crescendo entre direitos e violências**. Curitiba, 2016.
- BRASIL. **Vivendo em Lockdown – As meninas e a pandemia da covid-19**. Plan International. Inglaterra, 2020.
- CAMARANO, Ana Amélia. Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido? In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010.
- GAMA, Andréa. O conflito trabalho e vida familiar na produção/reprodução social capitalista. In: **Trabalho, família e gênero: impactos dos Direitos do Trabalho e da Educação Infantil**. São Paulo: Editora Cortez, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- HIRATA, Helena & KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez, 2007.
- IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/retrato/> >. Acesso em: jan. 2021.
- FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. p. 388.
- FNPETI. **O trabalho Infantil doméstico no Brasil – Avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2008-2011)** Brasília, 2013.
- FNPETI. **O trabalho Infantil doméstico no Brasil – Avaliação a partir dos microdados da Pnad/IBGE (2012-2013)**. Brasília, outubro de 2015.
- KERGOAT, Danièle. Verbete divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al (orgs). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.
- MOREIRA, Maria Ignez. Gênero, Trabalho Infantil e Trabalhos Domésticos de Meninas: conexões evidentes. In: FREITAS, Lêda; SANTOS, Benedito (orgs). **Ser menina no Brasil contemporâneo. Marcações de gênero em contexto de desigualdade**. 1 ed., CRV: Curitiba, 2016.




# Paternidades negras e quilombos virtuais

**Humberto Baltar**

Para que a leitura deste capítulo faça sentido, primeiramente precisamos definir “quilombos virtuais”. O termo “quilombamento” tem sido muito utilizado e seu sentido vem sendo reduzido à ideia de reunião de pessoas negras. Entretanto, nem todo grupamento preto é um quilombo, pois é possível que pessoas negras que reproduzem a lógica propagada pela branquitude também se reúnam. Entende-se por “quilombo” um local de acolhimento para pessoas negras que buscam romper com a supremacia e os valores da branquitude, incluindo o machismo, que prega a superioridade do homem branco cis heterossexual sobre todos os demais seres humanos. Uma marca constante destes espaços, sejam eles, presenciais ou virtuais é a escuta ativa. Escutar é um dos princípios mais fundamentais da ancestralidade africana, já que a mesma se baseia na tradição oral.

## 2.1 Sankofa, o retorno


Por causa do racismo estrutural que promove o apagamento das subjetividades negras diuturnamente, a situação das paternidades negras no Brasil se torna uma pauta emergencial. Não é possível abordar a temática apenas como uma modalidade de paternidade a ser discutida em rodas de conversa ou grupos temáticos, porque existe uma ação ou diversas ações de aniquilação de toda forma de apreço, cultivo e promoção da ancestralidade africana e seu legado. Mesmo considerando apenas a sociedade e cultura brasileira e deixando de lado o legado africano e as raízes da negritude, quando homens pretos buscam grupos de masculinidade e paternidade com o intuito de trocar experiências e compartilhar vivências, fica nítida a impossibilidade de abordar a fundo as angústias, dilemas e anseios derivados das questões raciais.



Isso acontece porque para os não negros, falar da questão racial é falar de racismo. A única centralidade ou protagonismo possível para a pessoa negra nesses espaços é quando ela aborda as mazelas e opressões impostas pelos racistas. Portanto, concluímos que até quando o negro fala sobre a questão racial em grupos mistos, ele precisa devolver a centralidade do seu discurso à branquitude. Isso não seria um problema se a partir disso surgissem discussões profundas sobre o *modus operandi* da branquitude e uma autoavaliação de posturas por parte dos próprios sujeitos brancos presentes, mas normalmente não é o que acontece. Partilhas dessa natureza costumam terminar em pedidos de desculpas em nome de todos os brancos e um abraço coletivo.

O problema desse desfecho tão comum, que segue o desabafo de pessoas negras nesses grupos, é que as questões mais urgentes para a promoção do antirracismo permanecem intocadas mesmo no nível micro entre os participantes. Nada se fala sobre representatividade, contação de histórias protagonizadas por personagens negros e escritas por autores e autoras negros(as), bonecos, bonecas e animações negras, literatura que promova o letramento racial, etc. Falando de uma perspectiva individual, desde a descoberta da minha paternidade em 2018, fiz parte de dezenas de grupos, rodas de conversa e até congressos de paternidades de alcance nacional e, para a minha surpresa, em praticamente todos eles a questão racial foi abordada superficialmente.

Se voltarmos ao início de nossas vidas, lá na primeira infância, nos damos conta de como o racismo é parte de uma engenharia meticulosamente orquestrada para afastar as pessoas negras de suas origens e aproximá-las o máximo possível dos valores e ideais da branquitude. Quando pensamos nos desenhos animados que assistimos, nos livros que lemos na escola e até mesmo nas aulas que tivemos, nos damos conta de que raramente havia protagonistas negros. Considerando que o Brasil possui a maior população negra fora do continente africano, é de se esperar que haja personagens negros em praticamente toda manifestação cultural ou socioeducativa apresentada em escolas, universidades ou teatros brasileiros, entretanto, não é isso que vemos.



Essa reflexão é importante porque nos leva a perceber que se não houver um esforço consciente de nossa parte, não conseguimos nos cercar de referências negras, seja qual for a área de interesse em questão. Com as discussões sobre paternidades não é diferente. Existem dezenas de grupos de apoio, rodas de conversa e eventos de paternidades no Brasil. A sensação de ser um pai negro nestas iniciativas é sempre frustrante em alguma medida, porque chegamos muito animados para trocar experiências, compartilhar nossas vivências e construir conhecimento, mas basta abrimos a boca e surge uma série de demonstrações de empatia que, muitas vezes, sequer nos permitem terminar nossa fala. Há uma avidez de se demonstrar antirracista e pouca escuta concreta.

Dessa forma, fica evidente a necessidade de promover espaços exclusivos de pais negros onde eles possam se sentir à vontade para expor suas dores, frustrações, incertezas e medos. Esse nível de acolhimento, normalmente, só é encontrado entre pessoas semelhantes, que vivenciam medos e desafios parecidos com os nossos. Na busca por um espaço assim, o retorno às memórias de pouca representatividade na infância, me levou a procurar outros pais negros nas redes sociais para conversar sobre masculinidades, paternidades e nossas vivências, assim nasceu o coletivo Pais Pretos Presentes. A partir do retorno ao começo de tudo.

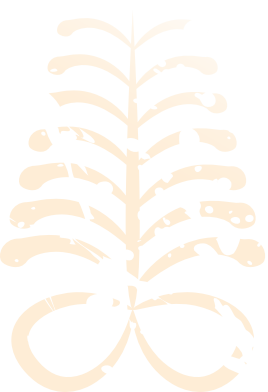
Os relatos compartilhados no coletivo me confirmaram o que eu já suspeitava há muito tempo: havia uma dor em muitos pais negros que era reprimida, por não encontrar um ambiente seguro para ser abordada. Por saber da dificuldade de compreensão das questões do racismo, muitos desses pais deixavam os grupos de paternidades e masculinidades para falar de coisas objetivas, como a melhor marca para determinado produto de cuidado com os filhos ou discussões sobre a cama compartilhada, por exemplo. O anseio pela escuta ativa se mostrou como a maior questão entre os pais que buscavam o coletivo. Um dos pais compartilhou, por exemplo, que ele e a esposa haviam perdido a filha e só a mãe da criança recebia flores, abraços, consolo e amparo, enquanto ele nem sequer era enxergado. Isso gerou uma discussão muito intensa sobre a invisibilidade das emoções do homem negro.

A escuta ativa se mostrou o elemento mais importante nos coletivos, grupos de acolhimento, rodas de conversa e redes de apoio paternas que encontrei, proponho que façamos o mesmo neste relatório. Vamos exercitar o ouvir e nos colocar no lugar do outro na tentativa de contemplar a necessidade da existência de quilombos virtuais para pais negros. Enquanto representante do coletivo Pais Pretos Presentes, convidei dois pais de três grupos de paternidade negra para compartilharem um pouco de sua percepção conosco.

## 2.2 Coletivo Pais Pretos Presentes

*“A experiência da paternidade sendo membro do coletivo Pais Pretos Presentes (PPP) é tocante em vários aspectos, eu particularmente não havia tido um convívio rotineiro com bebê ou criança, além disso, ser pai e construir uma família não estava entre meus sonhos e metas de vida, só aconteceu, encontrei minha companheira, casamos e depois de um tempo chegou nosso bebê”.*

*“Felizmente pude contar com exemplos de paternidades negras presentes e diversas entre pai, tios, padrinho e avós, cada um com sua forma de ser e de paternar sendo pretos. Apesar dessa riqueza que, sem dúvida, me constitui em muitos aspectos, os tempos são outros, muitas coisas mudaram, e eu também sou único, procuro, portanto, constituir minha paternidade a partir do que eu acredito hoje. Nesse sentido o coletivo serve, sobretudo, para falar de amor, de cuidado, de fortalecimento, de autoestima. É naturalizar o tempo todo um homem negro amar. É lembrar o tempo todo que diferentemente da imagem que tentam nos impor, somos humanos e, portanto, aptos a amar e sermos amados individualmente e em comunidade, e sobretudo estamos muito presentes tal como nossos ancestrais!”*



*“A paternidade nos dá uma chance de olhar para si e se ressignificar. Fazer parte do coletivo traz nessa nova jornada um entendimento de que não estamos sós, somos ubuntu. Juntos, aquilombados, somos potência e ao homem preto cabe receber todo amor, inclusive o próprio, o mesmo amor que é a essência do paternar preto.”*

*Cauê Ranzeiro, sociólogo e fundador do Instituto Formação Antirracista.*

*“Participar de um coletivo de pais pretos é pertencimento, é irmandade, é ressignificação, é busca, é descoberta, é amor, é origem, é ser protagonista, é uma corrida em conjunto e não individual. Participar do coletivo Pais Pretos Presentes é uma decisão de saber de onde viemos, entender onde estamos e ter certeza que nós determinaremos para onde iremos e não o outro.”*

*Rodrigo Gaspar, idealizador do Instituto Pai por Inteiro.*

## **2.3 Grupo Ciranda dos Pais Pretos, no WhatsApp**

*“Ao criar o grupo, a ideia era ter um espaço em SP onde a paternidade Preta pudesse ser discutida e celebrada não só nas redes, mas, sobretudo presencialmente. Ser pai preto é uma conquista, uma celebração à vida e uma luta diária contra estereótipos de homem negro violento e que abandona os filhos. Ser pai é a melhor parte de nós. Sou pai de 3 meninas e a descoberta de cada uma foi de uma maneira distinta, mas todas com muita alegria. A mais nova estava na Colômbia e foi um susto total, pois eu já não estava com a mãe, mas foi recebida com muita alegria. O grupo conversa pouco nessa quarentena/pandemia, mas articula muito entre os membros. É um lugar de amizade e também de refúgio. A discussão das paternidades avançou muito mais, devido a iniciativas como Os Pais Pretos Presentes ou a Ciranda, mas não a uma maneira em que se tenha uma Política Pública. Porque a paternidade e, sobretudo, a paternidade negra é vilipendiada e estamos em reconstrução desde que o Primeiro Pai Preto foi “trazido” para cá.”*

*Rodrigo Faustino, empreendedor e fundador do curso Ebony English.*

*“Participo do grupo Ciranda dos Pais Pretos para trocar ideias, conhecimentos e desabafo, embora nem sempre tenho respostas. É uma barra ser um pai preto, ter que ensinar principalmente o menino a se comportar no mundo em que vive. Mas ele foi muito desejado. Eu acompanhava minha esposa a todo canto, quando saiu o resultado disse: ‘agora só falta escrever um livro, pois árvores já plantei várias.’ Eu não observo muito impacto dos grupos nas paternidades, às vezes leio um texto, mas não vejo interação, talvez seja minha culpa. Para mim a discussão não está avançando, pois muitos pais pretos são divorciados e não conseguem viver muito com seus filhos. A justiça, às vezes, não faz JUSTIÇA.”*

*João Carlos Araujo, professor e gastrônomo.*

## **2.4 Grupo “Paternidade Preta!” no WhatsApp**

*“Criei o grupo Paternidade Preta porque me vi sozinho enquanto homem negro diante de situações familiares e precisava trocar ideias. Achei colegas em grupos de profissionais negros e amigos da vida que foram tendo filhos. Pessoalmente, a paternidade foi a melhor coisa que me aconteceu, pois me revigoro com a minha filha. Percebo que a sociedade não está acostumada a ver homens negros na figura de pai e isso me fez rever todo o meu círculo social. Mas eu não recebi a notícia da paternidade da melhor forma, confesso. Mas tratei com normalidade, porque cresci dentro de uma família grande e unida, que aceita bem a expansão do sobrenome e do sangue. Vejo o grupo no WhatsApp como um espaço seguro. Isso é o mais importante.*

*Existem poucos homens pretos vivos no ocidente, então não é fácil ver nossas ideias propagadas por aí. Se tentamos trocar ideias em espaços com pessoas de outros gêneros e etnias, somos rapidamente tolhidos e nossas ideias são sempre relativizadas e desvalorizadas. Os membros enxergam o grupo como um espaço seguro para exposição de ideias e sentimentos. Graças a grupos como Pais Pretos Presentes, a discussão se organizou e quebrou algumas barreiras. Mas não foi para o mainstream porque ao meu ver pode, mesmo sem intenção, incomodar algumas pessoas.”*

*Aquiles Filho, publicitário e cocriador do grupo Paternidade Preta.*



*“Participo de um grupo de conversação sobre paternidade desde que notei que me faltava uma série de coisas relacionadas à masculinidade. O processo em que me vi sendo surpreendido por vários questionamentos, e isso veio logo após a minha separação da mãe do meu primeiro filho, tinha muito do notar que eu era carente de repertório sobre questões diretas da minha condição de homem, hétero cis. Encontrei o grupo, em que faço parte até hoje, em uma conversa com o perfil @papodepai, que me indicou o podcast @afropai, e através das audições de cada programa e do contato que tive com os membros do programa acabei recebendo o convite para me integrar ao grupo.*

*Fiz todo esse trajeto histórico para indicar o quanto foi complicado e o quanto é trabalhoso encontrar esse tipo de iniciativa, graças à escassez de ofertas, de conversa ou de exemplos a seguir. Ser pai preto é uma questão complexa, já que ser pai e ser preto por si só já daria uma discussão longa sobre o assunto. Paternidade preta para muitos é sinônimo de ausência, mas temos uma série de questões a serem discutidas e resolvidas dentro do assunto “homem preto”, um desses assuntos é a paternidade. Essa ausência é em muitos momentos e conversas debatidas, mas sem muito aprofundamento na causa do abandono. Morte, reclusão de liberdade são alguns dos muitos motivos que trazem nebulosidade a discussão.*

*A paternidade preta também é acompanhada por uma série de responsabilidades ligadas ao racismo. Precisamos informar nossos filhos sobre, e ensinar eles a terem um bom repertório para saber lidar com o assunto, mas sem ao menos termos esse repertório. Por isso creio ser complexo. Tenho dois filhos, e as duas vezes foram bem parecidas em um aspecto, eu acusei a gestação antes delas serem confirmadas por exames. Parecia uma premonição. Acho que isso me furtou a sensação de surpresa e me deu outras sensações tão boas quanto. O grupo no WhatsApp se torna um canal de confiança, uma oportunidade de troca e acolhimento, e que acusa nos membros uma resposta aos chamados feitos por quem pede ajuda. É como se o membro entendesse que, se o outro está chamando por uma resposta, eu preciso participar junto a ele dessa questão.*

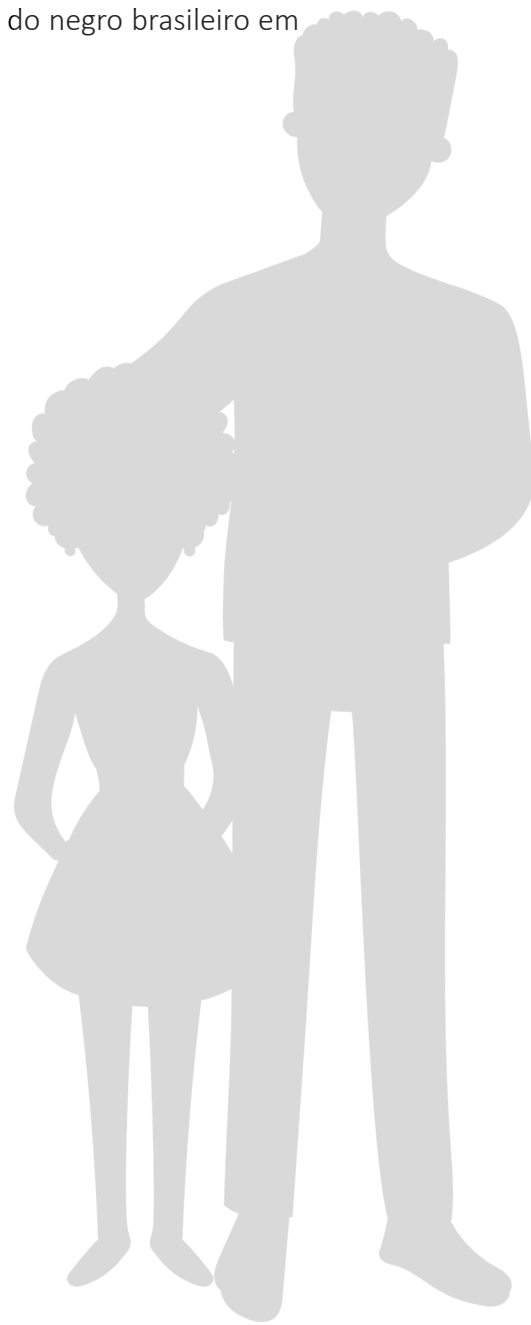
*Acredito que estamos em um bom momento, já que surgem discussões inúmeras sobre temas de masculinidade, mas acho que algumas de nossas demandas estão sendo atropeladas por demandas externas a pais e a homens. As conversas de paternidade deveriam ser baseadas nas protagonizadas por homens que, por sua vez, deveriam pensar e repensar suas questões, desde as necessidades iniciais, mas me parece que somos, constantemente, atravessados por questões e demandas de outros grupos que já estão mais avançados em suas questões, como mulheres e o público lgbtq+, e que acabam tornando nossas questões muito urgentes e reativas, por conta das demandas que precisam ser reparadas, que geram dificuldades a eles. Isso nos gera um conflito de interesses, demandas. E ordem de necessidades, mas creio que há solução.”*

*Márcio Joviano, membro do grupo Paternidade Preta!*

Como podemos ver, o pertencimento a grupos de acolhimento exclusivo para pais negros suscita sentimentos e emoções fortes e intensas entre os membros. Há um forte senso de unidade entre os membros e a percepção de estar em um ambiente seguro para abordar as próprias vivências, fraquezas, conflitos, dúvidas e anseios é um ponto forte, dada a dificuldade comumente observada entre homens para expressar o que sentem. Especialmente no atual cenário da pandemia e isolamento social, espaços como estes grupos se revelam verdadeiros espaços de cura para o homem negro. Que iniciativas dessa natureza sejam fomentadas, valorizadas e multiplicadas entre os diversos estados do país, já que a pesquisa do relatório, infelizmente, sinalizou uma concentração da maioria das respostas no eixo Rio-São Paulo, sugerindo que a discussão em torno das masculinidades e paternidades negras ainda é elitizada e acessada por poucos.

## Referências Bibliográficas:

- BALTAR, Humberto. **Seja Homem**. Rio de Janeiro: Conquista, 2021.
- HOOKS, Bell. **Vivendo de Amor**. São Paulo: Editora Caravela, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NOGUERA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639/03**. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.
- RIBEIRO, Katiúscia. **Kemet, Escolas e Arcádeas: A Importância da filosofia Africana no Combate ao Racismo Epistêmico e a Lei 10.639/03**. Rio de Janeiro: CEFET, 2017.
- SOMÉ, Sobonfu. **O Espírito da Intimidade**. São Paulo: Odysseus, 2003.
- SOUSA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes de identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro. Graal, 1983.



# Conclusão

Esse documento se propôs a colocar lupa em um modelo de paternidade que durante séculos é posta a margem da sociedade brasileira. As discussões sobre paternidades negras no Brasil são recentes e ainda ocupam espaços periféricos. Não que elas não existissem antes, já que desde o descobrimento, com a vinda dos primeiros navios negreiros, os homens negros se encontram nas terras brasileiras, mas pela cultura do racismo que subalterniza, violenta, exclui e marginaliza as pessoas de peles pardas e pretas.

O Promundo discute há mais de 01 década o tema da Paternidade, e a cada biênio realiza um relatório sobre a situação das Paternidades no Brasil, e somente agora se sentiu seguro para trazer um estudo exclusivo sobre paternidade com recorte racial. A decisão da instituição foi transformar um tema, que antes era posto na perspectiva da transversalidade, como tema central em um estudo inédito no Brasil. Como já trazido nesse documento, o grupo de pesquisadores encontrou muita dificuldade na busca por materiais sobre paternidades negras no Brasil. Em alguns casos, não existem estudos e dados relacionados às paternidades negras. Nesse sentido, esse é um estudo de vanguarda. Esse documento não conseguiu abarcar todos os pontos relacionados à temática, e nem tinha essa ambição. Mas tinha como principal intuito inaugurar essa discussão.

A KNH Brasil e a Comic Relief são as fundações que, historicamente trabalham com infâncias e, corajosamente, financiaram esse relatório. Debruçar-se sobre a discussão de paternidades, para a promoção de paternidades participativas e cuidadoras, tem impacto direto no desenvolvimento de crianças e adolescentes. A proposta é que esse material possa influenciar na política pública brasileira e nas intervenções sobre paternidade em diferentes contextos do país. Não é possível voltar atrás depois que um estudo como esse é posto no mundo! Essa pesquisa incentiva os gestores públicos das diferentes regiões do país, de forma sensível, a olharem e implementarem políticas públicas para figuras paternas com foco no recorte étnico-racial.

# Glossário

## Ações Afirmativas

Conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado, com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória.

## Aculturação

Processo de transformações/adaptações sofridas por manifestações culturais de uma ou mais culturas, quando em contato com outra.

## Africanidades brasileiras

Expressão cunhada por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva que se refere às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Seriam os modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprio dos negros brasileiros e, de outro lado, as marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia a dia. Mais do que as manifestações em si, o conceito se refere aos processos de formação dessas manifestações. As africanidades, portanto, estão associadas ao modo de ver, de viver e de resistir, culturalmente, dos africanos e afrodescentes, presentes na cultura brasileira.

## Alteridade

Refere-se à natureza ou condição do outro. A alteridade se dá no reconhecimento do outro, a partir de nós mesmos. É possibilidade de se colocar no lugar de outro indivíduo ou grupo e, na medida do possível, viver a experiência alheia. Podemos dizer que as identidades são derivadas da diferença e da alteridade. A alteridade permite ampliar a realidade por meio do conhecimento e da experiência de outras formas de vida, baseadas em diferentes crenças, categorias classificatórias e entendimentos.





## **Ancestral**

Relativo ou próprio dos antepassados; linha de ascendência familiar; muito antigo, remoto.

## **Antirracismo**

Opinião, movimento ou manifestação que se opõe ao racismo.

## **Aquilombamento**

Forma de resistência da cultura negra brasileira a partir do retorno à ideia originária dos quilombos, porém, como um lugar de afeto, acolhida e compartilhamento de conhecimentos.

## **Assédio moral**

Atos cruéis e desumanos que caracterizam uma atitude violenta e sem ética nas relações de trabalho, praticada por um ou mais chefes contra seus subordinados. Trata-se da exposição de trabalhadoras e trabalhadores a situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de sua função, caracterizadas por serem repetitivas e prolongadas ou em períodos constantes, ou ainda, no desempenho de atividades temporárias ou periódicas.

## **Assimilação**

Processo de tornar-se semelhante por meio de práticas culturais. A assimilação é um processo complexo que deve levar em conta o contexto social e político em que se encontram os grupos em questão.

## **Autonomia das mulheres**

A noção de autonomia se refere à capacidade das pessoas em tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de maneira que possam ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, no contexto histórico e cultural em que vivem.

## **Beleza**

Qualidade, propriedade, caráter ou virtude do que é belo. Corresponde a certas normas, definidas socialmente, de equilíbrio, plástica, proporções harmônicas e outras qualidades similares. Ou seja, a definição de belo é uma construção social, reverberada e potencializada pelos meios de comunicação.

## **Branco**

Humanos caracterizados em particular por uma fenótipo claro da pele. O termo é geralmente usado para se referir a indivíduos com características físicas historicamente associadas às populações da Europa. Por vezes, o termo é usado como sinônimo de caucasiano podendo referir-se a brancos não-hispânicos ou especificamente a anglo-americanos. A definição de branco também varia de acordo com contextos históricos e geográficos.

## **Branqueamento**

Seria a negação da ancestralidade africana pelo negro; uma tentativa de superação de uma suposta inferioridade que sua cor e seus caracteres físicos representavam. Estudos mais recentes apontam uma dualidade nas ideias de branqueamento, na mesma medida em que há um complexo de inferioridade do negro, há um sentimento no branco de certa superioridade.

## **Branquitude**

A branquitude é uma função social comum em parte da população mundial, e que coloca o fenótipo europeu no topo da pirâmide social. “Fundamenta-se na herança da colonização e do escravagismo e presume um consenso em torno dessa herança, para reproduzir hierarquias internas. Faz parte de um discurso identitário pouco explícito e não por isso menos poderoso.” (Liv Sovik)

## **Cidadania**

Expressa a igualdade de todas as pessoas perante a lei, o pertencimento a uma sociedade organizada. Qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticos, socioeconômicos do seu país, estando sujeitas a deveres que lhe são impostos. Cidadania pode ser entendida, ainda, como a participação consciente e responsável da cidadã e do cidadão na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados.





## **Cidadão**

Pessoa que pertence a uma sociedade organizada, sendo titular de direitos e obrigações; quem participa da vida social e política através do voto e de outras formas; cidadã ou cidadão do mundo: pessoa que exerce sua participação social e política independentemente de fronteiras.

## **Coletividade**

Designa pessoas reunidas em categorias, classes, constituindo um conjunto, um todo. Nas mobilizações sociais de hoje, a figura de uma coletividade expressa um conjunto de pessoas movidas por um ideal comum. Juntas, pressionam e atuam para a obtenção de um bem coletivo, a exemplo da comunidade de um bairro que vai à prefeitura reivindicar escola, serviços médicos, segurança ou outros serviços e bens coletivos.

## **Colonialidade**

Refere-se à mentalidade colonial ainda presente no imaginário popular. Mentalidade que organiza o mundo ainda sob a perspectiva de grupos ou “raças” inferiores e superiores, colonizados e colonizadores. Mesmo que as nações tenham se tornado independentes, as construções mentais provenientes do período colonial são transmitidas de geração em geração. As mentes colonizadas formam a última e a mais duradoura herança colonial.

## **Constituição**

É a lei maior do país, a lei fundamental, e nela estão definidas as formas de organização do poder e os direitos individuais, sociais e coletivos, bem como estão indicados os meios para a garantia desses direitos. Todas as demais normas jurídicas do país devem estar de acordo com a Constituição Federal.

## **Controle Social**

Conjunto de meios utilizados numa sociedade — positiva ou negativamente — para obter dos indivíduos o cumprimento das normas sociais, morais, religiosas e jurídicas vigentes. Os controles podem ser internos e externos, diretos e indiretos.



## **Cotas**

Uma das muitas formas de ação afirmativa. Especificamente, as cotas têm o objetivo de reverter uma situação de desvantagem histórica, que atinge minorias ou grupos subalternizados, como negros e mulheres, frente à ocupação de cargos políticos, conquistas de vagas no mercado de trabalho ou ao ingresso no ensino superior.

## **Cota Racial**

Cotas raciais são reservas de vagas em vestibulares, provas e concursos públicos, destinados a pessoas de origem negra, parda ou indígena.

## **Cuidado**

Dedicar-se a uma pessoa, proteger, cuidar de sua saúde e/ou bem-estar.

## **Cultura**

Desde a primeira definição de cultura, de Edward Tylor, em 1871, os antropólogos tentam chegar a um consenso para o conceito. De acordo com Roger Keesing, a cultura pode apresentar três diferentes abordagens: (1) como um sistema cognitivo, com uma análise dos modelos construídos pelos membros de um grupo para compreender o próprio universo. Sendo assim, a cultura é um sistema de conhecimentos e crenças que os indivíduos devem dominar para participar dentro da sociedade em questão; (2) como sistemas estruturais, uma criação acumulativa, produto da mente humana, que estabelece um sistema simbólico. O conceito de cultura também pode ser definido como sistemas simbólicos, um conjunto de mecanismos de controle, como valores, crenças, mitos, relações que governam o comportamento humano. Clifford Geertz faz a analogia entre um programa de computador e cultura. Para ele, todo homem e mulher nascem geneticamente aptos a receber qualquer “programa”, isto é, toda criança está preparada para ser socializada em qualquer cultura. Será o contexto cultural que limitará essa miríade de possibilidades humanas. Nesse contexto, a cultura funciona como lentes através das quais enxergamos o mundo (Benedict, 1972). Portanto, culturas diferentes fornecem diferentes visões de mundo.





## **Desigualdade**

Falta de equilíbrio entre duas ou mais partes. Normalmente o termo está relacionado com questões sociais e de acesso a direitos, ao mesmo estilo de vida, a serviços e a oportunidades. Fenômeno que tem a ver com o estabelecimento de hierarquias sociais, diferenças e distinções entre homens e mulheres, classes ou outros grupos sociais.

## **Desigualdade racial**

Toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

## **Diáspora**

Do grego dia, significa dispersão e difusão. Inicialmente utilizado para definir a traumática experiência de exílio dos judeus, o conceito também se refere à experiência de dispersão forçada ou não de armênios e africanos.

## **Diferenças e desigualdades**

Diferenças são modalidades do ser — como gênero, etnia, idade —, inerentes à diversidade humana e que não podem ser evitadas pela ação do homem. Ao contrário, as desigualdades — sociais, econômicas, políticas — não são modalidades do ser. Caracterizam-se como produtos históricos e sociais, ou seja, situações passíveis de serem revertidas.

## **Direitos Humanos**

Direitos e liberdades básicas a que todas as pessoas têm direito. Os direitos humanos não são privilégios, mas sim o que define a humanidade, independentemente de onde as pessoas moram, suas crenças, suas raças ou cultura. A “Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas” codifica direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais universais.

## **Discriminação**

Ação cujo objetivo é separar, apartar, discriminar, dificultando ou impedindo o acesso e a permanência de pessoas e/ou grupos; a discriminação é a dimensão visível do preconceito, seja ele étnico-racial, de gênero, sexualidade, idade, classe social, religiosidade.

## **Discriminação racial**

Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

## **Empoderamento**

Aumento da capacidade de organização do grupo, que possibilita ganhos políticos e alteração das relações econômicas e sociais de hierarquia em que se encontram os indivíduos. Processo de tomada de consciência crítica, conquista e superação por parte de grupos ou pessoas que viviam situações de opressão. Neste sentido, empoderamento significa a conquista da condição e da capacidade de participação, inclusão social e exercício da cidadania.

## **Empoderamento das Mulheres e Meninas**

O empoderamento das mulheres e das meninas é superação dos obstáculos da desigualdade estrutural que as colocam em uma posição de desvantagem. O empoderamento social, jurídico e econômico das mulheres e meninas é tanto uma meta quanto um processo. Os meninos e homens, em todos os níveis, podem apoiar ativamente o empoderamento das mulheres e das meninas.





## **Equidade**

Reconhecimento e garantia à igualdade de direito e de oportunidades de cada indivíduo ou grupo na sociedade, que independe da lei propriamente dita, mas de um sentimento do que se considera justo, tendo em vista as causas e as intenções.

## **Equidade de gênero**

Igualdade entre homens e mulheres, meninos e meninas, através de medidas que compensem as desvantagens sociais e históricas, e considerem as diferentes necessidades, para que tenham acesso aos mesmos direitos.

## **Estereótipo**

Pensamento ou representação de indivíduos e/ou grupos, produto de ideias preconcebidas, inadequadas e generalizantes, nutridas pela falta de conhecimento real sobre o grupo em questão.

## **Estigma**

De origem grega, o termo significa marca, sinal, mancha. Erving Goffman conceitua estigma como atributos reconhecidos como negativos e utilizados para classificar e desqualificar indivíduos ou grupos. Sexo, sexualidade, cor da pele, deficiência física, religiosidade que diferem daquilo que determinadas sociedades classificam de “normal”, são estigmas sociais.

## **Estupro**

Qualquer contato físico ou ato libidinoso contra a vontade da vítima, diante de força ou ameaça, é estupro. Isso vale para sexo vaginal, anal ou oral. E inclui também beijos forçados ou passadas de mão no transporte público, por exemplo. Todos esses casos podem ser punidos por lei com até 10 anos de prisão. Se a vítima for menor de 14 anos, a pena pode ir para 15 anos.

## **Ética**

Diz respeito às relações sociais e morais de determinado grupo social, em determinado espaço físico e temporal. Conjunto de prescrições admitidas numa época e numa sociedade determinadas.

## **Etnia**

No sentido contemporâneo, etnia se refere a um grupo ou nação, possuidor de algum grau de coerência e solidariedade, cujos componentes têm consciência de uma origem e de interesses comuns. Etnia não se refere, meramente, a um agregado de pessoas ou a um segmento da população, mas a um coletivo autoconsciente, cujos indivíduos são aproximados por experiências compartilhadas.

## **Étnico-racial**

Conceito que associa aspectos da etnicidade com a ressignificação do termo raça. Etnicidade refere-se, nos dias atuais, à consciência de grupo gerada por uma experiência comum de adversidade econômica, política, cultural. Raça enfatiza a necessidade de ressignificar um termo utilizado para hierarquizar grupos fenotipicamente diferentes.

## **Etnocêntrico**

Aquele cujas referências de uma cultura são tomadas como superiores. Aquele que interpreta o mundo a partir dos valores de determinada cultura, geralmente aquela em que o indivíduo foi socializado.

## **Eugenia**

Movimento social, iniciado pelo inglês Francis Galton, com base em uma ciência aplicada ao melhoramento das potencialidades genéticas humanas. Para Galton, as capacidades mentais eram transmitidas hereditariamente e de formas diferentes em grupos e raças.

## **Eurocêntrica**

Cujas referências são europeias; que interpreta o mundo a partir dos valores da cultura europeia.

## **Feminismo**

Pode ser compreendido como um movimento social e político, que tem como objetivo conquistar o acesso a direitos iguais entre homens e mulheres, ou seja sem hierarquias de gênero.





## **Feminismo negro**

É compreendido aqui como um movimento social, político intelectual-teórico de mulheres negras empenhado com a mudança social, sobretudo no que se refere à luta antirracismo contra o machismo, sexismo e outras formas de discriminação em um campo ideológico, no qual estão inseridas essas sujeitas.

## **Fenótipo**

Manifestação visível ou detectável da composição genética do indivíduo.

## **Gênero**

Refere-se à forma como somos educadas(os), ou seja, como nossas atitudes, comportamentos e jeitos acabam sendo determinados pelas expectativas que a sociedade tem sobre o que é ser mulher ou homem.

## **Homofobia**

Discriminação contra gays em razão de sua identidade afetivo-sexual diversa do esperado pela sociedade, isto é, por sentirem atração sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo.

## **Identidade**

Refere-se ao pertencimento do indivíduo com relação a um determinado grupo social, a partir de afinidades culturais, históricas, linguísticas. Stuart Hall conceitua identidade como uma categoria discursiva que abarca formas de falar, práticas sociais, características físicas, etc., e como tal, é fortemente marcada por disputas de poder. Deve ser compreendida como um processo contínuo e dialético entre o indivíduo e a sociedade, quando o primeiro projeta-se em identidades culturais disponíveis, permitindo fortalecer, manter, modificar ou remodelar a própria identidade. Um indivíduo não apresenta uma única identidade, mas várias, por vezes até contraditórias ou mal definidas. As identidades não são essenciais, unificadas ou permanentes. São construídas por processos histórico-culturais, portanto, dinâmicas.

## **Identidades afetivo-sexuais**

Diz respeito à atração/desejo que se sente por outras pessoas, sendo elas: Heterossexual (quem possui afeto e/ou desejo sexual por pessoas do sexo biológico oposto); Homossexual (quem possui afeto e/ou desejo sexual por pessoas do mesmo sexo biológico). A homossexualidade se subdivide em duas identidades: lésbicas (mulheres que se relacionam afetivo/sexualmente com outras mulheres) e gays (homens que se relacionam afetivo/sexualmente com outros homens); Bissexual (quem possui afeto e/ou desejo sexual por pessoas de ambos os sexos biológicos); Assexual (quem não tem interesse pela atividade sexual. Assexuados e assexuadas podem ter interesse na formação de laços amorosos, mas não sexuais).

## **Identidades de gênero**

É a forma da pessoa se perceber em relação ao gênero que possui. Divide-se em três categorias, sendo: cisgênero, quando a pessoa se identifica, em todos os aspectos, com a identidade de gênero atribuída, socialmente, ao sexo biológico de nascimento; transgênero, quando a pessoa possui uma identidade de gênero diferente do sexo biológico de nascimento — homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de submeterem-se as cirurgias para realizarem as adequações que julgam necessárias; e não binária, quando a pessoa não se identifica com nenhum gênero. Não se define nem como homem, nem como mulher.

## **Ideologia**

Um sistema de crenças e valores, que explica a sociedade, prescreve o papel do governo e guia indivíduos, movimentos sociais, instituições, classes ou grupos. Conjunto de ideias dominantes na sociedade.

## **Igualdade**

É um valor que se estabelece mediante a comparação entre situações e/ou pessoas, é, portanto, uma relação entre dois termos, entre duas ou mais ordens de grandeza. Igualdade está ligada à afirmação do princípio de não discriminação, reconhecendo que todos são iguais perante a lei. Não podendo, portanto, haver discriminações que excluam determinadas pessoas ou grupos do exercício de determinado direito por suas escolhas culturais, sexuais ou religiosas, ou por possuírem características intrínsecas como as de gênero e raça/etnia. Por isso se diz: direito à diferença na igualdade de direitos.





## **Igualdade de gênero**

A igualdade de gênero é um direito humano reconhecido, e reflete a ideia de que todos os seres humanos são livres para desenvolver suas capacidades pessoais e fazer escolhas sem limitações impostas por estereótipos, papéis de gênero ou preconceitos. Igualdade de gênero quer dizer que os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades de todas as pessoas sejam igualmente considerados, valorizados e promovidos. Também significa a não existência de discriminação, por motivo de gênero, na alocação de recursos ou benefícios, ou no acesso a serviços. A igualdade de gênero pode ser mensurada em termos da existência de igualdade, de oportunidades ou de igualdade de resultados.

## **Interseccionalidade**

Perspectiva de análise que leva em consideração vários planos ou eixos de vulnerabilidade — violência, desigualdade, discriminação —, como gênero, raça, idade, sexualidade, classe, em que indivíduos e grupos se enquadram de forma simultânea. Corresponde, portanto, aos pontos de cruzamento desses planos, as intersecções desses diferentes fatores, que ao se sobreporem intensificam as desvantagens sociais. A interseccionalidade permite verificar a complexidade das situações vivenciadas por indivíduos e grupos, estabelecendo melhores possibilidades de reversão do quadro.

## **Invisibilização**

Processo de exclusão social que sofre determinados grupos, especialmente os negros. Muniz Sodré afirma que a invisibilidade social do indivíduo aumenta na razão inversa da visibilidade da sua cor. O racismo na mídia seria mantido pela negação, pelo recalcamento, pela estigmatização e pela indiferença profissional, cristalizando preconceitos e estereótipos.

## **Juventude**

Pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Representa o período da vida que se dá entre a adolescência e a vida adulta.



## **Leis**

São feitas e aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionadas (ou seja, aprovadas) pelo Poder Executivo, podem ser federais, estaduais e municipais. Para que elas tenham coerência entre si, é preciso uma lei maior, que defina os princípios da nossa organização social, política e econômica. Essa lei maior, no Brasil, é a Constituição Federal de 1998, também conhecida como “Constituição Cidadã”. É na Constituição que estão garantidos os direitos humanos universais. Todos os nossos direitos começam na Constituição.

## **Linguagem**

A análise de discursos entende a linguagem como instância mediadora entre o homem e sua realidade social e natural. A linguagem é uma forma de expressão que inclui a língua, música, dança, etc.

## **Masculinidades**

Diz respeito aos significados relacionados ao que se entende como masculino. Estão relacionadas à configuração de práticas em torno da posição que os homens ocupam nas relações de gênero e que são construídas a partir de uma estrutura, que atribui significados distintos àquilo que se entende como masculino ou feminino.

## **Masculinidade negra**

Movimento de reflexão política e social sobre ser homem negro, a partir da convocação dos movimentos de mulheres negras. Fonte: Guia Negro Entrevista.

## **Miscigenação**

Parte do princípio que existem raças humanas e que algumas são superiores perante outras. No Brasil, até os anos 30 do século XX, a miscigenação era explicada por alguns intelectuais como produtora de seres inúteis. Essa interpretação da condição social brasileira foi, paulatinamente, alterada. Depois da década de 1930, a mestiçagem das “raças” e o consequente embranquecimento da população seria saudada como um dos componentes positivos da identidade nacional.





## **Minoria**

Termo que define, dentro de um grupo social, cada um dos subgrupos considerados diferentes do majoritário e dominante, em razão de características étnicas, culturais, etc. No Brasil, pela pouca representatividade política — geradora de desvantagens e de exclusão —, os afrodescendentes são considerados “minoria”, embora constituam cerca de metade da população nacional.

## **Movimento Social**

Ação coordenada de um determinado grupo, unido por aspirações comuns, que tem como objetivo o enfrentamento das contradições sociais, mudando as formas ou instituições da sociedade existente.

## **Mulata**

Utilizada como elogio, se associa ao imaginário da mulher negra sensualizada. A ideia de pecado também é ainda mais negativa em uma sociedade pautada na religião, como a brasileira. O substantivo vem de “mula”, animal derivado do cruzamento de um burro com uma égua. Era como as filhas bastardas de homens brancos, geralmente Senhores do Engenho, com mulheres negras, geralmente escravas, eram chamadas. Sobretudo, é um termo racista.

## **Multiculturalismo**

Reconhecimento da diferença de grupos na esfera pública legal, política e no discurso democrático, em termos de cidadania e identidade nacional.

## **Multidisciplinaridade**

Abordagem de um mesmo tema por múltiplas disciplinas que, apesar de cada uma recorrer à própria óptica, podem articular bibliografias, técnicas de ensino-aprendizagem e métodos de avaliação.

## **Necropolítica**

É um conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe que designa a política de morte por parte do Estado, que possui “mecanismos técnicos para conduzir as pessoas à morte”. Esse processo pode ser através da degradação de territórios (que no Brasil são os territórios periféricos) e/ou com a desintegração social que tornam a morte como uma situação naturalizada. No Brasil, as vítimas dessa necropolítica são a população negra.

## **Negritude**

Segundo Nei Lopes negritude é a circunstância de se pertencer à grande coletividade dos africanos e afrodescendentes; o conjunto de valores civilizatórios africanos no continente de origem e na Diáspora.

## **Negro**

Denominação genérica do indivíduo de pele escura e cabelo encarapinhado e, em especial, dos habitantes da África profunda e seus descendentes; descendente de africano, em qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada pela aparência ou assumida pelo próprio indivíduo.

## **Opressão**

Situações de subalternidade e subjugação vivenciadas por pessoas ou grupos sociais.

## **Pan-africanismo**

Doutrina de origem norte-americana, no final do século XIX, que exprimia, originalmente, reivindicações dos negros norte-americanos e caribenhos, com foco na luta contra o colonialismo no continente africano. Com as independências, o foco da ideologia volta-se para a luta dos direitos civis.

## **Pardo**

Segundo o manual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pardo é uma mistura de cor, ou seja, é uma pessoa gerada a partir de alguma miscigenação, seja ela “mulata, cabocla, cafuza, mameluca ou mestiça”. São pardos os filhos de indivíduos brancos (ou indígenas) com pretos – afrodescendentes. Mas também são pardos: o filho de uma pessoa branca com uma indígena, o filho de uma pessoa amarela com uma indígena, o filho de uma pessoa branca com pessoa amarela, ou os filhos de pessoas pardas com as demais cores ou com indivíduos indígenas. Portanto, pardo são todas as pessoas mestiças nascidas de relacionamentos sexuais entre indivíduos de etnias diferentes. Ainda segundo o órgão, são consideradas negras as pessoas que se auto declaram pretas e pardas.

## **Paternidades**

Estado ou qualidade do homem pelo fato de ser pai, biológico ou não.



## **Poder**

Pode ser entendido como resultado de um contínuo processo de negociação, fruto de alianças políticas e ideológicas. Poder deve ser legitimado, consentido, negociado, não sendo resultado de uma simples submissão.

## **Poder Simbólico**

O Poder Simbólico, segundo Pierre Bourdieu, surge como todo o poder que consegue impor significações que são naturalizadas como legítimas. Assim, os símbolos afirmam-se como os instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida.

## **Política**

Toda ação humana que busca influir na constituição e no exercício do poder. Forma de organizar, dirigir ou administrar a Nação e o Estado. Arte de governar, aplicando essa arte nos negócios internos e externos da nação.

## **Preconceito**

Atitude desfavorável para com um grupo ou indivíduos que nele se inserem, baseada não em seus atributos reais, mas em ideias preconcebidas. O preconceito racial é uma das molas propulsoras do racismo. Fonte: LOPES, Nei. Dicionário escolar afro-brasileiro (posição 4366-4367). Selo Negro Edições. Edição do Kindle.

## **Preconceito Racial**

Significa antecipação, adiantamento, pensamento, ideia, julgamento. No contexto das relações étnico-raciais, o preconceito, produto de informações inadequadas ou incompletas, (re)produz uma visão hostil e generalizante de outros grupos.

## **Preto**

Preto é uma categoria de classificação da cor da pele tomada a partir da auto identificação da pessoa que responde a pergunta do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Este órgão de pesquisa usa preto como classificação de cor ou raça nas pesquisas de censo demográfico desde 1872, conforme Nota Técnica sobre o "Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE". Segundo este mesmo documento, a população considerada negra seria a soma das pessoas que se auto declaram "pardas" e "pretas" no Brasil.

## Quilombo

Aldeamento de escravos fugidos. Em 1740, o governo colonial português, definia como quilombo, todo núcleo reunindo mais de cinco escravos fugidos, mesmo sem nenhum tipo de edificação. A partir dessa definição, constata-se que o Brasil colonial e imperial conheceu quilombos em praticamente todo o seu território. A existência desses núcleos comprova-se na Amazônia, inclusive em Macapá e na ilha de Marajó; em Mato Grosso, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. De variadas dimensões e estruturados em razão do número de seus habitantes, os quilombos se constituíam de simples agrupamentos armados, até verdadeiras cidades com população de 10 mil a 20 mil habitantes. Em princípio, organizados basicamente para defesa, em muitas ocasiões, entretanto, premidos por necessidades vitais, seus componentes organizavam expedições de ataque a vilas e povoados vizinhos. Os quilombos que constituíam a comunidade de Palmares recebiam, em geral, o nome de seus líderes, da mesma forma que as aldeias de Angola, à época da dominação portuguesa.

## Raça

Grupo ou categoria ligada a uma origem comum. Inicialmente, o conceito serviu para separar e hierarquizar indivíduos e grupos da espécie Homo sapiens, com base em diferenças biológicas. Atualmente, o conceito de raça é uma construção social. As regras sociais que estabelecem quem é negro ou branco diferem de sociedade para sociedade. Portanto, a raça é histórica e socialmente construída. Em 1935, Huxley e Hadon propuseram que o termo “raça” fosse banido do vocabulário acadêmico, sendo substituído pela expressão “grupos étnicos”. No entanto, ao empregar, politicamente, “raça”, em vez de etnicidade, recorre-se a força do termo, a fim de denunciar a discriminação racial vigente.

## Racismo

Conjunto de teorias e crenças que estabelecem uma hierarquia entre as raças e/ou etnias. O termo passou a designar as ideias e práticas discriminatórias oriundas dessa pretensa superioridade.



## **Racismo estrutural**

É a formalização de um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade que, frequentemente, coloca um grupo social ou étnico em uma posição melhor para ter sucesso e ao mesmo tempo prejudica outros grupos, de modo consistente e constante, causando disparidades que se desenvolvem entre os grupos ao longo de um período de tempo.

## **Racismo sistêmico**

O racismo institucional, também denominado racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados — negros(as), indígenas, ciganos(as), para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana — atuando como alavanca importante da exclusão diferenciada de diferentes sujeitos nestes grupos. Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos, da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior.

## **Racismo social**

Também foi chamado de racismo estrutural, porque, segundo Carl E. James, a sociedade é estruturada de maneira a excluir um número substancial de minorias da participação em instituições sociais.

## **Sexo**

O sexo refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres.

## **Sociedade**

É o conjunto de pessoas que vivem em um país: crianças, adolescentes, jovens, pessoas adultas e idosas que trabalham, estudam, produzem e se reproduzem. Essas pessoas podem se reunir em coletivos, grupos e associações. Também chamada de Sociedade Civil, ela pode controlar e demandar o Estado.

## **Tarefas Domésticas**

Trabalho referente às atividades realizadas dentro de casa, que tenham por objetivo o cuidado do espaço doméstico.

## **Violência**

Uso deliberado de força física ou poder, em modo de ameaça ou efetivo, usado contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que cause ou apresente grandes probabilidades de causar lesões, morte, dano psicológico, transtornos de desenvolvimento ou privações. Esta definição inclui a violência interpessoal, comportamentos suicidas ou conflitos armados. Inclui igualmente uma ampla gama de atos que vão além do ato físico, como por exemplo, as ameaças e as intimidações. Além da morte e das lesões, a definição inclui as inúmeras consequências dos comportamentos violentos, frequentemente menos notórias, como os danos psíquicos, as privações e as deficiências de desenvolvimento que comprometem o bem estar dos indivíduos, das famílias e das comunidades (OMS/ OPS, 2003).

## **Violência contra mulher e meninas**

É qualquer conduta — ação ou omissão — de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher ou menina e que cause danos, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico, bem como perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

## **Violência Intrafamiliar**

Refere-se a todas as formas de violência (física, psicológica, emocional, sexual, econômica, etc.) que podem acontecer dentro da família. Inclui as relações violentas não apenas entre parceiros(as) (também chamada de “violência conjugal” ou “violência doméstica”), mas também entre pais/mães e seus filhos e filhas, ou outros membros da família. Também considera a violência perpetrada por membros da família contra pessoas da terceira idade.



## **Violência doméstica**

Ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.

## **Visão de mundo**

Perspectiva cognitiva, influenciada pelos contextos históricos e culturais.

## **Vulnerabilidade**

Se refere a oportunidades desiguais, exclusão social e outros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que tornam uma pessoa mais suscetível.







